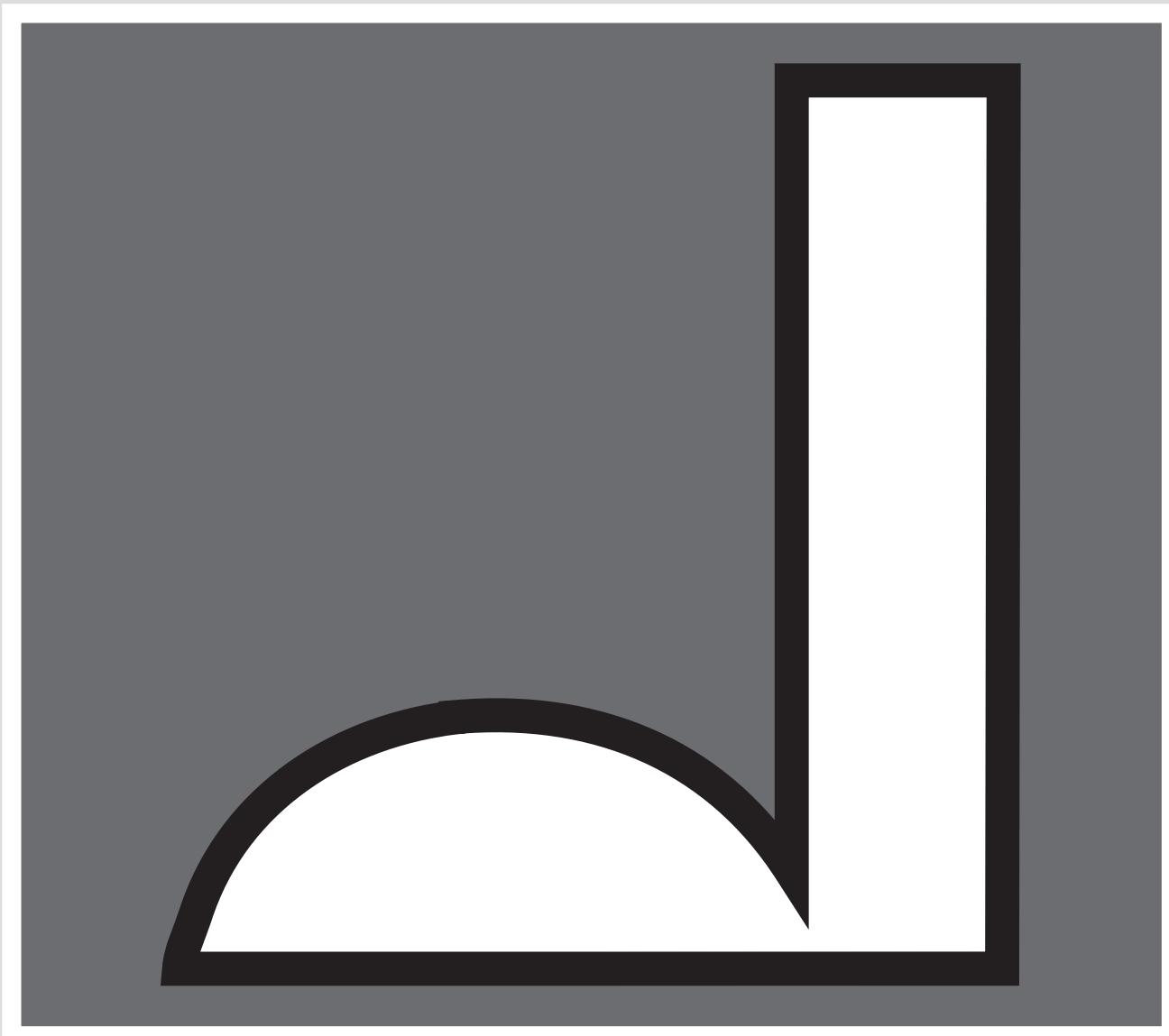




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 030 - SÁBADO, 4 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	 LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	 LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 95, de 2006 (nº 98/2006, na origem), de 16 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005 (nº 4.726/2004, na Casa de origem), que altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, sancionado e transformado na Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006.....

06717

Nº 96, de 2006 (nº 126/2006, na origem), de 2 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 6 a 9 de março de 2006 para realizar visita oficial ao Reino Unido.....

06717

Nº 14, de 2006-CN (nº 121/2006, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras.....

06717

1.2.2 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 3, de 2006-CN, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 2º Semestre de 2005.....

06718

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 221, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.....

06718

1.2.4 – Ofício

Nº 13/2006, de 3 do corrente, da Liderança do Partido da Frente Liberal no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 272, de 2005.....

06718

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI – Comentários sobre pesquisa realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, da Universidade de Brasília, sobre Paternidade e Deserção.....

06719

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas à censura praticada pela Anvisa ao proibir reportagens e matérias que versem sobre remédios e bebidas alcoólicas por entender que trata-se de propaganda.....

06723

SENADOR GILVAM BORGES – Reflexão sobre a próxima eleição presidencial.....

06723

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 222, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela iniciativa de editar uma cartilha de orientação aos eleitores brasileiros, sobretudo para a questão do financiamento de campanha.....

06725

Nº 223, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo de 2005, pelas suas reportagens sobre a revelação do “Mensalão”.....

06725

Nº 224, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ator Guará Rodrigues, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro.....

06725

1.2.7 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Esclarecimentos a respeito de denúncias contra S. Ex^a formuladas pelo Senador Romero Jucá na sessão de ontem.....

06725

SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre a proposta de criação de um gasoduto que integrará Venezuela, Argentina e Brasil.....

06726

SENADOR ROMERO JUCÁ – Referências ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, feito na sessão de hoje.....

06728

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Ameaças recebidas pelas famílias dos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel.....

06729

SENADOR PAULO PAIM – Trabalho desenvolvido no governo federal pelos ex-Ministros Emí-

lia Fernandes, Tarso Genro, Olívio Dutra, Miguel Rossetto e Dilma Rousseff. Realização, na próxima semana, de audiências públicas para discussão do fator previdenciário, do salário mínimo e do ensino profissionalizante.....	06730
SENADOR LUIZ OTÁVIO – Comentários à decisão que o Tribunal Superior Eleitoral adotará hoje, referente às próximas eleições. Considerações sobre o projeto que cria a denominada Super-Receita.....	06732
SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Avaliação do governo federal pela CNBB. Ameaças recebidas pelos irmãos do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel.....	06734
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de artigos do ex-Ministro José Dirceu a respeito do Presidente Lula, publicados nos jornais O Globo e Jornal do Brasil , intitulados “Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves” e “Esquerda, volver”. Críticas à gestão Lula. Considerações a respeito do caso Celso Daniel.....	06740
SENADORA HELOÍSA HELENA – Ausência em Plenário de Senadores da base governista, que poderiam comentar as acusações e denúncias contra a administração do Presidente Lula. Críticas à política econômica e ética do atual Governo.....	06750
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matéria da jornalista Sonia Racy, publicada hoje no jornal O Estado de S. Paulo , intitulada “Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula”..	06756
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Análise da matéria publicada no jornal O Globo , intitulada “A fila dos horrores para pedir o Bolsa Família”. Redução dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Saúde.	06758
1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Sobre o mestre brasileiro de Jiu-jitsu, Carlson Grace. Transcrição da matéria intitulada “A última luta”, publicada na revista Gracie Magazine	06762

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na redução de desigualdades sociais e econômicas. 06763

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 13, apresentadas à Medida Provisória nº 282, de 2006. 06764

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 11, de 2006. 06778

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 59, de 2006. 06779

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 381 a 402, de 2006. 06780

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ **BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO **DARCY RIBEIRO**

Ata da 9^a Sessão Não Deliberativa, em 3 de Março de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Aelton Freitas, Mozarildo Cavalcanti, Luiz Otávio, da Sra. Heloísa Helena, do Sr. José Agripino e da Sra. Lúcia Vânia

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL

– MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República, que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 95, de 2006 (nº 98/2006, na origem), de 16 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005 (nº 4.726/2004, na Casa de origem), que altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, sancionado e transformado na Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República, que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 96, DE 2006

(Nº 126/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 6 a 9 de março de 2006, para realizar visita oficial ao Reino Unido.

Brasília, 2 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula Da Silva.**

Aviso nº 199 – C. Civil

Em 2 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 6 a 9 de março de 2006, para realizar visita oficial ao Reino Unido.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da **Mensagem nº 74, de 2006**, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 14, de 2006-CN (nº 121/2006, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência recebeu o Aviso nº 3, de 2006-CN (nº 24/BCB-Presi, do Presidente do Banco Central do Brasil, substituto), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 2º semestre de 2005, conforme determina o art. 108 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Dietrizes Orçamentárias para 2005).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2006

Requer informações ao Ministro da Defesa acerca dos trâmites seguidos pelo Governo do Brasil para a aquisição de aviões de caça para monitoramento do espaço aéreo do País.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro da Defesa, informações acerca dos trâmites seguidos pelo Governo do Brasil para a compra de aviões de caça destinados ao monitoramento do espaço aéreo do País, especificando:

1 – Consta que o Governo do Brasil não levou adiante a concorrência pública, no valor de US\$700 milhões (R\$2,4 bilhões) para a compra de 12 caças supersônicos, destinados ao monitoramento do espaço aéreo brasileiro, dentro do denominado Programa FX;

2 – Como alternativa, considerada improvisada ou uma espécie de tapa-buracos, o Governo do Brasil surpreendeu e adquiriu 12 caças Mirage 2000, para o mesmo objetivo. O custo dessa compra teria atingido 5 milhões de Euros (US\$13 milhões);

3 – Consta ainda que a eventual aquisição dos aviões dentro do Programa FX, no valor total de US\$700 milhões, seda coberto

com financiamento externo, sem gravar o Orçamento da União;

4 – Consta, finalmente, pela opção escolhida, que o Governo terá de recorrer a crédito suplementar no valor da compra pela qual se definiu, ou seja o equivalente em reais a 5 milhões de Euros;

5 – Consta que, dos 12 aviões comprados, quatro deles foram entregues ao Governo brasileiro.

Justificação

Ao que consta, segundo informações de que disponho, há no céu muito mais do meros **cumulus** e **stratoscumulus**. Há desencontros de informações acerca dos passos seguidos pelo Governo do Brasil, para a aquisição de caças supersônicos destinados ao monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Por isso e dentro das prerrogativas constitucionais do Senado da República, estou requerendo ao ilustre Ministro da Defesa as informações mencionadas neste expediente, a fim de que esta Casa e especialmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual sou membro, fique corretamente informada.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 13/2006–GLPFL

Brasília, 3 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges pelo Senador Jonas Pinheiro, como titular, na Comissão Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória nº 272 de 26 de dezembro de 2005.

Cordialmente, Senador **José Agripino**. – Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Há oradores inscritos.

A primeira oradora inscrita é a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, mas posso

permatar tanto com o Senador Paulo Paim, que chegou primeiro, como com o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A palavra fica facultativa, pois não se encontram presentes nenhum dos inscritos. Assim sendo, por permissão da nobre Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao primeiro orador, o nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena, pela gentileza de oferecer este espaço a este colega.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadoras e Senadores, trago à tribuna um tema que talvez reflita um dos mais complexos dramas sociais que o Brasil enfrenta e que prejudica duramente a construção da cidadania.

No Brasil, segundo pesquisa que embasou a tese de doutorado denominada **Paternidade e Deserção – Crianças sem Reconhecimento, Maternidades Penalizadas pelo Sexismo**, realizada pela socióloga gaúcha Ana Liési, na Universidade de Brasília, um terço das crianças nascidas no Brasil é registrado apenas com o nome da mãe.

Depois de quatro anos de pesquisa sobre essa realidade, cruzando informações obtidas em cartórios e dados do IBGE, a pesquisadora concluiu que 30% das crianças nascidas ficam sem reconhecimento paterno.

Segundo essa estimativa, a cada ano, cerca de 800 mil cidadãos recebem certidão de nascimento com um vazio cruel no espaço reservado ao nome do pai. Segundo a cientista, a falta de acesso a métodos contraceptivos e a proibição do aborto estão na raiz do problema.

Apesar da informalidade das relações entre os gêneros no Brasil, ainda existe no imaginário social a correlação entre casamento e legitimidade. O homem brasileiro não se sente obrigado a reconhecer um filho se não estiver casado de papel passado com a parceira. Esse problema existe em todas as classes sociais, mas mulheres com nível de escolaridade mais elevado correm menos risco de engravidar accidentalmente, além de poderem pagar os custos quando decidem buscar o reconhecimento da paternidade na Justiça.

Reafirmo que o custo unilateral, a dupla responsabilidade das mães, sobretudo adolescentes, na assunção e criação do filho, nem sempre desejado, é um problema social gravíssimo que o Brasil precisa enfrentar com coragem e objetividade.

A ilustre pesquisadora avalia os programas de reconhecimento de paternidade da seguinte forma:

A partir de 2001, acompanhei dois programas criados pelo Ministério Público: o Mutirão da Paternidade, em Simões Filho (região metropolitana de Salvador) e o Pai Legal nas Escolas, em Brasília (Distrito Federal). As secretarias de Educação fornecem aos promotores a lista de estudantes sem paternidade estabelecida, matriculados no ensino fundamental e médio da rede pública. A partir daí, as mães são convidadas por carta a uma reunião com os promotores.

Esses programas representam muito em termos de cidadania porque beneficiam mulheres pobres que nunca foram chamadas pelo Estado para se manifestar sobre nada. Os projetos são ótimos, mas a implantação depende da sensibilidade dos profissionais que atuam em cada Estado.

Sua avaliação ressalta a importância da capacidade gerencial que, no Brasil, é muito precária. Por isso é importante empreender esforços significativos para aperfeiçoar processos gerenciais e melhorar a qualificação dos servidores públicos, capacitando-os a atuarem com eficácia nas questões sociais.

Sr. Presidente, a situação é tão grave que as mulheres convidadas para participar desses programas, quando vêm, chegam balbuciantes e intimidadas. São pessoas de cidadania frágil, muitas vezes sem consciência de seus direitos.

Urge um esforço para ampliar a conscientização dos direitos de cidadania no nosso País, sobretudo focado nessas mulheres aviltadas pelo abandono institucional e humano.

Depois de todo o esforço empreendido pelos promotores desses programas, somente 30% das crianças inscritas conseguiram o reconhecimento paterno.

Muitos homens desprezam a convocação. Entre os que atendem ao chamado, grande parte alega não ter certeza sobre a paternidade. Alguns têm a capacidade de dizer que têm 1% de dúvida e, mesmo assim, passam dez anos sem dar nenhuma ajuda ao filho.

No Brasil, ocorre a blindagem do pai, que não se sente obrigado a reconhecer os filhos concebidos fora do casamento ou em relações não-estáveis. As mulheres têm medo de exigir o reconhecimento, e algumas sofrem ameaças. A vergonha também é um problema. Filhos concebidos accidentalmente ainda constrangem meio mundo. Por isso, muitas mães preferem não tocar no assunto ainda segundo o estudo da pesquisadora Ana Liési, da Universidade de Brasília.

Existe uma súmula do Supremo Tribunal de Justiça que determina que o homem seja declarado pai ao se recusar a fazer o exame. Recentemente, o STJ analisou o caso de uma moça de Porto Velho que teve um filho com um homem poderoso. O Tribunal determinou que a criança seja reconhecida pelo pai, que se

negou a fazer o teste. É a primeira vez que isso acontece no Brasil e significa um grande avanço. Afinal, a cada ano, quase um milhão de crianças enfrentam o mesmo problema.

Outra dificuldade é que a maioria dos Estados não é obrigada por lei a oferecer o exame. Na opinião da socióloga, o mercado dos testes de paternidade virou uma aberração. Como a sociedade presume que a mulher está sempre mentindo, ela enxerga o DNA como a única forma de redenção. Muitas mães pobres fazem qualquer coisa para conseguir realizar o exame e provar que não mentem. É um absurdo deixar essa obrigação nas costas da mulher, quando ela já é obrigada a assumir sozinha a gravidez e sustentar a criança. Isso precisa mudar.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadoras e Senadores, se a mulher aponta um homem como pai da criança e ele se sente injustiçado, ele deve recorrer ao exame de paternidade para isentá-lo de culpa. E o Estado deve oferecer esse exame gratuitamente. É uma forma de contribuir para a democratização desse processo e minimizar um problema social da maior gravidade, que é o ônus somente da mãe.

O Estado também deve, a meu ver, realizar sistematicamente campanhas de conscientização e mobilização para fazer com que a paternidade seja assumida responsável e também para que o planejamento familiar passe a incorporar a agenda de decisões das pessoas, sobretudo as mais jovens.

O não-reconhecimento de paternidade é um problema político dos mais graves e carece de reflexão e de estratégicas próprias de ação política e gerencial para solucioná-lo.

Esse problema reflete a dificuldade de consolidação de relações igualitárias entre homens e mulheres e está presente em todas as classes sociais. Denota ainda uma estrutura de desigualdade extremamente cruel entre os gêneros, com graves implicações para cidadania e a felicidade e o bem-estar das pessoas envolvidas.

Essa prática não-democrática confronta a Constituição e está a tal ponto enraizada que poucos percebem uma estranha contradição: temos uma lei progressista, que garante a igualdade entre crianças concebidas no casamento ou fora dele, mas, na vida real, ocorre uma grande desigualdade entre elas.

Aqui está mais um desafio político gerencial: é preciso criar condições efetivas de integração de todos os brasileiros à Nação.

O Congresso brasileiro precisa analisar, com a devida profundidade, a questão do planejamento familiar, uma vez que a interdição ao aborto só vale mesmo para as mulheres pobres. Os métodos de contracepção

não estão disponíveis em todos os serviços públicos de saúde. As mulheres pobres correm risco mais elevado de engravidarem e, assim, carregam a obrigação de assumirem sozinhas os seus filhos.

O Estado brasileiro nega a elas o direito de decidirem e não oferece nenhum auxílio a quem leva a gravidez em frente. Essa condição também precisa mudar, e rapidamente! Senão, corremos sérios riscos de comprometer o futuro de significativa parcela da sociedade brasileira, que, mantidas essas condições, não poderão se tornar cidadãos efetivos.

A ausência de direitos reprodutivos faz crescer o número de crianças geradas de forma accidental e que não terão o nome do pai na certidão. Além disso, é preciso lembrar que, mesmo quando disponíveis, os métodos anticoncepcionais podem falhar. A gravidez pode ocorrer de forma accidental ou em situações de violência contra a mulher.

Durante muito tempo, em nossas leis, a mulher foi considerada “relativamente incapaz”, colocada ao lado das crianças e dos insanos. O Brasil enfrenta muitas dificuldades nesse campo. O acesso à contracepção está longe de ser universalizado. O País precisa enfrentar o desafio de oferecer informações, serviços e recursos de contracepção a todas as mulheres.

Essa é uma questão séria e que o Senado brasileiro precisa debater com a sociedade brasileira e legislar de acordo com a vontade da maioria.

Sr. Presidente, na França, o índice de não-reconhecimento paterno é de apenas 2%. Por que isso ocorre?

Evidentemente, lá se consolidou outra cultura histórica, e é uma sociedade com especificidades distintas da nossa; mas convém notar que a França tem uma tradição clara de afirmar e fortalecer o Estado laico como condição fundamental para a democracia. Lá, a liberdade reprodutiva é assegurada, os cidadãos são gerados predominantemente em relações estáveis, e, por isso, o índice de não-reconhecimento da paternidade é baixo.

Há outra diferença crucial: na França, as mulheres sozinhas, que decidem levar a gravidez adiante, recebem um auxílio do governo durante três anos. Aqui, o homem se sente no direito de dar as costas a ela e deixá-la arcar com o ônus de uma gravidez indesejada.

É conveniente analisarmos profundamente a tradição cultural brasileira para identificarmos aspectos estruturais, cuja reprodução social prejudicam a democrática convivência entre os sexos. E que possam ser atacados por meio da eficaz implementação de políticas públicas que diminuam realmente o alarmante índice de irresponsabilidade paterna.

O Ministério Público deve continuar atuando, de forma ampla, em todos os Estados. Experiências de sucesso como o Mutirão da Paternidade e o Pai Legal nas Escolas deveriam ser nacionalizadas.

É importante promover campanhas de incentivo ao reconhecimento paterno e garantir que alunos do ensino médio recebam informações sobre direitos de filiação.

Sr. Presidente, nobres Colegas, uma transformação substantiva no quadro de não-reconhecimento paterno exige o abandono do sexismo contido na mentira presumida da palavra da mulher. Precisamos refletir detidamente sobre esse fato. Se a filiação ainda se funda na preservação de uma crença misógina, a sociedade que a abriga tem sua democracia posta à prova. Esse é um aspecto triste da nossa realidade que precisa mudar com a devida urgência.

Em meados do ano passado, mulheres indígenas realizaram uma conferência nacional e declararam que “a palavra da mulher é sagrada como a terra”. Assumir essa perspectiva significaria inverter o ônus da prova da paternidade. Essa é uma forma de democratizar essa relação, sem dúvida. E isso não seria uma invenção brasileira. Em 1997, a União Européia estabeleceu a inversão do ônus da prova nos casos de discriminação baseada no sexo. Só assim será possível garantir os direitos da mulher e da criança.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadoras e Senadores, esse é um tema a que convido à reflexão com a devida profundidade.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Sérgio Zambiasi?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Zambiasi, quando eu perguntei a V. Exª se gostaria de falar antes, eu o fiz até por uma delicadeza, porque V. Exª vai viajar mais tarde, e eu não vou viajar hoje. Estou muito feliz por ter tido a honra de conceder o meu tempo a V. Exª, que o usa para um tema tão importante, de tanta delicadeza. Além disso, V. Exª demonstra sensibilidade em assunto tão polêmico como esse. Fico mais feliz ainda porque estamos às vésperas da Semana da Mulher, e V. Exª brinda o Senado e as mulheres brasileiras com um pronunciamento misto de grandeza e delicadeza para com todas nós, mulheres. Infelizmente, as regras estabelecidas na vida em sociedade impõem uma hierarquia perversa, cruel entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros. Essa hierarquia perversa se reflete de forma muito ruim na mulher, especialmente naquilo que se refere à maternidade. Nós mulheres passamos a nossa vida aprendendo a beleza, a poesia do significado da maternidade. E, muitas

vezes, quando temos a oportunidade da gravidez, a bênção da geração de uma vida, se não estivermos no marco do falso moralismo, das conveniências morais de plantão, imediatamente somos condenadas ao que de pior existe pelas línguas mais ferinas e maldosas em relação à mesma maternidade, tão cantada em verso e prosa, tão abençoada. Ao maternidade é tratada de forma muito perversa quando ela não está nos moldes dos casamentos, muitos deles de mentira, de fachada, mas que às vezes são muito mais respeitados do que o ato tão importante na vida da mulher que é a maternidade. É essa ofensa tão grande, essa hierarquia às línguas ferinas que, muitas vezes, levam as mulheres à própria condenação ao isolamento, à solidão, ao aborto, a tantas outras experiências tão dolorosas na vida da mulher. É por isso que fico muito feliz com o pronunciamento de V. Exª. Se pudesse, até assinaria junto o projeto de V. Exª. Claro que isso não significa uma imposição para os homens, mas que se possa assumir a responsabilidade da geração do que existe de tão belo e tão sagrado que é a geração de um ser vivo, de um ser humano, que, sem dúvida, é parte tão importante da razão de existir da humanidade. Portanto, com entusiasmo, saúdo V. Exª. Espero que façamos o impossível para aprovar o quanto antes o projeto para que as mulheres, as mães possam vivenciar o que é uma bênção de Deus não como uma experiência dolorosa. Quando se tem uma estrutura de vida, é muito mais fácil condenar a experiência de dor e sofrimento de outras mulheres. No entanto, quem vivenciou esse problema de alguma forma ou já compartilhou com outras mulheres essas experiências tão dolorosas sabe exatamente o quanto marcam sua alma e seu coração para o resto da vida. Que possamos fazer isto: possibilitar que a maternidade e a paternidade sejam responsáveis. Claro que sei que o Poder Público – e V. Exª já conversou comigo uma vez a respeito desse assunto tem a obrigação de disponibilizar métodos anticoncepcionais e de possibilitar à pessoa aprender se quer ou não ter filho. Nada me causa mais angústia do que ver tantas propagandas de governos meramente de caráter eleitoralista. Não se vê uma propaganda falando sobre a estrutura anátomo-fisiológica da mulher; sobre o quanto uma gravidez precoce compromete a adolescência, a juventude, a infância e o futuro de uma mulher; sobre muitas coisas a que elas têm direito pela lei, mas das quais não têm conhecimento e, por isso, não pressionam o Prefeito, o Governador, o Senador, o Presidente da República ou outros para que seja disponibilizado um aparato de saúde pública que dê conta de tudo o que significam não apenas as emoções do universo feminino, mas também as estruturas anátomo-fisiológicas femininas, que são

diferentes, que requerem cuidados especiais e diferenciados. Então, enquanto lutamos por tudo isso, que pelo menos possibilitemos a dignidade a essa mulher. V. Ex^a falava da palavra. Meu livrinho da prestação de contas de um mandato é “Palavra de mulher”, que é uma palavra muito honrada. Não é justo que não se considere a palavra da mulher, por mais que muitos homens também tenham palavras honradas a solidariedade, a esperança, a coragem não necessariamente se vinculam a um ou outro sexo. Há que se considerar a importância do universo feminino, que envolve o cuidado com a casa, com os filhos, o trabalho repetitivo, exaustivo, a dupla ou tripla jornada de trabalho. Tudo isso impõe que a legislação no País vá sendo alterada para minimizar essa hierarquia tão perversa estabelecida por essa sociedade entre homens e mulheres. Desculpe estender-me no pronunciamento, mas fiquei muito feliz de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a. Espero que possamos, cada vez mais, estabelecer mecanismos concretos que alterem a legislação, que mudem a prática cotidiana em nossas casas, que melhorem as políticas públicas com relação a tudo aquilo que pode significar a mais bela compreensão do universo feminino, do universo da mulher, daquilo que é tão importante para ela e que marca tanto, porque nada machuca mais do que a negação. A vida já é tão difícil, a angústia é muito grande, e ainda se enfrenta o falso moralismo e tantas outras coisas. E aquele que possibilita que você gere a vida diz: “Não, eu não faço”. Muitas mulheres, Senador Sérgio Zambiasi, saem pelo País para que o juiz, para que o oficial de Justiça consiga fazer uma notificação, de tão difícil, tantas são as manobras em relação a isso. Portanto, desculpe-me a extensão do aparte, mas é para saudar, com entusiasmo, o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senadora Heloísa Helena, seu aparte chegou, com certeza, no melhor momento. Ouvir a sua palavra, a palavra de mulher, é realmente muito forte, é muito importante. Acompanho este tema há bastante tempo. Sou pai de quatro filhas e tenho uma enteada. Portanto, tenho cinco meninas e sei o quanto a sociedade ainda é machista e discrimina. Ainda identificamos os seres humanos sobre a face da Terra como homens. Não somos seres humanos, somos todos homens. Essa expressão já mostra claramente a imposição machista universal.

A mudança de conceitos, de preconceitos é uma obrigação nossa também, por meio do debate público, por meio deste microfone, deste canal, utilizando os veículos de comunicação que o Congresso nos oferece, como a Rádio Senado, a TV Senado. Efetivamente, muitos dos problemas são frutos da desinformação. O Governo deve utilizar-se dos privilegiados espaços de

publicidade para oferecer informação a essas cidadãs e cidadãos, porque muitos homens cometem esses crimes também por desinformação. Utilizando-se da publicidade oficial, não fazendo propaganda, mas levando informação e cidadania, o Governo aplicaria melhor as verbas publicitárias, e teríamos resultados sociais efetivamente relevantes. Entendo que, se proporcionássemos mais informação às comunidades periféricas, muitos desses problemas seriam sanados.

Assistimos ontem ao noticiário segundo o qual as diferenças entre o salário dos homens e das mulheres começam a diminuir. Há pouco tempo, chegava a 50%; hoje, está em 30%. Ainda é um abismo, mas já evoluiu consideravelmente nos últimos dez anos. Vamos torcer para que os avanços agora ocorram mais rapidamente, de maneira que logo esses problemas sejam superados.

Minutos atrás, a Senadora Heloísa Helena comentava comigo, com o Senador Paulo Paim e com o Senador Arthur Virgílio que, na política, ainda é grande a dificuldade que a mulher tem de ocupar seu espaço, ainda existe aquele conceito de que mulher não vota em mulher; mas penso que, aos poucos, esse quadro está mudando. A mulher está descobrindo a sua enorme força, o seu grande poder de transformação mediante o voto também.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a pela generosidade em relação ao tempo que me concedeu. Agradeço também a todos pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador Sérgio Zambiasi, por estar na Presidência, não pude apartear V. Ex^a, mas quero deixar aqui também o meu testemunho. Neste final de semana, conversei com um gaúcho, conterrâneo de V. Ex^a, e, quando toquei no seu nome e disse que tinha o prazer de ser seu amigo, ele disse que V. Ex^a conhece todos os problemas do Rio Grande do Sul. Percebemos que não é só do Rio Grande do Sul; é de todo o Brasil.

Parabéns por pronunciar discurso tão importante, num momento tão oportuno, e que ainda foi enriquecido pelo aparte da nobre Senadora Heloísa Helena. Fiquei aqui o admirando e ouvindo-o do começo ao fim.

Quero parabenizá-lo e, se possível, também me inscrever junto com V. Ex^a e dizer que cada dia que passa eu o admiro mais.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu estou aguardando um documento do gabinete. Por isso, se alguém pudesse falar antes... Mas, se não tiver jeito, eu falarei.

De qualquer maneira, peço a palavra pela ordem para encaminhar à Mesa pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senadora Heloísa Helena, desculpe-me interrompê-la, mas o nobre Senador Arthur Virgílio está pedindo para ir ao gabinete antes de fazer o discurso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador, sabe V. Ex^a que eu faço qualquer coisa para não cair a sessão. O problema é que estou esperando um documento. Mas, como o Senador Paulo Paim está inscrito e o Senador Gilvam Borges também, eles poderão usar da palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, curto pronunciamento criticando a fúria ditatorial do Governo Lula, e desta vez por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tenta amordaçar a imprensa. Por mero ato da Agência, foram classificadas como propaganda reportagens que versam sobre remédios e bebidas alcoólicas. Isso foi denunciado veementemente pela revista **Veja**.

Cada gesto autoritário desse Governo autoritário deve ser marcado e remarcado pela Oposição, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, novamente, o Governo Lula investe-se sua fúria ditatorial, a fúria de quem não se conforma com a democracia e, mais particularmente, com a liberdade de expressão.

Dessa vez, é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que tenta amordaçar a imprensa. Por mero ato da Agência, foram classificadas como propaganda reportagens e matérias que versam sobre remédios e bebidas alcoólicas.

É visível a inconstitucionalidade dessa medida, considerada pela imprensa, inclusive a revista **Veja**, edição de 1º de março último, de verdadeira *excessão*.

Diz o noticiário que dois órgãos de comunicação já foram autuados com base na indigitada norma da Anvisa.

Chamo a atenção do Plenário para esse abuso, que é repetitivo no Governo Lula. Com isso, fica evidente seu desapreço à democracia.

Com meu protesto, registro também a indignação da imprensa brasileira, que não se conforma – como todos os brasileiros – com o que é um flagrante desrespeito ao texto constitucional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o período de festas populares em todo o território nacional levou muitos a refletirem e outros a desfilarem pelas avenidas e ruas país afora.

As eleições realmente estão na pauta. Há duas semanas, eu disse que havia muita água para passar não por baixo da ponte, mas por cima da ponte.

O PSDB, por suas lideranças máximas, articula-se entre jantares e organiza-se entre palestras e profundas discussões sobre o pleito que se avizinha. O Presidente Tasso Jereissati, na dificuldade da preferência pelo candidato do partido à Presidência da República, tenta equilibrar-se na definição entre José Serra e Geraldo Alckmin. O Senador Arthur Virgílio, um dos mais expressivos Líderes deste Parlamento, desta augusta Casa, combativo, vem mostrando ao Brasil as grandes deficiências e a necessidade da alavancagem de uma proposta desenvolvimentista para o País.

Não sei se o Senador Arthur Virgílio ainda se equilibra para não ferir os dois Líderes e para juntá-los numa marcha rumo à Presidência da República, ou se já se definiu entre Alckmin e José Serra. Sei que agora não é o momento oportuno para tratar deste assunto, porque é uma situação delicada; mas acredito que será uma bela disputa, uma disputa acirrada.

A água subiu como a maré, que sobe, desce e sobe. Então, é a hora em que o PMDB também se organiza.

O Presidente Lula, nas últimas pesquisas de opinião pública, desponta numa reação fabulosa, surpreendendo todos os segmentos políticos. A Senadora Heloísa Helena, aguerrida Líder do P-SOL, também vai às ruas. Vi em revistas de circulação nacional S. Ex^a e o Babá, em cima do caixote, na praça pública, brigando por filiações. A Senadora Heloísa Helena é uma candidata em potencial à Presidência da República.

Acredito, Sr. Presidente, que este é um momento importante para a Nação brasileira. A reforma política já se distancia, não há como implementá-la.

Por esse motivo, conclamo todos os peemedebistas a uma reflexão sobre a conjuntura política em que deveremos estar engajados juntos com o PSDB, ou com o P-SOL, ou aliados com o Presidente Lula. Isso, realmente, é uma preocupação muito grande.

Eu admiro e respeito muito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está participando ativamente do processo político, buscando a melhor decisão, imediata, para o lançamento da candidatura do PSDB à Presidência da República. Aliás, o PSDB é o único Partido que realmente estará em plenas condições de se contrapor ao Partido dos Trabalhadores, e, para isso, Sr. Presidente, vai haver ainda um grande debate.

Eu acredito muito na dinâmica do processo político. Há o crescimento de maré, o movimento que sobe e que depois desce. Eu acredito que nós estamos vivendo esse fenômeno. Segundo os analistas políticos, há possibilidade de crescimento do Governador Geraldo Alckmin, com mais densidade do que o Prefeito José Serra, que já fez parte desta Casa e que foi Ministro da Saúde.

Ora, Alckmin, quando Deputado Federal – foi meu colega lá do outro lado –, sempre teve o perfil sereno, perfil de um homem que condensa muito bem as idéias e faz das idéias uma realização com praticidade. É um homem muito prático.

Como vai ser esta eleição presidencial? Ainda estamos na expectativa do julgamento, pelo Supremo, sobre a questão da verticalização, que ainda não acabou. Essa verticalização vai nortear definitivamente o pleito. Os nossos candidatos a governador, a senador, a deputado federal e estadual ainda aguardam essa definição. Parece que está tudo tranquilo, que a verticalização caiu, foi derrubada pela Câmara e por esta Casa. Mas foi de tempo.

Quando o Supremo julgar essa matéria, daqui a trinta ou sessenta dias, poderá haver uma nova alteração. Conclamamos as Lideranças do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, a uma reflexão sobre a verticalização. As regras foram mudadas muito antes do tempo, e, se a lei prevalecer, com certeza absoluta as regras que utilizaremos neste pleito serão as regras do pleito passado, e o que foi derrubado vai prevalecer nas próximas eleições.

Sr. Presidente, o povo brasileiro precisa de ânimo. Precisamos de candidatos que empolguem, que tragam novas idéias, novas propostas, que nos animem à grande batalha eleitoral.

A democracia é fantástica. Às vezes, bate no peito do eleitor o desânimo; às vezes o desapontamento, o desencanto em dizer que tudo está perdido. Mas a democracia é fantástica. Assistimos aos noticiários mundiais e vemos os países em guerras, onde a democracia não prevalece, onde o voto é substituído pela intransigência, pelas armas, e a disputa pelo poder é feita de forma violenta entre grupos que se debatem, provocando caos e liquidando muitas sociedades. São mais de quinhentos conflitos mundiais.

O tema que me traz aqui hoje é justamente este: as eleições que estão aí. Já estamos nas ruas, tentando reanimar, levantar o povo brasileiro em torno de propostas, de ideais, para que possamos fazer uma grande eleição.

Vejo, Senador Arthur Virgílio, um grande debate nacional com os dois candidatos que vão polarizar estas eleições: o Presidente Lula e talvez Alckmin ou Serra. Se os dois desistirem, então, convoquem V. Ex^a, que, bravo como é e homem de ideal como tem sido, homem de idéias, poderá ser um grande candidato à Presidência da República.

Sr. Presidente, pela democracia, pela reanimação, pela busca novamente dos ideais da revitalização democrática, conclamamos o PMDB a integrar esta grande discussão nacional, para que possamos fazer um grande pleito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa dois requerimentos de votos de aplauso. Um, à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do grande Prêmio Folha de Jornalismo, edição 2005, com as duas entrevistas que fez com o Deputado Roberto Jefferson, que resultaram na revelação desse escândalo do mensalão que aí está.

Do mesmo modo, um voto de aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela oportuna idéia de editar uma cartilha de orientação aos eleitores do Brasil com recomendações para uma correta escolha de candidatos a postos eletivos. A CNBB é tachativa: recomenda aos eleitores que não votem em político corrupto.

Encaminho-os à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela iniciativa de editar uma cartilha de orientação aos eleitores brasileiros, sobretudo para a questão do financiamento de campanha.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela oportunidade de editar uma cartilha de orientação aos eleitores do Brasil, com recomendações para uma correta escolha de candidatos a postos eletivos.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso seja cientificado o Presidente da CNBB, Dom Odilo Scherer e, por seu intermédio, a todos os Bispos católicos do País.

Justificação

Com o objetivo de convidar os brasileiros a um exame sereno, meditado e responsável dos nomes que vão disputar cargos eletivos em outubro. Em entrevista à imprensa, Dom Scherer observou que o processo eleitoral não acaba com as votações. Deve continuar com a fiscalização dos atos dos eleitos. Por isso, formulo este Voto de Aplauso, dirigido a essa respeitável entidade que é a CNBB.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 223, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo de 2005, pelas suas reportagens sobre a revelação do “Mensalão”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo, edição de 2005, com as duas entrevistas com o ex-Deputado Roberto Jefferson, que resultaram na revelação do chamado “Mensalão”.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja inscrito nos Anais do Senado Federal e levado ao conhecimento da jornalista Renata Lo Prete e ao jornal **Folha de S.Paulo**.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. Na atual fase da vida brasileira, em que se fortaleceu a luta pela moralização da administração pública, a jornalista Renata Lo Prete exerceu papel importante, ao revelar ao País o esquema do chamado “Mensalão”. Foram as duas entrevistas feitas pela repórter, ouvindo o Deputado Roberto Jefferson, o ponto inicial da reação do Congresso Nacional, inclusive com a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 224, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Guará Rodrigues, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento, no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro, do ator Guará Rodrigues, que integrou o elenco de diversos filmes brasileiros.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ator.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. O ator Guará Rodrigues teve intensa participação no cenário da cinematografia brasileira. Entre outros filmes, participou de Os Sete Gatinhos, Jardins de Guerra e, mais recentemente, de Rio Babilônia produzido por Neville d’Almeida e que alcançou grande êxito no País.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A Presidência encaminha os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – A palavra está com V. Ex^a por cinco minutos, Senador Mozarildo Cavalcanti. Logo em seguida, como orador inscrito, falará o Senador Edison Lobão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem fiz aqui um pronunciamento enfocando dois pontos: primeiro, rebateu acu-

sações do Senador Romero Jucá contra o Governador do meu Estado; em outro ponto, eu pedi providências da Mesa do Senado, da Corregedoria e do Conselho de Ética para que apurem as denúncias contra o Senador Romero Jucá e também apurem as denúncias do Senador, que ele diz serem verdadeiras, contra o Governador. Mas, em seguida, após eu ter saído do Plenário, o Senador Romero Jucá aqui veio e, em vez de se explicar, em vez de dizer o porquê das denúncias contra ele no Conselho de Ética, fez duas acusações gravíssimas contra mim. A primeira está aqui publicada no **Jornal do Senado** e diz o seguinte: "Não fui eu que desviei recursos públicos da 4^a Secretaria do Senado; não fui eu que falsifiquei declaração para a minha filha ser juíza," afirmou o Senador pelo PMDB, e diz que vai entrar com representação contra mim no Conselho de Ética.

Sr. Presidente, eu vou entrar, agora pela manhã, com representação contra o Senador Romero Jucá porque fui 4^º Secretário desta Casa, e todo Senador sabe que o 4^º Secretaria não mexe com recursos públicos. Então, eu vou entrar com a representação para que ele prove e quero que o Conselho de Ética e a Corregedoria tomem todas as providências necessárias. Se o Senador não leva em conta uma coisa que eu prezo muito, que é a minha honra – e não pode ser essa história de "não fui que desviei recursos" –, então que ele diga quem foi.

Por outro lado, é claro que ele se referia a mim quando disse que eu falsifiquei um documento para que minha filha pudesse ser juíza. Sr. Presidente, essa denúncia é gravíssima também, e a minha filha vai tomar as providências no âmbito do Judiciário, porque ela não só foi concursada, empossada e exerceu o cargo de Juíza em Roraima, mas também foi concursada e deixou de tomar posse na Consultoria Legislativa do Senado, foi concursada e passou em primeiro lugar no concurso para juíza no Distrito Federal, onde exerce a magistratura.

Portanto, eu quero dizer ao Senador Romero Jucá que prezo muito a minha honra e a da minha família e, por isso, entrarei hoje com uma representação contra ele para que a Corregedoria do Senado, o Conselho de Ética e a Mesa Diretora tomem providências. Porque eu passei, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quatro meses aqui, quando o Senador Romero Jucá era Ministro da Previdência, mantendo uma postura, digamos assim, diplomática, para não dizer que eu estaria me aproveitando do noticiário nacional para tirar proveito político das denúncias contra ele. Mantive uma postura e era cobrado no meu Estado: por que eu não denunciava. Agora cobrei, porque existem três denúncias lá, aliás, um pedido de investigação feito

pela Senadora Heloísa Helena e dois, por um jornalista. E agora haverá mais um, feito por mim. Então, não é possível mesmo.

Há poucos dias li no jornal que aqui, nesta Casa, não se apura nada contra os Senadores, não se cassa ninguém. Aliás, só se tem notícia mesmo da cassação do Senador Luiz Estevão, mas não estou preocupado em cassar o Senador Romero Jucá.

Quanto a esses dois pontos, estou entrando hoje contra o Senador com medidas, lógico, parlamentares. Quanto às medidas judiciais, tanto eu quanto a minha filha as tomaremos contra ele, porque minha filha, re-pito, foi concursada e nomeada. E passou em primeiro lugar aqui em Brasília, num concurso concorrido por pessoas que vêm de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador Edison Lobão, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tem obtido grande repercussão a ambiciosa meta de se interligar Venezuela, Brasil e Argentina por um só gasoduto, cortando regiões imensas. Estima-se que esse gasoduto, ainda sob estudos preliminares, percorreria 10 mil quilômetros a um custo aproximado de US\$ 17 a 25 bilhões. Adentraria, além da Amazônia, florestas, outros núcleos de matas densas, plantações, pastos, periferia de vilas e cidades dos citados Países. O ambicionado gás teria como ponto original a Venezuela, cujo atual Presidente, Hugo Chávez, é um entusiasta dessa grandiosa idéia.

Creio ser oportuno movimentarem-se os debates e aconselhamentos em torno dessa pretendida iniciativa.

Falo isso, Sr. Presidente, em função das lições que nos vêm do passado, relativamente aos acordos de fornecimento em grande escala de gás da então União Soviética para os Países da Comunidade Econômica Européia, hoje União Européia, através de gasoduto. Isso ocorreu há cerca de 25 anos.

A tais acontecimentos, seguiram-se o esfacelamento da União Soviética e a libertação do seu jugo das Nações que se conglomeravam na sua órbita, muitas das quais acabaram por se compor com a União Européia, juntando-se aos interesses comuns das potências ocidentais.

Extinta a União Soviética, ficou com a Rússia, País de origem do gás, a herança do contrato de for-

necimento, criando-se a partir daí uma nova situação com seus novos e imensos problemas.

Análise recente da GL Consultoria, comandada por Getúlio Lamartine de Paula Fonseca, expõe os fatos com grande perspicácia. Lembra que os antigos componentes da União Soviética, hoje na União Européia, estão em um grau de dependência assustadoramente grande para importação do gás russo, que recebem por gasoduto.

Ainda recentemente, no final de 2005, viu-se o desentendimento sobre preço entre a Rússia e a Ucrânia (dependente 100% do gás russo), que afetou o fornecimento não somente da Ucrânia, mas para toda a comunidade européia. Acusou-se a Ucrânia de roubar o gás destinado à Europa Ocidental, razão por que a Rússia limitou as remessas para todos. Ocorreu, pois, uma óbvia retaliação do fornecedor contra um dos seus conveniados, repercutindo sobre os demais.

É claro que se deve entender que a Rússia, determinada a exportar o seu gás para a União Européia, não desejava que ele fosse interrompido a meio caminho, ou seja, pela Ucrânia. Daí, seguramente, ter tomado as precauções que tomou, exatamente para prevenir a entrega do gás contratado a todos os Países da União Européia.

Uma nova medida atingiu a Geórgia muito recentemente sob a suspeita alegação de que ocorreia um rompimento de tubulação no gasoduto. O fato é que o País ficou sem gás, exato quando adotara a postura hostil.

Pelos dados de 2004, constata-se que é muito elevada a importação de gás da Rússia pelos países da Comunidade Européia ou que ainda negociam sua entrada nessa mesma União. Em bilhões de metros cúbicos, a Bélgica importa 0,2; a Suíça, 0,3; Grécia, 2,2; Holanda, 2,7; Bulgária, 3,0; Romênia, 4,1; Finlândia, 5,0. E, em maior volume: Áustria 6,0 bilhões de metros cúbicos; e assim por diante.

Em termos percentuais, a União Européia importa da Rússia 25% do gás que utiliza. Desse volume, a Alemanha fica com 44%; Itália: 31%; França: 24%.

Os demais principais dependentes do gás russo importado, citados pela GL Consultoria:

Estônia: 100%; Letônia: 100%; Lituânia: 100%; Hungria: 81%; República Checa: 74%; Eslováquia: 73%; Polônia: 62%; Áustria: 60%; e Eslovênia: 60%.

Sr. Presidente, desde logo verifica-se que, embora a Rússia possa estar fazendo um bom negócio com a exportação do seu gás, deve-se admitir que esses países que são atendidos comercialmente pela Rússia estão, por igual, se beneficiando. Não fosse esse fornecimento, seguramente estariam em extremas dificuldades pela falta de fornecedores.

O Brasil ainda está na atalaia em relação a nossa estimativa de recebimento de gás da Bolívia, em face das declarações públicas do novo Presidente Evo Morales. Somente no correr dos meses ou das semanas vamos saber até onde será utilizado o gasoduto (ou os empreendimentos bolivianos da Petrobras) que interliga nossos dois Países como instrumento desfavorável aos interesses brasileiros. Depositamos nesse gasoduto Bolívia-Brasil – 3.150 km de extensão ao custo final de US\$ 2 bilhões – as maiores esperanças. Até 2007, a previsão é a de que transportará diariamente 30 milhões de metros cúbicos de gás natural, possibilitando novas usinas termelétricas em diversas localidades. São Paulo deverá absorver metade da capacidade total desse gasoduto.

Esse o espírito com que assinamos o contrato de fornecimento com a Bolívia pelo prazo de 20 anos, sem qualquer desconfiança de que seus termos poderiam um dia ser erodidos.

Ora, planejar-se agora a interligação com a Venezuela por um só gasoduto, cortando regiões imensas onde não há demanda, não me parece um procedimento logístico e geopolítico razoável. Seria repetir o risco Bolívia, ampliando a nossa dependência sem salvaguardas políticas adequadas.

Com as fabulosas riquezas naturais com que o destino aquinhoo o Brasil, oferecendo-nos dimensões econômicas que prevalecem na América do Sul, parece desnecessário que criemos situações que ameacem constrangimentos futuros. Os estudos de que dispomos são auspiciosos em relação ao petróleo e, igualmente, em relação ao gás natural. A Petrobras, presentemente, investe forte para explorar o gás da bacia de Santos. Nossas reservas, provadas, são de 225,9 bilhões de metros cúbicos de gás natural e poderão se avançar, como ocorreu com o petróleo. Talvez devamos dar prioridade a essas pesquisas, para melhorar aproveitamento do gás, como têm opinado qualificados economistas.

Daí por que, Sr. Presidente, eu conclamei no início deste pronunciamento que precisávamos abrir os debates em torno do assunto. Ouvir especialistas e técnicos das entidades públicas e privadas, a fim de que o Congresso, quando lhe forem submetidas as proposições relativas ao tema, esteja em condições de decidir sob as inspirações do melhor interesse público.

Sr. Presidente, a mim me parece que muito melhor seria que aplicássemos tão vastos recursos, como esses que se programam para a Venezuela, em pesquisa no Brasil, a fim de que pudéssemos ter nós mesmos o nosso gás, sem essa dependência tão grande que se aproxima em relação à Venezuela e à Bolívia.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^rs e S^rs. Senadores, ontem, tive o desprazer de ter de tratar deste assunto aqui no plenário, por acusações que recebi e injustiças que vêm se acumulando ao longo dos últimos meses. Hoje, novamente, o assunto é abordado, e quero deixar clara a minha posição de ontem e de hoje.

Ontem, retruquei aqui as palavras do Senador Mozarildo Cavalcanti, que cobrava do Conselho de Ética explicações como se eu estivesse não querendo dá-las, quando, na verdade, desde o ano passado, prestei os esclarecimentos necessários e tenho cobrado do Conselho de Ética uma posição e um parecer sobre essas questões. Portanto, estou muito tranquilo.

Tenho sido vítima e tenho sido caluniado ao longo dos últimos dezesseis anos no meu Estado porque faço parte da Oposição. E mesmo sendo caluniado e sendo vítima, jamais, com todas as tentativas de armadilhas, os governantes de plantão e os seus apaniguados conseguiram provar alguma coisa contra mim, porque elas não existem.

Ontem, deste plenário, eu disse que tinha recebido denúncias. Não fiz denúncias diretamente, mas disse que tinha recebido denúncias de que eu não teria usado a 4^a Secretaria para fazer qualquer tipo de irregularidade e muito menos nomeado minha filha juíza.

Pois bem, estou entrando agora com a primeira representação junto à Mesa por denúncias que recebi, para que o Senador Mozarildo Cavalcanti, assim como fui levado ao Conselho de Ética, possa também se explicar ao Conselho de Ética por que contratou, pela 4^a Secretaria, o jornalista Expedito Perônico, de Roraima, que, ao que consta, e isso poderá ficar provado no esclarecimento, jamais deu um dia de serviço na 4^a Secretaria nem nesta Casa.

Portanto, essa é uma questão que recebi. Não estou fazendo juízo de valor, não estou afirmando que é nem que não é, mas estou encaminhando-a ao Conselho de Ética para que se façam os estudos necessários.

Quanto à filha do Senador, quero dizer que não emiti também nenhum parecer aqui ontem. Mas recebi denúncia a respeito de certidão fornecida pelo seu gabinete e vou, na próxima semana, quando chegar

esse material de Roraima, encaminhá-la também ao Conselho de Ética, sem fazer nenhum juízo de valor, para que o Senador possa se defender, assim como fazem comigo.

Estou cansado de ser agredido, caluniado. E se o Senador ficou doído porque, em tese, mencionou-se a filha dele – e não falei no nome de ninguém –, quero dizer que eu, minha mulher e meus filhos temos sido atacados pelo grupo ao qual ele pertence, por jornalistas ligados a ele, contratados pela Liderança do PPS quando ele foi líder do Partido. Temos sido diariamente achincalhados. O que é que faço? Entro com processo, porque assim é que deve ser na democracia.

Não tenho nenhum tipo de rancor. Não vou baixar o nível, não vou bater boca. Entretanto, vou me defender a cada acusação irresponsável e leviana daqueles que querem perpetuar no meu Estado, Roraima, um modelo ditatorial, perseguidor, antidemocrático e, portanto, merecedor do nosso combate.

Volto a dizer que sou candidato a governador, independentemente de ganhar ou perder a eleição. Não estou preocupado com a disputa, se vou enfrentar a máquina do governo, se vão comprar voto, se vão fazer mais gafanhoto. Estou preocupado em criar o contraditório, em mostrar ao meu Estado que existe outra proposta para Roraima. E essa proposta será apresentada independentemente das agressões que tenho recebido e que vou receber durante a campanha. Não tenho dúvidas de que serei muito agredido, mas estou acostumado, porque há dezesseis anos sou agredido em Roraima, há dezesseis anos sou Oposição em meu Estado, há dezesseis anos enfrento armadilhas, há dezesseis anos eu enfrento depoimentos comprados, muitas vezes de pessoas que estão passando necessidades e que recebem dinheiro para fazer qualquer tipo de depoimento.

Portanto, estou muito tranquilo. Não vou entrar no debate local aqui, mas, como a situação tinha passado do limite, com a invasão da minha residência, com a invasão do meu escritório e com as agressões perpetradas permanentemente, entendi que já era hora de pôr um basta nisso e procurar as medidas cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Romero Jucá, não posso, estando na Presidência da Casa, polemizar com V. Ex^a. Vou usar o momento próprio para isso; porém, quero deixar claro que estou entrando também hoje com uma representação contra V. Ex^a pelas duas denúncias que fez, quanto à 4^a Secretaria e quanto à minha filha.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a está inscrito regularmente. V. Ex^a quer usar a palavra como orador inscrito ou como Líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – As duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a tem a palavra como Líder, por cinco minutos, inicialmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu conversava com a Senadora Heloísa Helena e nos púnhamos a meditar sobre se estamos ou não ficando, todos nós brasileiros, embrutecidos. É muito comum lemos nos jornais artigos e pensatas da lavra de figuras da maior respeitabilidade profissional sustentando que o povo se cansou das denúncias de corrupção e por isso o Presidente Lula estaria crescendo eleitoralmente. Vejam a gravidade. O povo estaria se cansando de denúncias de corrupção. Ou seja, não adianta mais denunciar porque já há corrupção demais. Se houvesse de menos, perderia a eleição. Tendo demais, poderia ganhar, porque assim ninguém dá bola, ninguém liga. Do mesmo modo, eu dizia à Senadora Heloísa Helena ainda há pouco: é impressionante como nós estamos, todos nós, pouco chocados com o fato de familiares do ex-prefeito Celso Daniel que se apressam para se mudar do País. Como estamos pouco chocados com isso; como estamos achando normal, natural!

O Sr. Bruno Daniel diz: "Nós não queremos exploração política". Claro, ele está correto, ele tem que proteger a vida da família dele. Nem é meu interesse fazer exploração política disso do ponto de vista eleitoral, fazer qualquer exploração a esse respeito. Quero a apuração das denúncias. Ele próprio diz: "Estou ameaçado". O seu irmão diz: "Estou ameaçado, estamos mudando".

Como Líder de um partido de Oposição, tenho todo o interesse em saber disso até o final. Agora, espanto-me por estarmos fazendo pouco eco desse assunto aqui dentro, como se fosse natural numa suposta democracia, como supostamente democrático é o Brasil, estarmos vendo uma família ser ameaçada, em um caso que já produziu oito cadáveres, cuja providência por parte do Governo foi zero, nenhuma. O Ministro da Justiça, a esta altura, já teria que ter chamado aqui a família do Sr. Daniel ou ido até ela para dizer das providências que poderia tomar para protegê-la, e as investigações teriam que estar sendo anunciadas com clareza. Isso era para estar comovendo o País, comovendo todos nós, mas não, não está; nenhum de nós está comovido. A verdade é que não

estamos comovidos. Daqui a pouco, morre mais um, fica aquela dúvida...

Já ouvi até piadas a respeito do caso de Santo André, sobre essa história das mortes. O Brasil precisa levar-se mais a sério. O Brasil precisa levar-se bem mais a sério do que se leva. O Brasil leva-se pouco a sério. O Ministro da Justiça teria que ter tomado providências muito claras e não as tomou. O Congresso teria que, a meu ver, interpelar o Ministro, chamá-lo para depor em um dos seus departamentos, chamar os irmãos do falecido Prefeito Celso Daniel. E nós todos teríamos que declarar, em alto e bom som, que não aceitamos que se implante no País um clima de terror.

Ontem, desta tribuna, referi-me ao fato de que as críticas da CNBB ao Governo Lula foram rebatidas por um assessor do Planalto – segundo o jornal que deu a notícia – à base do deboche, do desdém, dizendo assim: "A CNBB que cuide do Padre Pinto" – Padre Pinto é aquele que tem rezado missas fantasiado, maquiado. Tratam do assunto como se a CNBB não pudesse falar sobre economia, não pudesse criticar Governo algum. Fui Líder de um Governo que recebeu pesadas críticas da CNBB durante oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, informo a V. Ex^a que a Presidência vai conceder-lhe o tempo de 15 minutos, como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, mas estou falando como Líder. Encerrarei minha manifestação como Líder e, daqui a pouco, voltarei a falar como orador. São dois assuntos diferentes. Em dois minutos eu concluir, Sr. Presidente.

Fui Líder e Ministro de um Governo que, durante oito anos, sofreu as mais pesadas acusações de todos os segmentos, e não me lembro de ninguém ter dito assim: "Estou sendo perseguido por este Governo. A minha vida está sendo ameaçada". V. Ex^a mesmo, Senadora Heloísa Helena – uma das mais duras adversárias com que poderia ter contado o Presidente Fernando Henrique –, sempre disse o que quis, na hora em que quis, do jeito que quis, sem sofrer o menor constrangimento. Ao contrário, asseguro-lhe que, de nossa parte, havia um grande respeito pela sua coragem, pela sua bravura, e uma grande e natural tolerância pelo fato de estarmos em uma democracia e de a crítica fazer parte da democracia. Se a crítica fosse considerada demasiada, procurava-se não dar importância a ela; se fosse considerada justa, procurava-se aperfeiçoar os métodos e aprender com quem critica. O fato é que foram oito anos em que ninguém foi perseguido; oito anos em que, efetivamente, reinaram democracia e liberdade neste País.

Hoje estamos vendo como natural o fato de morrer um aqui, outro acolá; a CNBB é tratada com deboche; a Anvisa tenta amordaçar a imprensa; vem a Ancinav; vêm todas essas medidas ditatoriais que vimos este Governo intentar; e agora uma família diz que mudará do Brasil porque está ameaça. Oito pessoas já morreram nesse caso. Não sabemos a ligação entre o caso em si e tantas mortes, mas o fato é que o Brasil precisa acordar. Temos que beliscar o Brasil, beliscar cada um de nós. Não podemos aceitar isso, que pode ser o prenúncio de um ciclo autoritário. E vamos chorar lágrimas de sangue se não enfrentarmos o autoritarismo no nascedouro. Todo regime ditatorial começa com brincadeira, com ridicularia; nada mais ridículo que Hitler, no começo de sua carreira pública, e nada mais trágico para o mundo que Hitler. Ou seja, todo cuidado é pouco.

Sr. Presidente, o que quero agora é proteção e esclarecimento a respeito desse caso que se desdobra de maneira lamentável envolvendo a família do Sr. Celso Daniel.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Heloísa Helena, Senador Arthur Virgílio, Senador Edison Lobão, demais Senadores e Senadoras, venho à tribuna hoje para falar um pouco sobre o quadro político do meu Rio Grande do Sul e também para comentar um pouco a atuação dos Ministros gaúchos ao longo desses três anos e meio do Presidente Lula.

Começo falando, por uma questão de justiça, porque foi Senadora desta Casa, da ex-Ministra Emilia Fernandes. Emilia Fernandes é um quadro que se destacou na vida política do Rio Grande e do Brasil principalmente pela sua luta em relação às mulheres. Ela não retornou à Casa como Senadora, mas provavelmente retornará como Deputada Federal. Tenho certeza de que terá uma bela votação e fará um grande trabalho aqui no Congresso Nacional.

Quero falar também do ex-Ministro da Educação Tarso Genro, que fez um belíssimo trabalho como Prefeito de Porto Alegre, concorreu ao Governo do Estado e não se elegeu, além de ter sido Deputado Federal, juntamente comigo e com Olívio Dutra. Tarso assumiu o Ministério da Educação, cargo em que também fez, sem sombra de dúvida, um belíssimo trabalho. Nós todos tivemos o prazer de assistir a inúmeras audiências públicas aqui no Senado, onde, como

Ministro convidado, fez exposições que, com certeza, contemplaram e atenderam a todos os Senadores e Senadoras pelas respostas dadas, mostrando toda a sua competência.

Quero falar também do ex-Ministro das Cidades Olívio Dutra, que foi Deputado Federal Constituinte juntamente comigo, Prefeito da capital e Governador do Estado do Rio Grande do Sul, mas não concorreu à reeleição. No momento, Olívio Dutra, por unanimidade, é indicado, por todas as forças do Partido no Estado, para ser candidato a Governador. Todas as pesquisas já mostram que Olívio Dutra, com certeza – este também é o meu entendimento – estará no segundo turno, provavelmente polarizando com o candidato do atual Governador, que é do PMDB.

Tenho certeza de que Olívio Dutra, pela caminhada que está fazendo pelo Rio Grande, virá com muita força e, com a experiência acumulada como Governador, Ministro, Deputado Federal e Prefeito, terá muito a fazer pelo Rio Grande neste momento tão difícil da economia do meu Estado.

Por isso, Sr. Presidente, foi com alegria que declarei meu apoio desde o primeiro momento em que fui perguntado sobre o que pensava da candidatura de Olívio Dutra. É um quadro respeitadíssimo que há de unir as forças vivas do Rio Grande para que alcancemos a devida recuperação, principalmente no campo econômico e social.

Por fim, quero falar do Ministro Miguel Rossetto. S. Ex^a tem exerce uma função das mais difíceis, qual seja, a de ser Ministro do Desenvolvimento Agrário em um país como o nosso. V. Ex^a, que é um estudioso deste assunto, sabe o quanto o tema da reforma agrária é considerado não só polêmico, como também um tabu.

Eu sempre digo que a reforma agrária aconteceu na grande maioria dos países do mundo – e por que não dizer em quase todos –, independente da posição ideológica, seja ela de cunho comunista, socialista, social-democrata, etc.

Miguel Rossetto tem feito um belíssimo trabalho na agricultura familiar. O seu Ministério tem colaborado muito com os pequenos produtores, os sem-terra, os sem-teto, os sem-luz, e tantos outros.

Vi com satisfação que todos aqui sabem a história de Miguel Rossetto, que, assim como eu, também vem da base do Vale do Sino. S. Ex^a foi sindicalista, líder da própria Central Única dos Trabalhadores e tudo indica que Miguel Rossetto na chapa junto com Olívio Dutra – provavelmente o candidato a vice-Governador será de um outro partido –, será candidato ao Senado.

Miguel Rossetto, tenho certeza, está disposto a fazer uma belíssima campanha. E essa campanha

para o Senado, no Rio Grande do Sul, vai polarizar entre Miguel Rossetto e o Senador Pedro Simon. Todos sabem do respeito que tenho pelo Senador Pedro Simon e pelo Ministro Miguel Rossetto, que se apresenta como candidato ao Senado, conseguindo unir todas as forças do Partido.

Entendo que a chapa composta por Miguel Rossetto e um vice, provavelmente de outro partido, significará uma grande cruzada para a recuperação do nosso Estado.

Ontem, demonstrei a preocupação que tenho com o número de empresas que estão saindo do Rio Grande do Sul e indo, como disse, não para o Norte ou para o Nordeste, mas para outros países.

Referi-me, há poucos dias, à situação gravíssima da nossa agricultura, da nossa pecuária e do próprio parque industrial. Por isso, junto com Miguel Rossetto e com o Ministro interino Jairo Jorge, que substituía o Ministro Tarso Genro na época, trabalhamos também com a questão das escolas técnicas. Na próxima quinta-feira, haverá um debate na Comissão de Educação sobre o Ensino Profissionalizante.

Falo de Miguel Rossetto porque ele tem uma história muito interessante e importante voltada para esta área. Por isso que, ao comentar hoje aqui o trabalho dos Ministros gaúchos, faço-o com muita satisfação.

Naturalmente, deixei para o fim o comentário sobre a Ministra Dilma Rousseff, que, sem sombra de dúvida, está fazendo um trabalho como Chefe da Casa Civil que todos respeitamos. No início, muitos diziam que Dilma era uma grande gestora, uma grande administradora. Eu sempre disse que, além disso, ela tinha uma história – diria – quase que inigualável, principalmente dentro do solo gaúcho. A Ministra Dilma representa hoje, sem sombra de dúvida, pelo posto que ocupa junto ao Presidente da República, o cargo mais importante, na minha avaliação, que uma mulher ocupa no nosso País. Que fique aqui, mais uma vez, o meu carinho e respeito à história e à forma como a Ministra Dilma exerce a sua função como Ministra-Chefe da Casa Civil. Com certeza absoluta, Dilma entra para a história no rol daquelas mulheres que jamais esqueceremos.

Percebo hoje a ascensão das mulheres na Alemanha, Chile, Argentina, França. Enfim, Senadora Heloísa Helena, a ascensão das mulheres é um quadro real. E comentava com V. Ex^a, há poucos minutos, que vejo isso com satisfação. Não faço um discurso apaixonado por este ou por aquele Partido. Falo de forma genérica.

Falei também sobre as pesquisas de que tive conhecimento acerca da perspectiva real, se V. Ex^a assim entender, de vê-la candidata a Governadora de

seu Estado e da ascensão de sua possível candidatura nas pesquisas como – quem sabe? – a primeira mulher brasileira a concorrer para Presidente da República.

Elogiava a Ministra Dilma por conhecer sua história, mas me lembro também, disse isso ontem, de que V. Ex^a me apoiou em um momento difícil de minha campanha. Naquele momento, a Ministra Dilma também esteve lá. Lembro-me de que ela foi a uma grande assembléia do Cepeg – não sei se V. Ex^a conhece – apoiar a nossa candidatura, porque entendia importante que estivéssemos junto com V. Ex^a no Senado. Faço este comentário sobre a Ministra Dilma por tudo o que ela representa para o povo gaúcho e pelo trabalho que está fazendo.

Sr. Presidente, falei ontem sobre a realização de audiências públicas que ocorrerão aqui na semana que vem. Uma delas será na segunda feira, às 10 horas, quando debateremos o fator previdenciário com a presença de representantes das centrais sindicais e de especialistas em questões previdenciárias. Na terça-feira, teremos o debate na Comissão Mista do Salário Mínimo, quando ouviremos representantes das prefeituras, de trabalhadores e de Municípios. Na quinta-feira, com a presença de representantes do MEC, discutiremos sobre o Ensino Profissionalizante, assunto pelo qual sou mais do que um apaixonado, um entusiasta, um admirador daqueles que dedicam a sua vida para a formação profissional da nossa juventude. Isso porque entendo que a formação profissional é que vai assegurar ao jovem o emprego, um salário decente e, principalmente, o acesso à universidade particular ou pública.

No entanto, sabemos que o gasto na universidade, mesmo na universidade pública, é muito grande para um estudante, principalmente aqueles que são pobres ou da classe média. Por isso que, quando apresentei aqui o projeto do chamado Fundep, ele vem com esse objetivo. Ou seja, é um fundo para valorização do Ensino Profissionalizante em todo o País. E espero, Sr. Presidente, que possamos ter em todo o País um número cada vez maior de escolas técnicas profissionalizantes. Sei que no projeto consta a criação de cinco mil escolas.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, já deve se aproximar de um número em torno de 15 escolas profissionalizantes nas seguintes cidades: Porto Alegre, Charqueadas, Passo Fundo, Júlio de Castilhos, Canoas, Pelotas e Sapucaia do Sul. Mas sabemos também que outras regiões pleiteiam que sejam instaladas rapidamente outras escolas de ensino profissionalizante.

Por isso, que estou valorizando muito esta audiência pública que teremos aqui com representantes do Sesi, do Senai, do MEC e dos trabalhadores para

discutirmos esse tema. O representante dos reitores deve vir de Pernambuco para representar as universidades, pois estão também apostando no ensino profissionalizante.

Por isso tudo, Sr. Presidente, termino conclamando os Senadores e os Deputados a se fazerem presentes nessas audiências públicas que ocorrerão na segunda, na terça e na quinta-feira. A Senadora Heloísa Helena faz sinal de que estará presente. Naturalmente, faço o convite a todos e sei que muitos Senadores darão uma passada lá. Apesar de o trabalho da Casa ser enorme, pois somos chamados em todas as Comissões, em inúmeras audiências públicas, estaremos lá também debatendo esse tema.

Era isso.

Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela tolerância e pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, hoje, sexta-feira, 3 de março, o Tribunal Superior Eleitoral de nosso País estará reunido para discutir e votar as alterações referentes às eleições do próximo dia 1^a de outubro.

Com certeza, a decisão que o Tribunal Superior Eleitoral tomará implicará diretamente no resultado das eleições. O Tribunal Superior Eleitoral tem tido um comportamento ímpar, justo, correto, respeitoso e respeitado no País inteiro e tem transmitido essa seriedade, essa competência a outros países. No caso de nossa urna eletrônica, da nossa urna eleitoral, por exemplo, o Brasil se projeta como um país que detém uma tecnologia de ponta que permite a garantia e a rapidez no resultado eleitoral.

Conseqüentemente, com o Ministro Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal e atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, será dado prosseguimento, seqüência ao trabalho do Ministro Carlos Velloso, que foi quem realmente revolucionou o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

Essa oportunidade que o Tribunal terá hoje, na votação da manutenção ou não, por exemplo, da verticalização, da questão do caixa, principalmente com relação aos recursos que serão utilizados nas campanhas eleitorais, fará com que o Brasil todo possa realmente cumprir a lei eleitoral com naturalidade.

Os Tribunais Regionais Eleitorais de todos os Estados brasileiros têm sido fiscalizadores inclusive da pré-campanha, que antecede o calendário que permite as convenções até o final de junho. O dia 31 de junho é a data máxima para que os Partidos façam as suas

convenções, apresentem as suas coligações. A partir de julho é que se inicia, na verdade, a campanha eleitoral. Na maioria dos Estados, inclusive Estados que tenho visitado, já se apresenta um quadro de campanha eleitoral; e os Tribunais Regionais Eleitorais têm sido vigilantes e têm realmente coibido abusos, como esses *outdoors* que vimos em todas as partes. No meu Estado, por exemplo, vários Parlamentares, prováveis candidatos, já foram multados, e foram retirados os *outdoors*, os adesivos dos carros. Realmente, em alguns Estados – cito particularmente o meu Estado –, o Tribunal Regional Eleitoral tem mantido um rigoroso controle e uma rigorosa fiscalização contra os abusos, porque, na verdade, ficam comprovados os abusos referentes à área financeira, como o do poder econômico.

Depois que os processos são iniciados, abertos os inquéritos, muitos candidatos, até depois de eleitos, têm perdido o seu mandato e ficam a reclamar do Poder Judiciário, da Justiça Eleitoral Regional, do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, para onde convergem todas as ações iniciadas principalmente nos nossos rincões, como é o caso da Primeira Instância. Quando o juiz local estabelece uma pena que permite até a cassação do próprio eleito, recorre-se ao Tribunal Superior Eleitoral, onde, finalmente, as questões vêm se avolumar e acumular. Já houve casos, inclusive, de recursos para o próprio Supremo Tribunal Federal.

Alerto a população brasileira e demonstro aqui claramente a capacidade, a coerência, a rigidez e a seriedade do Tribunal Superior Eleitoral, que terá como Presidente, nas eleições de 2006, já o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal. Na verdade, com a saída futura do Ministro Nelson Jobim, atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumirá a Presidência a Ministra Ellen Gracie, e o Ministro Gilmar Mendes será o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e abrirá mão da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, cabendo ao Ministro Marco Aurélio Mello esse cargo e, por consequência, a fiscalização, a coordenação e o trabalho de toda a eleição de 2006.

Recentemente, semana retrasada, houve a posse do Ministro José Gerardo Grossi como Ministro Titular do Tribunal Superior Eleitoral. Ele também é oriundo do Ministério Públíco Federal, advogado militante em Brasília, um homem de tradição jurídica, de respeito, de credibilidade; inclusive, foi colega do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que também foi oriundo do Ministério Públíco.

Aliás, ainda ontem, assisti a uma entrevista do Ministro Sepúlveda Pertence à TV Senado. Inclusive, gostaria de destacar que a nossa TV Senado completou 10 anos e tem demonstrado claramente a capaci-

dade que o Senado Federal brasileiro tem de mostrar não só ao povo brasileiro, mas ao mundo todo a sua organização, o seu dia-a-dia, o trabalho das Comissões Permanentes, das Provisórias, as reuniões do Plenário, o trabalho permanente da Diretoria-Geral da Casa, do Dr. Agaciel Maia, como Diretor-Geral; de todos os funcionários do Senado Federal, que são funcionários de carreira, concursados; da Consultoria do Senado, que têm dado provas da sua capacidade, do seu discernimento. Todos os funcionários da Casa são procurados e provocados por nós Senadores e pela população brasileira que visita e freqüenta diariamente o Senado Federal. A TV Senado mostra ainda a participação das classes produtoras, dos trabalhadores e dos sindicatos nas discussões de matérias.

Agora, por exemplo, com relação à Super-Receita, haverá uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, pois o projeto já se encontra no Senado Federal e tem com Relator o Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia. Para essa audiência pública serão chamados todos os representantes de categorias profissionais que trabalham diretamente com a arrecadação tanto da Previdência como do Fisco, da Receita Federal. Recebi, inclusive, um apelo do Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para que fosse incluída uma categoria de funcionários da Receita Previdenciária e da Receita Federal. O pedido de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, foi acolhido. Eles já foram convidados e participarão da audiência pública.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, cumprimento V. Ex^a pelo primeiro tema que trouxe ao debate no Senado Federal, nesta manhã de sexta-feira. Refiro-me ao que chamamos de reforma eleitoral. Sou daqueles que têm publicamente se expressado dizendo que, embora não tenha trabalhado em nenhuma CPI, respeito muito as CPIs e também a capacidade dos Deputados e Senadores que lá atuam. Por outro lado, entendo também ser fundamental que haja algumas mudanças para o pleito deste ano, a fim de que não se repitam os erros do passado. V. Ex^a traz, no primeiro momento de seu discurso, o debate sobre a reforma eleitoral, debate que tem que ser travado. Oxalá, de uma forma ou de outra, por decisão tomada hoje, quem sabe, pela Justiça Eleitoral, sejam criadas novas balizas para orientar a disputa eleitoral deste ano, de Deputado a Presidente da República. Cumprimento-o também pela forma democrática com que age, pois tem sido muito parceiro, muito companheiro em todas as solicitações correspondentes à Comissão de Assuntos Econômicos, que V. Ex^a preside. No caso específico, V. Ex^a acatou um pedido encaminhado pela categoria para que eles também fossem ouvidos, já

que estão diretamente ligados à grande modificação que vai ocorrer com a unificação da Receita Federal e da Previdência, passando a existir no País uma única pasta chamada Super-Receita. Por isso, cumprimento V. Ex^a, e agradeço por ter acolhido a nossa solicitação. Farei o possível para estar lá, junto com V. Ex^a, debatendo tema tão importante para todo o País. O aparte foi mais para cumprimentá-lo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Paulo Paim, agradeço a participação e insiro o aparte de V. Ex^a em meu pronunciamento.

Tenho certeza de que essa audiência pública permitirá que todos os segmentos, todas as entidades envolvidas na criação da Super-Receita participem da discussão. Na verdade, ocorrerá a fusão do sistema de arrecadação brasileiro: da Previdência Social e da Receita Federal. Um único auditor, um único procurador, um único fiscal, tanto da Previdência como da Receita Federal, ao fiscalizar uma empresa, fará a apuração, a auditoria, a fiscalização, não apenas de empresa como de pessoa física, dos dois Ministérios, das duas pastas. Isso facilitará o processo, proporcionando maior velocidade e maior conteúdo para essa condição de fiscalização, como também aumentará a arrecadação que o Governo Federal e o Brasil precisam a fim de compensar o grande déficit na área previdenciária. Esse é o grande indutor que justifica a criação da Super-Receita.

Para o consumidor, para o usuário, para o contribuinte, melhor dizendo, propiciará uma estrutura menor. Assim, o tempo disponível da empresa será para buscar novos clientes, aumentar o faturamento e torná-la mais viável e mais rentável. A fiscalização não tomará tanto tempo da atividade maior, que é a atividade empresarial, a atividade comercial. Trata-se de um projeto que moderniza e aperfeiçoa a arrecadação de impostos.

Novas idéias e propostas poderão ser apresentadas a fim de que possamos melhorá-lo, aperfeiçoando-o, como já fizemos em outras oportunidades, no Congresso Nacional, em matérias que tratam da melhoria da capacidade de geração de renda e de geração de receita para investimentos tão necessários à sociedade. Lembro que o projeto já foi votado e aprovado na Câmara Federal.

O Secretário-Geral da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, que acumulará também a função de Secretário da Super-Receita, comparecerá à audiência, assim como membros dos Sindicatos de Auditores e Procuradores, que tanto se empenharam para que fossem ouvidos, e categorias tanto da Previdência Social como da Receita Federal. O tema será discutido, e creio que

chegaremos a um consenso a fim de aprovar o projeto o mais rapidamente possível no Senado Federal.

Sr. Presidente, tenho ainda alguns segundos, e retorno à matéria sobre a qual eu me propus a falar nesta manhã. Refiro-me à Justiça Eleitoral, aos Tribunais Regionais e ao Tribunal Superior Eleitoral, e gostaria de cumprimentá-los pelo trabalho realizado. Além de cumprimentá-los, principalmente o Tribunal Superior Eleitoral, a quem são dirigidas as questões maiores e as decisões finais, gostaria de fazer um alerta. Realmente, a situação merece uma campanha, inclusive dos meios de comunicação, tanto regionais como nacionais, no sentido de alertar a população para o fato de que alguns candidatos já se antecipam às campanhas eleitorais. Principalmente quem detém cargo no Poder Executivo, e no próprio Poder Legislativo, tem utilizado esse cargo de maneira errada, de forma a prejudicar outros candidatos que não dispõem dos mesmos meios.

Era o que tinha a dizer esta manhã.

Agradeço a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu conversava com o Senador Paulo Paim, que, ao deixar a tribuna, dizia querer falar a respeito da avaliação do Governo feita pela CNBB, pelo Sr. Secretário-Geral Dom Cláudio Hummes, um dos eméritos da CNBB, e hoje pelo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella.

Ontem, falei sobre o fato de a CNBB ter avaliado o Governo, fiz observações críticas e disse claramente que, no meu entendimento e no entendimento do Brasil, a CNBB é um órgão que merece o respeito do povo brasileiro, porque é uma entidade madura, equilibrada, formada por homens da melhor qualificação. Dom Cláudio Hummes é um estadista, Dom Geraldo Majella é um estadista, Dom Scherer é um estadista. São homens que têm condições de emitir uma opinião para ser objeto de reflexão; são homens que, dando uma opinião, têm de merecer o respeito do País, dos dirigentes, porque não é nenhuma opinião apaixonada nem uma opinião radical. Se fosse radical, seria a favor do Governo, porque a CNBB, sabe-se, tem uma posição histórica favorável à luta daquilo que se entendeu ser o Partido dos Trabalhadores. Daquilo, repito, que se entendia ser a luta do Partido dos Trabalhadores. Evidentemente, luta que está claramente colocada para a avaliação da opinião pública como a luta do mensalão. O fato é que as observações da CNBB foram objeto de resposta depreciativa por parte

daqueles que falam pelo Governo e pelo PT. Falaram até que a CNBB deveria tomar conta do Padre Pinto. A CNBB, então, que apresente proposta.

Senador Luiz Otávio, não é papel da CNBB apresentar proposta de ação no campo econômico a governo nenhum. Quem tem obrigação de fazer proposta, de apresentar proposta, de cumprir palavra, de cumprir compromisso é o Governo, que ganha eleição fazendo campanha e tomando compromissos. Não é obrigação da CNBB apresentar proposta no campo econômico, nem é papel da Oposição apresentar proposta para o Governo. O Governo tem, sim, de cumprir o que prometeu, e o que prometeu foi ser o campeão na questão social. O que a CNBB está cobrando é exatamente esse campeonato de ação social.

O que está acontecendo, Senadora Heloísa Helena, é que o Governo está calçando de novo o “sapato alto”. Sobe uns pontinhos nas pesquisas e sobe o tamanho do sapato.

Está aí hoje o Governo com atitudes arrogantes sobre as manifestações oferecidas em forma de colaboração, de crítica construtiva, crítica amena, pela CNBB.

O Líder do Governo na Câmara agiu, na minha opinião, de forma arrogante. O porta-voz do Palácio do Planalto, de forma inábil, evidentemente, provocou a manifestação do Presidente da CNBB, que hoje dá uma entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, referindo-se ao que o porta-voz do Palácio do Planalto disse em relação à manifestação da CNBB, dizendo o seguinte: “Estamos preocupados com o Padre Pinto. Queremos o bem dele, mas queremos também que os governantes se preocupem e não queiram a desgraça de ninguém, pois as pessoas têm direito a uma vida digna e justa. Que cada um participe e não seja um parasita e receba dinheiro para não fazer nada”.

Quem disse isso foi o Presidente da CNBB, não foi a Senadora Heloísa Helena, nem o Senador Arthur Virgílio, nem José Agripino e nem Efraim Moraes. Não foi nenhum líder de Oposição. Quem disse isso foi o Presidente da CNBB, que vou repetir: “... mas queremos também que os governantes se preocupem e não queiram a desgraça de ninguém, pois as pessoas têm direito a uma vida digna e justa. Que cada um participe e não seja um parasita e receba dinheiro para não fazer nada”.

O Presidente da CNBB acha que o Bolsa-Família é assistencialista. Quem está com fome deve receber o seu alimento, claro, e não ser estimulado a não fazer nada, ganhando R\$60,00, R\$80,00 por mês. “Dê trabalho para todos”, pregou, assinalando que “não pode louvar programas se forem “politicalhas” para ganhar votos.” Politicalha está aspeado no jornal. Ou seja, a

arrogância, o “salto alto” do Governo mereceu a resposta dura da CNBB, que quis dar a colaboração, fez uma avaliação crítica e foi objeto de chacota por parte do Palácio do Planalto.

Fez muito bem Dom Geraldo Majella em responder à altura e abrir os olhos deste Governo que acha que vai ganhar a eleição alistando doze milhões de pobres para ter doze milhões de famílias a seu favor, dando a elas apenas uma oportunidade de uma porta de entrada. É a prisão, é o prato de comida sem a oportunidade da porta de saída, sem a qualificação profissional, sem a oportunidade de emprego, como D. Geraldo Majella se refere, para que ele, com o emprego, com a qualificação, com a educação, possa construir o futuro de si próprio e de sua família. Era o que a CNBB esperava. A CNBB esperava um programa de ação social, não assistencialista, mas humano no sentido reto da palavra. E não é isso que está acontecendo. E, quando criticado, este Governo que voltou a usar “salto alto” parte para cima dos seus próprios admiradores ou dos seus próprios simpatizantes.

Eu não quero dizer que a CNBB, que é uma entidade apartidária, seja lulista ou não lulista. Eu não estou dizendo isso por hipótese alguma. Agora que a CNBB sempre teve uma atitude simpática à luta do PT é claro que sempre teve! E à mais leve crítica recebe admoestaçāo de forma desrespeitosa. Fez muito bem Dom Geraldo Majella ao responder à altura a este Governo, para enquadrá-lo, para colocá-lo em seu devido lugar. A crítica da CNBB tem autoridade suficiente para ser refletida pelo Brasil inteiro.

Já disse e vou repetir mil vezes que não prego, em hipótese alguma, o fim do Programa Bolsa-Família. Porém, como ele está, não pode continuar. Oferecer só porta de entrada para a pobreza não dá. Dessa forma, é assistencialismo, é terceiro-mundismo atrasado, e não dá para continuar. É preciso, sim, dar o prato de comida, mas, além de dar o peixe, ensinar a pescar. Se se quer ser governo e merecer o respeito da CNBB e das entidades de classes que queiram o respeito do povo ao governo, tem que se oferecer a porta de saída para a pobreza. É isso que a CNBB está expondo, e não é pela exposição que ela fez que a resposta do PT e do seu Governo poderia ser arrogante como o foi. Parabéns a Dom Geraldo Majella.

Sr. Presidente, quero falar sobre CPI dos Bingos hoje. Estou muito preocupado, Senadora Heloísa Helena...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Antes que V. Ex^a entre no segundo tema, da tribuna falei um pouco da situação dos gaúchos no Governo e das eleições no meu Estado. Mas queria também falar – e aproveito, já que V. Ex^a entra no assunto – sobre a CNBB. Eu acho que se fez polêmica desnecessária sobre a declaração da CNBB. Lembro-me que, também nos governos anteriores, a CNBB sempre teve uma posição muito clara na sua opção pelos pobres. Fazer críticas, por exemplo, às taxas de juros todos fizemos ontem, hoje e continuamos fazendo. Por isso, sinceramente, não entendi muito o porquê dessa polêmica tão grande quando a CNBB faz uma declaração dizendo que estava preocupada, por exemplo, com a taxa de juros e gostaria que houvesse mais investimentos no social. Quanto ao Bolsa-Família, V. Ex^a mesmo diz que não é contra e ninguém é contra. Neste momento, se V. Ex^a me permitir, ao olhar para a CNBB e, enfim, para todas as religiões, prefiro dizer da importância de todos terem opinião sobre a questão econômica e social do País sem – como diz V. Ex^a, e concordo – partidarizar esse debate. Por exemplo, há pouco eu conversava com a Senadora Heloísa Helena, e V. Ex^a estava certo, sobre a importância da campanha da fraternidade que a CNBB está capitaneando em todo o País, com o olhar voltado para as pessoas com deficiência. Eu e o Senador Flávio Arns falávamos com um dos representantes da CNBB que um dos eixos da campanha será a própria aprovação do estatuto da pessoa com deficiência, que está em debate aqui no Congresso. Fiz esse aparte não para fazer crítica a esse debate, mas para dizer que o debate é bom. E é bom que a CNBB diga a todos nós da importância de mais investimentos efetivos no social e que a questão financeira está a preocupar a todos. Por isso, aproveitei a oportunidade que V. Ex^a me deu – pedi a V. Ex^a antes, que disse: faça o aparte na hora que quiser – para comentar da importância da CNBB. Acho que é uma polêmica desnecessária. A CNBB, no meu entendimento, fez um alerta, e o alerta é bom para todos nós.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quem dera todo o PT pensasse como V. Ex^a, Senador Paulo Paim! Tenho um apreço especial e pessoal por V. Ex^a. Fomos parceiros de muitas lutas na reforma da Previdência pela preservação dos aposentados. Tendo com V. Ex^a uma relação pessoal muito positiva, alegra-me ouvir as observações que faz, com as quais concordo inteiramente.

Senador Paulo Paim, não sei se o que está ocorrendo é um problema de “salto alto” do Governo ou se este está contaminado pela síndrome da absolvição antecipada. Não sei se é uma coisa ou outra. Nem sei se o Governo pensa que já está absolvido de tudo e,

por isso, pode partir com o tacape para bater em quem faz a mais leve crítica sobre ele; não sei se assistimos ao “salto alto”, à arrogância do começo do Governo ou à síndrome da absolvição antecipada.

Por que acha que as CPIs não chegarão a lugar algum, o Governo parte logo para bater. E começa pela CNBB. Aí, Senadora Heloísa Helena, recebem o troco de pessoas sérias e altivas como Dom Geraldo Majella, que falou o seguinte: na política econômica do Governo Lula, de quem não se esperava a compra de um avião, esperava-se que o social fosse o comandante das ações do Governo e não o privilégio ao setor financeiro, o lucro dos bancos ou a taxa de juros que infelicitava a geração de empregos em nosso País de forma que a Argentina cresça 9%, os países emergentes, assemelhados do Brasil, cresçam 6,4% e o Brasil cresça 2,3%; portanto, que os empregos cresçam na mesma proporção. É isso; só isso.

Daí, diante da manifestação do Governo em resposta a leve crítica da CNBB, Dom Geraldo Majella diz – ele entra fundo: “Acho que nunca houve Governo tão submisso às condições impostas pelos credores como este”, declarou ontem em Salvador, acrescentando que “nenhum banco foi à falência neste Governo”.

Há quem possa contestar esse tipo de declaração? Ninguém. Quem está dizendo isto, Senador Arthur Virgílio, não é V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Se fosse V. Ex^a ou eu até poderiam dizer: “Não, é a opinião de um líder de Oposição, de alguém que tem obrigação constitucional de combater o Governo, de estabelecer o contraponto”. Mas, não! É uma entidade que, teoricamente, ao longo da sua história, teve uma atitude solidária com a pseudo-luta do PT. Por essas razões, nós temos que fazer esta reflexão.

Eu rendo a minha homenagem à CNBB pela oportuníssima manifestação e rendo minha solidariedade pelo fato de ela ter sido mal-entendida e ter sido depreciada pelas manifestações dos porta-vozes do Palácio do Planalto.

Volto à manifestação que fazia sobre a minha preocupação com relação às comissões parlamentares de inquérito. Eu suponho que o Governo, mordido pela síndrome da absolvição antecipada, esteja fazendo pouco caso de fatos gravíssimos.

Senadora Heloísa Helena, não sei se V. Ex^a estava presente quando do depoimento dos irmãos de Celso Daniel – João Francisco e Bruno. Eu estava lá. Eu estava até porque o requerimento de convocação que trouxe S. Ex^as à CPI teve a minha assinatura. Lembro-me de ter feito uma pergunta, Senador Arthur Virgílio,

não me lembro se foi ao Bruno ou ao João Francisco. Depois de eles dizerem tudo o que eles tinham dito, num dado momento, perguntei se eles não temiam pela segurança pessoal. Eles – não me lembro se o Bruno ou o João Francisco – não manifestaram preocupação com a segurança pessoal ou deram uma resposta que a mim, de certa forma, me tranqüilizou. Suponho eu que, àquela época, eles estavam tranqüilos com relação ao direito de denunciar fatos para corrigir rumos na vida política do Brasil. Senador Arthur Virgílio, o que está acontecendo é um fato gravíssimo! V. Ex^a se lembra de quem carregava o caixão de Celso Daniel? Quem segurava uma das alças? Era Luiz Inácio Lula da Silva, hoje Presidente da República, que se dizia amigo do peito de Celso Daniel, que iria ser o coordenador da campanha dele! Celso Daniel era amigo pessoal de Lula. Quem são João Francisco e Bruno? São irmãos dele – irmãos de mesmo pai e mesma mãe. O que se está noticiando? Que um deles, Bruno, está indo com esposa e filhos para o exterior com destino ignorado. Por quê? Porque estão ameaçados de morte!

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a foi prefeito. Eu fui Governador e fui Prefeito. Se isso estivesse acontecendo com um amigo pessoal meu, com um cidadão qualquer, eu tomaria a iniciativa; eu, se fosse amigo, tomaria mesmo a iniciativa de procurar ou o João Francisco, ou o Bruno: o que está acontecendo com vocês? Qual é a denúncia que você fez e que está motivando carta anônima ou e-mail ou ameaça de seqüestro a sua família? O que é que eu posso fazer por você, meu amigo, irmão do meu Prefeito Celso Daniel? Se eu fosse o Lula, faria isso, por gesto de solidariedade, por gesto de humanidade, até. Nem seria um gesto político, mas de humanidade pessoal. Alguém viu alguma manifestação do Presidente Lula? Houve a notícia, e o Lula está encolhidinho, não quer nem saber de discussão do caso Celso Daniel. Agora, a CPI quer saber, sim senhor; quer saber, vai investigar e vai saber; não vai deixar esse cadáver insepulto nem vai deixar um caso escabroso como esse impune: vai às últimas consequências e vai tomar providência.

Vou conversar, aliás já conversei com o Senador Efraim Moraes, e vou combinar com S. Ex^a uma forma de a CPI tentar chegar à família do Celso Daniel para ver o que é que podemos fazer. O que eu tentei fazer quando eles vieram aqui por meio da pergunta que fiz, vou tentar, agora, por intermédio do Presidente da CPI. Ou seja, que um grupo de Senadores – o Senador Romeu Tuma, que é membro da Comissão – vá à família e pergunte: “Se o Governo não oferece proteção, o que

é que o Congresso pode fazer para, tornando pública uma ameaça, garantir a segurança de vida para si e para sua família?" Essa providência vou tomar.

Ouço com prazer o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Líder José Agripino, V. Ex^a faz um discurso na linha de palavras ainda há pouco proferidas por mim. Minha preocupação é a mesma. Estranho muito, nesse episódio Celso Daniel, que S. Ex^a o Ministro da Justiça até hoje não tenha se explicado...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Tinha que ser Lula, Senador Arthur Virgílio, tinha que ser Lula! Lula é que era amigo de Celso Daniel. Era ele, não era...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já chego lá.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Isso me revolta! Era Lula que era amigo de Celso Daniel. Não era o Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça tem obrigação institucional, V. Ex^a tem toda a razão, mas era Lula quem tinha que fazer isso, era ele pessoalmente, e não move uma palha!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já cheguei lá, Senador José Agripino. A Justiça, sem dúvida, a mando de Lula, servindo a Lula é o mesmo que não teve a coragem ainda de se manifestar sobre a tal lista de Furnas; passamos semanas cobrando dele que se manifestasse. Não é possível que a Polícia Federal não saiba se essa lista é falsa ou não. Não estou discutindo se a assinatura do Sr. Dimas é falsa ou não – acho até que a assinatura deve ser verdadeira. Não estou nem discutindo se tem original ou não: para ter fotocópia tem algum original, e quero saber se o original da tal lista é verdadeiro ou não. A esta altura ele já sabe que a lista é fraudulenta. Já sabem disso. Mas deixam os tais 156 nomes da lista sendo vitimados pela calunia anônima, por aquela coisa: água de pântano.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É a fogueira das suspeitas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É. Água de pântano mesmo. Senador José Agripino, V. Ex^a tem razão. O Presidente Lula editou um filme italiano com aquela história de segurar o caixão; aquilo é um filme italiano, um filme do sul da Itália. Porque hoje o que me causa espécie é o Presidente Lula não estar indignado, como V. Ex^a; não está chocado. Permitiu que seu Partido obstaculizasse investigações que poderiam levar a elucidação mais rápida desse caso; a tentativa que faz, sistemática, de desqualificar todo e qualquer avanço no terreno das investigações sobre esse caso. Ou seja, é estranhíssimo a viúva do Sr. Toninho do PT não gostar da cúpula desse Partido, da cúpula desse

Governo; estranhíssimo a família do Sr. Celso Daniel não gostar da cúpula desse Partido, da cúpula desse Governo. Estranhíssimo! Creio que aqueles, coerentes com a dor que dizem ter no coração, deveriam estar junto dessas famílias, procurando salvaguardá-las e procurando dar essa satisfação moral que é apontar os culpados. Eu perguntava ainda há pouco para a Senadora Heloísa Helena: Heloísa, o irmão de Celso Daniel, que eles diziam que era louco, é esse que está dando declarações no jornal? Ela disse: "Não, Arthur, esse é o Bruno, que eles diziam que era bom". O Bruno, eles diziam que era bom; o louco, supostamente, era o João Daniel. Mas parece que os dois, o que diziam louco e o que diziam são, os dois estão sendo ameaçados. Essa é que é a verdade. E o Brasil tem que se chocar, porque as manifestações do autoritarismo começam com coisas ridículas, como o bigodinho do Hitler, e terminam tragédia como aquela. Nenhum autoritarismo se implanta de uma vez só; implanta-se aos poucos, implanta-se pelo medo, pela intimidação; implanta-se no passo a passo. Estamos vendo – fico estupefato –, até com certa naturalidade, que o Brasil não está chocado ao ver uma família mudar-se do País por se dizer ameaçada. E sabemos que se trata de um crime que já rendeu oito mortes, entre comprovadamente ligados ao caso ou não comprovadamente ligados ao caso. Já houve oito mortes além da morte do prefeito. É uma coisa gravíssima. Portanto, Senador José Agripino, parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento corajoso, como sempre, e lhe digo da necessidade que temos de mostrar que este Governo é autoritário. Não vou nem fazer de novo análise da economia. Reagiram mal à declaração da CNBB, reagiram violentamente, ou seja, a CNBB só serve para elogiar o Governo. Se ela diz que não é boa a *performance* do Governo na economia, lá vem o deboche, lá vem a palavra de achincalhe: vão cuidar do Padre Pinto. Atenção, Brasil! Atenção, Brasil! Essa gente é perigosa. Outro dia, uma senhora do Paraná, com o esposo, encontrou-me aqui no Congresso, deu-me um abraço e disse assim: "Aprecio muito o seu trabalho, Senador. O senhor é um homem corajoso". Eu lhe disse: olha, lamento decepcioná-la. Não enfrento essa gente por ser corajoso, não; enfrento essa gente por medo, tenho medo deles. Não sou corajoso, tenho medo dessa gente. Eu a enfrento com toda a força que tenho dentro de mim porque tenho medo do que possa ser a consolidação dessa gente no Poder. Então, não me tenha como corajoso, porque talvez eu seja muito medroso. Tenho medo. Não quero para o meu País, para os meus filhos o desd

bramento desse casamento brutal do autoritarismo com a incompetência e com a corrupção.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, agradeço-lhe o aparte com as considerações que se somam ao raciocínio que eu procurava construir.

Quero complementar dizendo a V. Ex^a o seguinte: quando se trata de esclarecimentos de fatos que envergonham o PT, eles procuram botar a sujeira debaixo do tapete. V. Ex^a deve lembrar-se da acareação entre os dois irmãos e Gilberto Carvalho, quando eles tentaram desqualificar os dois irmãos, tentaram colocá-los, como V. Ex^a disse, um como louco e outro como alienado, para colocar como vítima Gilberto Carvalho, que, na versão dos dois irmãos, na qual acredito, era o estafeta, o confessado estafeta do dinheiro que era recolhido em Santo André e transportado para São Paulo e entregue a José Dirceu. Veja V. Ex^a: tudo o que diz respeito a esclarecimento de uma corrupção, que vem lá de trás – a história do mensalão é apenas a reprodução de um fato que vem lá de trás –, tudo aquilo que esclareça a origem do procedimento do PT é objeto de ataque a golpe de tacape. Só que vão nos encontrar pela frente. O assunto Santo André tem vinculação com Campinas, com Ribeirão Preto e envolve Okamotto, Delúbio, Silvinho, José Dirceu e tantos outros, passando por Marcos Valério. Eles não vão passar impunes. Todos esses fatos, como o caso do Sr. Okamotto, Senadora Heloísa Helena, custe o que custar, demande o tempo que demandar, terão de ser esclarecidos. O Sr. Okamotto esteve na CPI. Houve perguntas que eu lhe fiz, e ele ficou com o olho grelado, olhando para a minha cara, e não respondeu ao que eu perguntei. Isso está gravado. Eu perguntei, ele ficou com o olho grelado e não respondeu nada sobre fatos que eram importantes e deviam ser esclarecidos. Ele veio, Senador Arthur Virgílio, para esclarecer um dado que é fundamental. V. Ex^a está assistindo pela televisão aos vídeos do Presidente Bush falando com o Centro de Meteorologia, com técnicos que o teriam advertido de que o Katrina viria e destruiria New Orleans, cidade de Louisiana. Trata-se da reação de Bush diante da informação dada pelos técnicos, depois do que aconteceu, e a denúncia do povo americano com relação à omissão de um presidente da República. Como se trata de uma ação do presidente da República, a situação fica muito grave, porque lá nos Estados Unidos, Senadora Heloísa Helena, estão falando em *impeachment* do Presidente Bush por causa da omisão dele com relação a uma catástrofe que chegou e

sobre a qual ele foi avisado. Essa catástrofe vitimou milhares de pessoas e tem um culpado, que seria o presidente da República, que, não agindo de pronto, foi responsável pela morte de pessoas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Realmente. Conceda-me dez segundos, Senador. Não mais que isso. Pode marcar no relógio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço o Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Meu palpite e meu sentimento é de que este Governo não resiste à quebra do sigilo do Sr. Paulo Okamotto e, por exemplo, do chamado Instituto da Cidadania. Tenho a mais absoluta convicção do que estou dizendo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, esse sigilo tem que ser quebrado. Veja, quando o Sr. Paulo Okamotto aqui esteve, depois do depoimento dele, impôs-se a quebra do sigilo. Como ele não respondeu às perguntas que lhe foram feitas, às perguntas vitais, fulcrais, impunha-se a quebra de seu sigilo telefônico, fiscal e bancário, principalmente porque, a uma pergunta que fiz, ele respondeu. As parcelas do empréstimo de Lula de R\$29.400,00, tomados com o PT... E o partido político não foi feito para emprestar dinheiro a ninguém, principalmente a alguém que hoje é Presidente da República, não é papel de partido, é ilegal partido político emprestar dinheiro a filiado ou a quem quer que seja. O dinheiro que o PT emprestou ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, empréstimo confessado, no valor de R\$29.400,00, o Sr. Paulo Okamotto disse que foi ele quem pagou, e pagou em dinheiro, em espécie, sacando parte em Brasília, parte em São Paulo e pagando em São Paulo. O dinheiro é voador, Senador Arthur Virgílio, o dinheiro é voador. Ele é sacado em Brasília e levado em dinheiro para pagar uma conta em São Paulo, em quatro agências diferentes.

Vejam que coisa curiosa: a dívida de alguém que hoje é Presidente da República não é paga por transferência bancária. Nada mais lógico, nada mais seguro. Quem não sabe que a insegurança deste País é um fato? Quem não sabe que carregando 5 mil, 7 mil reais no bolso, está sujeito a perder esse dinheiro no caminho do aeroporto até o banco? É mais seguro, mais fácil fazer a transferência bancária, que não foi feita. Impunha-se, portanto, a quebra do sigilo bancário para quê? Para ver de onde veio o dinheiro com que o Sr. Paulo Okamotto pagou a conta do Presidente Lula.

Muito bem, esse era o fato anterior. O fato novo é que, como a quebra do sigilo bancário, telefônico e

fiscal foi impedida por uma ação do Sr. Paulo Okamotto perante o Supremo Tribunal Federal, técnicos da CPMI dos Correios e da CPI dos Bingos se encarregaram de, por moto-próprio, com seu talento e sua competência, fazer o cruzamento de ligações telefônicas do Sr. Paulo Okamotto com outrem e identificaram dezenas de ligações telefônicas deste com aqueles que são a turma deles, a patota deles. Quem? Delúbio Soares; Sílvio Pereira, do Land Rover; Zé Dirceu, o grande comandante. Então, a história de Paulo Okamotto, que vem de longe, com Lula é misturada com a história de Delúbio, de Silvinho, de Zé Dirceu. Onde entra Marcos Valério? O Sr. Paulo Okamotto é um dos deles. O Sr. Paulo Okamotto, amigo pessoal de Lula, como Roberto Teixeira é amigo pessoal de Lula, é um dos deles. As ligações telefônicas mostram isso. Se é um dos deles, é um dos que estão participando, claro, do valerioduto. Se o nosso queridíssimo investigado Paulo Okamotto entra no Supremo Tribunal Federal com ação para impedir a quebra de seu sigilo bancário é porque teme que se identifique que o dinheiro, que ele diz ter sacado do próprio bolso, de suas contas para pagar a conta do Presidente da República, não foi sacado da conta dele. Esse dinheiro pode ter vindo do valerioduto. Aí, Senador Arthur Virgílio, é onde a coisa engrossa, porque veja bem, o PT está hoje justificando que o dinheiro do valerioduto, que o dinheiro vindo dos fundos de pensão, do Banco do Brasil, VisaNet, lavado com SMP&B, via Banco do Brasil, que dinheiro do IRB, que dinheiro público que alimentou o valerioduto, que terminou pagando as contas de Duda Mendonça no exterior, de forma ilegal, que esse dinheirão todo de origem pública que teria ido parar nas mãos do PT foi para pagar campanha eleitoral.

Ora, se o Sr. Paulo Okamotto é um dos deles – pelas ligações telefônicas, está claro que o Sr. Paulo Okamotto, Delúbio Soares, Silvinho Pereira e José Dirceu, todos fazem parte de um grupo só –, por que eu não vou ter o direito de raciocinar que o dinheiro que ele usou para pagar a conta de Lula, que é Presidente da República, não veio do valerioduto? Quem é que me assegura? Um fato pode desmanchar esta minha suposição: a quebra do sigilo bancário, para ver se os R\$ 29,4 mil, como ele diz, vieram realmente de suas contas pessoais. Se vieram, eu voltarei a esta tribuna para dizer: **mea culpa, mea culpa**. O Sr. Paulo Okamotto sacou R\$29,4 mil, mais a CPMF, para pagar a conta pessoal de Lula.

Aí, Senador Arthur Virgílio, o assunto é gravíssimo porque o dinheiro do valerioduto, além de pagar contas

de campanha, pagou contas pessoais do Presidente da República. Aí, eu quero fazer a ilação com o que hoje o povo americano está fazendo com relação ao Presidente Bush. Em pauta está uma suposição que envolve o Presidente da República pessoalmente. Por essa razão, Senador Mozarildo Cavalcanti, vou conversar com o Senador Efraim Moraes. Nós temos duas pendências seriíssimas. Uma é esse caso novo Celso Daniel. São duas coisas novas, perigosas, que a Nação quer saber. Primeiro de tudo: Celso Daniel e os irmãos. Por que os irmãos estão se mudando? O que é que há de esquisito? Será que o crime é comum, como sustentam o Sr. Greenhalgh e o PT, e envolve ameaça de vida na dimensão de fazer com que pessoas, como um médico e um professor, sejam obrigadas a mudar de País e endereço?

O segundo ponto: o Sr. Paulo Okamotto; está na cara que ele fazia parte de um grupão, de uma patota. De onde é que veio o dinheiro com que ele pagou os R\$ 29,4 mil da conta de Lula com o PT? Tem que se quebrar o sigilo. Se isso não for feito, há apenas um caminho: prorrogar os trabalhos da CPI dos Bingos para que tenhamos tempo de dar as respostas que a sociedade quer, exige e vai ter. A não ser que o Governo e o PT assumam: “não, nós vamos assumir a responsabilidade perante o País, vamos ficar claramente colocado ao País como donos da responsabilidade de inibidor das investigações; vamos usar um chapéu a mais; vamos botar o boné na minha cabeça, o boné do defensor número um da impunidade”. Agora, bote o chapéu. Ou bota o chapéu ou prorrogamos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos para esclarecer o que o povo do Brasil quer.

Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador José Agripino, V. Ex^a é membro da Comissão chamada CPI dos Bingos e eu, como vice-Presidente, sou testemunha da combatividade que V. Ex^a tem, o zelo, o cuidado e a elegância que lhe são características na busca da verdade. Essa CPI, diga-se de passagem, só foi instalada porque o Supremo Tribunal Federal mandou que ela fosse instalada. A meu ver, ela deve ser prorrogada, sim. É interessante que há uma cobrança, quando se instala uma CPI, de que se apure tudo num prazo curtinho, quando certos inquéritos na Polícia, seja civil, seja federal, arrastam-se por anos. No Ministério Público, às vezes, por outro tanto; para serem julgados, outro tanto. Por que nós, Parlamentares, que temos a obrigação constitucional de investigar esses delitos, principalmente quando envolvem, como

é o caso, recursos públicos, temos de ter um prazo curtinho, corrido? V. Ex^a tem razão. Devemos prorrogar essa CPI pelo tempo que for necessário para deixar claro à Nação todos os delitos cometidos com recursos públicos, como está bem claro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mozarildo, creio que as pessoas que estão nos vendo e ouvindo pela TV Senado e pela Rádio Senado não sabem – talvez algumas saibam, outras não, mas é bom que todas saibam – que V. Ex^a, como Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, emitiu uma opinião sensata, equilibrada. V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a, que acompanha os trabalhos daquela CPI, sabe que não podemos terminar com um relatório que venha a frustrar a opinião pública. Muitas questões importantes estão sendo investigadas. Esse caso do Celso Daniel é investigado na CPI dos Bingos porque se está cuidando de investigar a obtenção de propina, dinheiro ilegal que veio de transporte coletivo, mas pode ter vindo de um mundo de outras fontes e que prossegue por Ribeirão Preto, por Campinas, essa coisa toda. Se na CPI dos Bingos entra o Sr. Paulo Okamotto pagando uma dívida com dinheiro sem origem, se não tem origem, temos de buscar a origem. Tudo isso tem de ser investigado e tem que haver conclusões. Do contrário, V. Ex^a, como Vice-Presidente, o Senador Efraim, como Presidente, e o Senador Garibaldi, como Relator, vão pagar o preço da incompreensão da sociedade.

O que V. Ex^a e eu estamos absolutamente acordes e defendendo é a nossa respeitabilidade perante a opinião pública, para que não cheguem para V. Ex^a e para mim amanhã, no avião, no aeroporto ou no meio da rua e digam: cadê? e vocês, seus poltrões? E vocês, seus poltrões, que não tiveram coragem de enfrentar as dificuldades que tiveram pela frente e chegar às conclusões a que precisavam chegar? E vocês, que tiveram medo das ameaças que fizeram com que os irmãos do prefeito Celso Daniel fossem embora para o exterior? Isso os intimidou para que vocês não chegassem ao fundo do poço e concluíssem as investigações? E vocês, seus poltrões?

Para que não sejamos chamados de poltrões no meio da rua é que temos a obrigação de fazer, se for o caso, a prorrogação dos trabalhos da CPI dos Bingos, para que o caso Celso Daniel e o caso Paulo Okamotto/empréstimo a Lula sejam definitivamente esclarecidos. É a posição que vou defender.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava vendo aqui uma peça cômica, que é o artigo publicado no **Jornal do Brasil** de hoje, do Sr. José Dirceu, que está recebendo R\$20 mil por mês para produzir esses artigos.

Ele, aqui, evidentemente que comigo não está falando, porque seu cinismo não daria para me caracterizar como um homem de direita. Mas se refere a uma tal nova direita, que chama de corrupta. Diz que todo esse movimento de combate ao Governo Lula seria antidemocrático, subversivo, e que o se quer é desestabilizar Chávez, Lula, Evo Morales e por aí vai.

Sr^a Presidente, eu vou colocar todos os artigos do Sr. José Dirceu nos Anais – todos, eu quero os artigos dele nos Anais – para que se faça o cotejo entre o que diz o ex-Deputado e ex-Ministro e a realidade triste da decadência política que o envolve.

Peço também inserção nos Anais de uma outra peça, publicada no Jornal **O Globo** do dia 08 de novembro de 2005: “Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves”. O Ministro José Dirceu diz que o Presidente não se detém em discutir assuntos sérios com o Sr. Ministro, gosta muito da conversa frufru, da conversa fiada. É a opinião do Ministro José Dirceu, está aqui no Jornal **O Globo**. O artigo dele é uma peça cômica que revela um cinismo assim brutal – bem remunerada, R\$20 mil por mês –, mas com aquela conversa de esquerda e de direita, enfim, no fundo, no fundo tentando empanar uma realidade do mensalão, da corrupção. E eu não quero saber se a corrupção é de direita, se é de centro, se é de costas, se é de frente, se é de lado. É corrupção. Corrupção é corrupção. Está subtraindo dinheiro da sociedade, dinheiro de programas sociais, dinheiro que pertence à sociedade ao povo como um todo, para os bolsos de alguns apaniguados que o Sr. José Dirceu conhece muito bem quais são.

Para os Anais portanto, essa peça “histórica”. Eu me dirijo à tribuna, Sr^a Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, I, § 2º do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
JORNAL DO BRASIL	03	Mar/06	Opiniao	A	11A

Esquerda, volver *ARTUR JIRGILIO*

JOSÉ DIRCEU

EX-CHEFE DA CASA CIVIL

Esintomático que a mídia, recentemente, tenha levantado o debate sobre a chance de retorno da direita no Brasil. Lógico, uma nova direita, democrática, e, pasmem, defensora não apenas dos direitos humanos e da democracia, mas reformadora – mesmo que seja para efeitos eleitorais –, que quer mudanças na tão sagrada taxa de juros, já que, segundo essa nova direita, não é democrático mantê-la acima dos 10%.

Seria cômico, se não fosse trágico, essa nova pantomima que tentam nos impingir em tempos bálcicos, onde eternos corruptos, conhecidos da sociedade e da mídia, são arautos da ética e da moralidade pública.

O discurso é o de sempre. A esquerda não tem compromisso com a democracia, quer o poder para acabar com ela, e, além do mais, agora é corrupta, ou seja, subversão e corrupção – lembrem-se do golpe de 64 – são o DNA da esquerda no Brasil. Ela é intolerante e patrulha toda a manifestação da direita, ou os que a ela se opõem.

Essa esquerda, insistem os arautos da nova direita, é mantida no meio cultural por recursos públicos da Petrobras (esse monopólio que não deixa o Brasil se desenvolver), domina a mídia, a universi-

dade, o cinema e a cultura. E, na verdade, precisa ser eliminada, como afirmou um dos porta-vozes da nova direita. Não se trata de um deslize de linguagem. Quem o conhece sabe que manifestou uma solução de preferência, já que, para este porta-voz, a esquerda propaga uma doutrina totalitária, comunista e fascista.

Ora, ora, senhores e senhoras, a direita domina e governa este país já faz muito tempo; no passado, na base do pau de arara e do garrote e, no presente, da defesa das forças de mercado, do capital financeiro e do escarnio das políticas sociais e distributivistas, empurradas para a vila comum do que chamam de populismo. Pregar o contrário seria subestimar a inteligência nacional. Democracia mesmo, no país – e,

mesmo assim, sem direito de greve, sem liberdade para os comunistas e outras “cositas mas” –, só entre 46 e 64 e de 85 até hoje. Nas duas ocasiões, uma conquista do povo e da esquerda, e que custou muito sangue, suor e lágrimas. Ao povo, na redemocratização do país, se somaram os arrependidos, os apoiadores do golpe de 64 que tiveram seus interesses contrariados.

Até 1930, vivíamos no império dos coronéis, das eleições no bico de pena e nos eternos estados de sítio, já que nossa juventude militar e civil vivia em armas contra as oligarquias da República Velha. Ou os senhores e senhoras já se esqueceram que seus avôs e avós eram guerrilheiros, revoltosos, como se falava. Hoje, seriam terroristas, na boca desses novos arautos da direita de sempre.

Mas o que esse movimento tenta, na verdade, é levar o macartismo, que domina nossa cena política, para a cultura e a universidade. Na prática, a nova direita está se comportando como sempre acusou a esquerda que ela sataniza de se comportar – quer eliminá-la de toda a sociedade, e não apenas da política; quer silenciá-la, acuá-la ou cooptá-la. Esta é a verdade nua e crua.

E o verdadeiro motivo dessa nova histeria da nossa tão pura e limpa

direita democrática é o avanço da esquerda na América Latina, depois de 25 anos de governos conservadores, de ditaduras sangrentas e corruptas, defensoras, por coincidência, do mesmo discurso dessa nossa nova direita. E, também, submetidas aos mesmos senhores: o mercado, o livre comércio (que a direita não pratica) e a democracia liberal (que liquida quando seus interesses não são atendidos). Daí o ódio a Lula, Chávez e Evo Morales; daí as tentativas de caricaturá-los, principalmente a Chávez e, de tempo em tempo, a Kirchner.

No Brasil, a nova (?) direita está aí, ávida pela volta ao governo, porque o poder ela já tem. Para tanto, faz tudo e de tudo, finge que é honesta, democrática e controla-se para não se trair, como na iniciativa, abafada, de tentar derrubar o atual governo. Agora, insistem vozes da nossa tão culta classe média conservadora, a direita precisa ter uma chance de governar o Brasil. Durma-se com um barulho desses, ou das balas perdidas de nossas grandes cidades, retrato da herança que os séculos de domínio da elite e da direita deixaram para que nós jamais nos esqueçamos de que precisamos de esquerda, volver.

José Dirceu escreve às sextas-feiras nesta página.



O GLOBO

CRISE POLÍTICA: 'O presidente não gosta de ouvir sobre problemas no governo. Ele prefere falar das realizações (...) Eu falava: está para estourar uma crise no setor de transporte. Ele vinha com um: Zé, esse negócio aqui..., e mudava de assunto'

Dirceu diz que Lula não gosta de discutir assuntos graves

Em encontro com militantes em São Paulo, deputado diz que Gushiken 'não era a melhor pessoa' para a comunicação, critica ministros, Mercadante e Tarso Genro

Tatiana Farah

Especial para O GLOBO

• SÃO PAULO Num desabafo a militantes petistas, o deputado José Dirceu (PT-SP) fez sua mais dura crítica ao presidente Lula ao se queixar das dificuldades que tinha para tratar com ele de problemas que ocorriam no governo durante o período em que foi ministro da Casa Civil. Dirceu contou que era difícil discutir situações graves com Lula, que sempre buscava assuntos mais amenos. O deputado do ameaçado de cassação, fez as críticas durante uma reunião, no sábado, com 54 militantes do grupo do ex-prefeito de Santos David Capistrano num hotel de São Paulo.

— O presidente Lula não gosta de ouvir assessores falando de problemas no governo. Ele prefere falar das realizações — disse Dirceu aos militantes, a maioria egressa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ligada a Capistrano (morto na década de 90) e que foi para o PT na década de 80 graças à ação do ex-ministro quando era presidente do PT.

Entre os problemas graves a que se referiu o ex-chefe da Casa Civil disse que estava o desempenho do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto.

— Eu falava presidente, está para estourar uma crise no se-

tor de transportes. Ele vinha com um: "Olha, Zé, esse negócio aqui...". E mudava de assunto — reclamou.

Dirceu criticou também as atuações do ex-ministro Luiz Gushiken e do ex-ministro da Saúde Humberto Costa. Para ele, Ciro Gomes deveria ser o ministro da Saúde ou ocupar uma das pastas mais importantes do governo.

— A comunicação foi uma grande falha do governo. Gushiken não era a melhor pessoa. Eu disse ao presidente: pega uma pessoa da área, publicitário ou um jornalista — contou Dirceu.

"Lula é de esquerda, mas é extremamente conservador"

Ele criticou ainda as áreas de Saúde e Educação, o ex-ministro Tarso Genro e o senador Aluizio Mercadante. Disse que o presidente é "extremamente conservador". Contou que pediu ao presidente que evitasse falar tanto sobre família e valores religiosos.

— Lula é de esquerda, é sindicalista, mas é extremamente conservador — afirmou o deputado.

Dirceu fez uma crítica a si mesmo, dizendo que deveria ter deixado o governo quando estourou o caso do seu ex-assessor Walmirino Druz.

— Mas o Walmirino nunca me mostrou abatido e disse várias vezes estar chateado com alguns integrantes do partido.

— direito, que eu não gosto disso de braço direito — arrematou.

Dirceu admitiu que é difícil escapar da cassação e se disse decepcionado com a forma com que o PT se defendeu. Ele disse aos presentes ao encontro que sem pre planejou sua vida para estar ao lado de Lula. Agora, se for cassado, deve abandonar a política partidária, voltar a advogar e escrever um livro. Sobre o PT não distinguiu certa mágoa.

— Eu fiquei isolado no partido — afirmou, destacando que se decepcionou com Mercadante, que endossou as críticas de Tarso Genro ao deputado.

— Tarso ficou lalando bestera. Quem sabotou sua candidatura a presidência do PT foi o próprio Tarso Genro e não eu. Faltou garantia aos dirigentes do partido no enfrentamento dos conservadores. Eles acertaram as versões da direita para o caso do caixa-dois e jogaram o PT na defensiva.

O ex-ministro fez muitos elogios ao governo Lula, dizendo que seu desempenho é melhor do que a gestão Fernando Henrique. Perguntado por que não teve uma posição mais contundente ao se defender em plenário, disse que não poderia agravar mais a crise no governo e os animos dos partidos aliados.

Durante todo o evento, ele se mostrou abatido e disse várias vezes estar chateado com alguns integrantes do partido.

— Estou decepcionado — disse Dirceu aos militantes, que se reuniram em repúdio à pos-

ibilidade de ele ter seu manda-

tu cassado.

• Colaborou: Germano Oliveira

Sem TV nem charutos

• Ladrões roubaram casa de Dirceu

• SÃO PAULO A casa de campo do deputado José Dirceu num condomínio de classe alta em Vinhedo, a 79 quilômetros de São Paulo, foi invadida e hurtada na madrugada de domingo. Criminosos roubaram uma TV de plasma e charutos do deputado. O assalto foi percebido por seguranças do condomínio. O deputado não estava na casa na hora do crime.

Uma empregada doméstica do deputado, Vilma Caldas, foi à delegacia de Vinhedo e registrou queixa. De acordo com a polícia, os criminosos levaram ainda chocolates, medalhas e um tapete. Um rádio foi abandonado pelos ladrões no jardim da residência.

A polícia acredita que os ladrões tenham entrado na propriedade de madrugada, cortando um alambrado que separa o condomínio de uma fazenda. Peritos do Instituto de Criminalística examinaram o lugar à procura de impressões digitais e pistas. Até ontem a polícia não identificara os criminosos.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Como orador inscrito, concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Sr^a Presidenta, Sr^ss e Srs. Senadores, temos alguns comentários a fazer a respeito dessa entrevista do Presidente concedida ao jornal **The Economist**, antes da visita de Sua Excelência a Londres. É impressionante o que diz de tolice, de absurdo e – já que ele vai para a Inglaterra – de *nonsense* o Presidente Lula.

Sobre a ONU, disse que o Brasil está lutando por uma reforma profunda na ONU. Simplesmente isso não é verdade. Está lutando para integrar o Conselho de Segurança de uma ONU envelhecida pela crise do sistema multilateral e, inclusive, desfilando com o ditador do Gabão e se aliançando com gregos e troianos para realizar o que até me parece, do ponto de vista prático, impossível, além de não valer a pena. Além disso, considera a China economia de mercado, criando todos os problemas que criou, por exemplo, para a indústria têxtil brasileira e, depois, indo infantilmente à OMC pedir salvaguardas contra a economia chinesa, salvaguardas que só se pedem à OMC quando se está lidando com economias que não são de mercado.

Diz o Presidente em outro episódio da sua entrevista: "Quando assumi, a Alca era uma questão altamente ideológica". "Tiramos o peso ideológico do debate e enfatizamos como alternativa a reconstrução do Mercosul". Quer dizer, o Mercosul para ele é alternativa à Alca. Reconstruir o Mercosul coisa alguma. O Mercosul está literalmente esfacelado. Estão fazendo uma Alca por trás do Brasil. O Presidente Lula tomando bola nas costas.

Sobre o Mercosul: "Quando assumi – sempre a mania de "quando fiz", "nunca antes", "ninguém", não sei o quê –, ninguém acreditava mais no Mercosul. Restabelecer a confiança no Mercosul não foi fácil". Ele não restabeleceu a confiança no Mercosul coisa alguma. Ele enfrentou o candidato do Uruguai na OMC. Lançaram o excelente Embaixador Seixas Corrêa*, que foi derrotado, na eleição para diretoria-geral da OMC. Tirou o terceiro lugar, ficou atrás do candidato do Uruguai, o qual não foi apoiado por nós. Terminamos engolindo o barão do protecionismo agrícola europeu, o Sr. Pascal Lamy*, justamente porque não soubemos

apoiar no momento certo, até em reforço ao Mercosul, o candidato do Uruguai.

Aí diz uma coisa assim: "Não existe uma discordância entre Dilma e Palocci. O que está em debate é o *timing*". Sinceramente, eu não sei o que o Presidente quis dizer. Eu não sei sinceramente o que ele quis dizer.

Depois ele disse assim: "Estou no Governo há três anos e não elevamos uma única taxa até agora". Meu Deus do céu! A carga tributária beira 38%. Ele não quitou um só esqueleto novo deste País. Subiu porque subiu. O Presidente diz que não aumentou taxa quando nós aqui, no Senado, já estivemos, em alguns momentos, nos confrontando com a voracidade com que ele propõe aumento de taxas e, no mais das vezes, até obtendo o direito, a prerrogativa de cobrar impostos mais escorchantes ainda à população.

O sensacional de tudo é o Presidente dizer: "Não estamos com pressa para fazer a economia decolar imediatamente. Primeiro, queremos consolidar a base macroeconômica do Brasil para alcançar um ciclo de crescimento que possa durar por dez, quinze anos, algo que os economistas chamam de crescimento sustentável".

Quer dizer, o Presidente não está com pressa de fazer o Brasil crescer. O mundo vive seu momento mais virtuoso. Todos os países crescendo. A China comprando tudo. Se dizem que fulano de tal está vendendo prego, a China compra; se está vendendo aviões, a China compra. A China e a Índia, esses dois países apenas, são responsáveis por 30% a 35% do crescimento mundial. Enquanto isso, o Brasil atrasa o crescimento mundial. Os Estados Unidos crescendo vigorosamente – isso não se dava há alguns anos; a Argentina recuperando o muito que perdeu há 3 ou 4 anos; o Japão voltando a se movimentar. Enfim, o mundo de *commodities* está com preços excelentes, e o Presidente Lula diz que não tem pressa de crescer, como se o Brasil não dependesse do crescimento mundial.

O País deveria ter crescido agora 3,5%, 4%, 4,5%, em média, ao ano, no mínimo. Já não seria grande coisa em comparação com outros países. Nesta época virtuosa, o Governo Lula cresceu 0,5%, 4,9% e agora 2,3%, ou seja, uma média de 2,6% ao ano. Esses números puxam para baixo a média da América do Sul, da América Latina e dos países emergentes. O crescimento dos emergentes sem o Brasil é maior do que o que foi e ele é espetacular ainda que incluído o Brasil. O crescimento da América do Sul é enorme sem o Brasil; com o Brasil, puxa para baixo. E com a América Latina, ocorre o mesmo. O Brasil tem perdi-

do peso específico na composição do PIB da América Latina. Essa é que é a grande verdade.

Aí o Presidente... É cômico. Nós estamos vivendo uma época muito triste, muito obscura.

Está aqui, em inglês, a entrevista do *Mister President* Luis Inácio Lula da Silva: *"Interview with Brazil's President"*. Diz aqui a figura... Diz ele aqui...

Falei em português, agora vamos para a parte em inglês. Incrível como fala bobabem com pose, porque... Fala com empáfia: "Não tenho pressa". "I'm not in hurry".

Está aqui: *"In Brazil we are not in hurry to make the economy take off immediately. First, we want to consolidate our macroeconomic base for Brazil..."*

Muito bem: "No Brasil, nós não estamos com pressa de fazer a economia deslanchar imediatamente".

Ele não tem pressa. Ele está aí para segurar a economia, não para fazer a economia crescer, levando-se em conta que ele tem tudo, ele tem tudo, do ponto de vista do cenário internacional, para crescer, para dar um grande salto de qualidade e se preparar até para momentos de vacas magras que, inevitavelmente, virão, mais hora, menos hora. No momento que o mundo se cansar de financiar os dois déficits americanos, o interno e o externo, a economia americana vai ter um processo que os economistas chamam de *landing*, de aterrissagem, que poderá ser *soft*, leve, ou poderá ser *hard*, poderá ser duro esse processo. Eu acredito que tem tudo para ser suave o pouso da economia americana. Mas que a hora da verdade, virá. E, nesse momento, no mínimo, teremos uma retração de investimento na direção do Brasil e o momento será um momento também de menos procura de títulos brasileiros.

Muito bem, Sr. Presidente, isso tudo eu peço que vai para os Anais.

Eu gostaria ainda de dizer que o Presidente fala muito em política social e quer, à força, que a CNBB concorde com ele, mas aqui tem o jornal **O Globo** de hoje, seção **O País**: "Em Pernambuco, a fila dos horrores para o Bolsa-Família: espera de mais de 48 horas, ratos e até tentativa de estupro na disputa por recadastramento em Jaboatão". Quem escreve é a jornalista Letícia Lins*, escreve diretamente de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

Aí, ainda do jornal **O Globo**, temos aqui, de novo, o caso da família de Celso Daniel. Então, estou passando da leviandade econômica para o absurdo, os horrores de submeter o povo a essa humilhação diária. E esse, parece, é um dos prazeres deste Governo sádico. Aí tem aqui **O Globo** falando de ameaças: "CPI vai investigar ameaças à família de Celso Daniel". Já temos discutido isso bastante por aqui.

E no jornal **Correio Braziliense**, no que já virou a coluna **Crise ética**: "Ao examinar documentação enviada pelos Estados Unidos, a CPI dos Correios, detectou o desencontro de 300 mil dólares entre o que o marqueteiro Duda Mendonça (marqueteiro da campanha de Lula) havia declarado à Comissão no ano passado..." Diferença nas contas de Duda. E ao lado, ainda na seção **Crise Ética** do **Correio**, tem: "Irmão de Celso Daniel sai do Brasil".

Então, se aprofunda o fosso da descoberta dos casos de corrupção deste Governo e, ao mesmo tempo, se aprofunda o fosso da compreensão do caráter autoritário deles: uma família se sente ameaçada e se muda do País.

Muito bem, Srª Presidenta, o Presidente Lula passou a defender uma tese ao menos absurda. Inaceitável para um País de múltiplos problemas que precisa com urgência retomar o desenvolvimento. Nada disso, infelizmente. Para o Presidente Lula – eu já falava disso ainda há pouco –, o Brasil não tem pressa de fazer a economia crescer. Vale repetir, para evitar o mal-entendido: "O Brasil não tem pressa de fazer a economia crescer". Assinado: Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil. Isso, que é um contra-senso, está numa longa e pensada entrevista à revista britânica **The Economist**, a pouco menos de duas semanas da visita de Lula ao Reino Unido, essa mesma entrevista que peço seja inserida nos **Anais** da Casa. Fico imaginando a reação do Palácio de Buckingham diante dessas colocações de seu próximo hóspede. No mínimo, haverá estranheza.

Além da reportagem, a revista britânica contempla o Presidente Lula com um editorial em que o considera – aspas para **The Economist** – "não apenas um político carismático, mas parece também um com-sorte", ou seja, alguém sortudo. A referência, claro, diz respeito aos desgastes sofridos por Lula pelas denúncias sobre o "mensalão". Na reportagem, o caso de corrupção no Governo é relatado em detalhes, mas definido como – aspas para **The Economist** – "um mar de suposições pontilhado por ilhas de fatos". É assim que a revista tão conceituada **The Economist** receberá o Presidente Lula em Londres: "um mar de suposições pontilhado por ilhas de fatos". No editorial, a publicação afirma que o Presidente – aspas; não sou eu que estou dizendo, é a revista **The Economist** –, "manchado por escândalos" – fecho aspas –, deveria aproveitar um eventual segundo mandato para aprofundar as reformas iniciadas por seu antecessor.

A revista também diz que, comparado à Índia e à China, o desempenho econômico do Brasil desaponta. Ao semanário liberal britânico, o Presidente declarou que: "O futuro será construído com forte investimento

em educação, com redução de impostos para encorajar investimentos, especialmente em ciência e tecnologia". E mais: apesar de não admitir oficialmente ser candidato a reeleição, prometeu que um eventual segundo mandato seu vai promover mais reformas.

Bem, pelo menos aqui ele não exagerou e teve o cuidado de usar o verbo no condicional.

No texto, a publicação observa que, "apesar de a sua imagem ter sido abalada por um escândalo de corrupção, o Presidente tem chance de ser reeleito e credita tal possibilidade ao desempenho do seu Governo na economia e no combate à pobreza".

Ao falar de crescimento, o Presidente disse que prefere uma abordagem lenta e segura da questão. Aspas para o Presidente Lula: "Não quero crescer 10% ou 15% ao ano. Quero um ciclo duradouro" – Senador José Agripino – "de crescimento médio de 4% ou 5%". Disse, acrescentando uma frase que já virou um bordão seu: "Não vai haver mágica na economia; ninguém quer que o Presidente vire um Mandrake de um momento para outro; basta trabalhar".

Então, diz ele que não quer crescer 10% nem 15%. Não adiantaria crescer porque o Brasil não está preparado, não tem *capabilidade*, não tem potencial, hoje, para crescer 10% ou 15%. Nem precisa crescer de 10% a 15%. A China é que precisa crescer mais do que o Brasil até pela diferença de população. Ou seja, 4% no Brasil é algo razoavelmente bom; 4% para a China não é nada. Lá tem que ser de 7% para cima, para sustentar todo aquele povo. No Brasil, 5,5% ou 5% seria um crescimento muito bom; para a China, isso é insuficiente.

Senador José Agripino, quero me referir ao cinismo: "Não quero crescer 10% ou 15% ao ano. Quero um ciclo duradouro de crescimento médio de 4% ou 5%". Ele fez o Brasil crescer 0,5% em 2003; 4,9%, até pelo efeito estatístico, a comparação com a base depreciada, em 2004; e 2,3% em 2005. No início de 2005, ele tinha dito que aquele seria o ano mais espetacular de todos, o ano mais imortal de todos. Ele está agora de novo repetindo, cincicamente, que vai ser imortal o ano de 2006.

Só quero alertar o Presidente, que fala com ênfase e que passeia sua ignorância sobre as questões brasileiras com uma arrogância brutal. Quando o Brasil cresceu 4,9% em 2005, Senadora Heloísa Helena, ele já passou algo perto de 1,4% ou 1,5%, automaticamente, como crescimento vegetativo para o ano seguinte. Ou seja, o simples fato de ter crescido 4,9% em 2004 já transmitiu entre 1,4% e 1,6% para o ano seguinte. Portanto, se não tivesse feito nada vezes nada, vezes nada, se tivesse ficado quietinho, teria crescido 1,4%, 1,5%, 1,6%. Tudo que ele fez acrescentou mais 0,8%.

Já neste ano, não temos esse crescimento significativo, nada vai ser transferido de crescimento automático para o ano que vem.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento acadêmico, com base em dados consistentes, como esta Casa merece ouvir. Pena que estejamos numa sexta-feira e que não haja plenário cheio para que todos ouçam o que V. Ex^a está expondo. V. Ex^a tem inteira razão ao fazer esse último comentário, como todos os que fez até agora, porque o crescimento pífio do Brasil não foi de 2,3% coisa nenhuma, foi de 0,8%, se for descontado o crescimento demográfico. O crescimento da economia do País foi de 0,8%, porque 2,3%, menos 1,5%, que foi o crescimento demográfico, dá 0,8%. Ou seja, uma desgraça, quando o nosso parceirinho, a Argentina, cresceu 9,1%, quando os nossos companheiros do Bric – Rússia, Índia e China – cresceram na faixa de 9%. Aí vem o Presidente Lula e diz querer que o Brasil cresça 5%. Era o que ele queria no começo de 2005, que o Brasil crescesse 5%, porque anunciou isso. Está gravado, está escrito. Ele anunciou, tomou o compromisso. E palavra de Presidente não pode ser em vão. Ele anunciou que o Brasil cresceria 5% e cresceu 2,3%. Então, entre dizer o que quer fazer e saber fazer, há uma enorme distância. Este é o problema: o Governo do Brasil não sabe fazer, Senador Arthur Virgílio, não tem talento, não tem competência, não tem comando, não tem estadismo para fazer. Pode até ser um governo que, aparentemente, está próximo ao povo. Mas, para estar próximo do povo e fazer o bem dele, como diz D. Geraldo Majella, é preciso saber fazer. Vamos para os ícones, só uma palavrinha rápida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – À vontade, é um prazer ouvir V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Os ícones do Governo, Senador Arthur Virgílio, que são os estandartes da propaganda que o Governo ousa fazer, por exemplo, o Banco Popular. Lembra que discutimos tanto o Banco Popular? Falido, quebrado. Por quê?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas ali não é incompetência, e sim roubalheira. É diferente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Claro, mas eles são um misto de incompetência com padrão ético defeituoso. Para não falar em roubalheira, prefiro dizer padrão ético defeituoso. O Banco Popular faleceu. Já estão dizendo que o Banco do Brasil vai absorvê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Padrão ético intencionalmente defeituoso, para chegarmos a um acordo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Isso, intencionalmente defeituoso. Que o digam Santo André, Ribeirão Preto e a história deles que vem de longe e que desaguou agora na questão do mensalão. O Banco Popular acabou-se. Foi um ícone. Cadê o Programa Primeiro Emprego? Morreu com a ONG Agora, dirigida por aquele amigo goiano do Presidente que recebeu R\$80 milhões para operar o Primeiro Emprego e que, em vez de fazer isso, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União a devolver o dinheiro por mau emprego do mesmo. Trata-se da ética intencionalmente defeituosa a que V. Ex^a se refere. Cadê as PPPs? Cadê o milagre das PPPs, o milagre da criatividade das PPPs?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tivemos que aprovar a matéria aqui a toque de caixa, senão o País não teria os investimentos necessários para tocar o desenvolvimento. Nós, da Oposição, tínhamos que demonstrar patriotismo. Aprovamos as PPPs, e está aí: não fizeram nenhuma!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Mostre uma PPP! Mostre o talento, a competência! Não quero Tapa-Buracos! Ontem, pela televisão, eu vi dez bananeiras plantadas em buracos de estradas. Foi no Bom Dia Brasil. Foram dez bananeiras plantadas em buracos numa rodovia federal, no interior do Estado de São Paulo. Isso foi um protesto popular. Eu não estou falando em Tapa-Buracos. Eu estou falando em Parceria Público Privada para se construir uma estrada, para recuperá-la, para fazer coisas para as quais um governo tenha talento. Este Governo vive de maquiagem, vive de *marketing*. O último é o biodiesel. Eu sou engenheiro, trabalhei com produção de óleo vegetal, sei o custo disso, sei o que é padrão econômico, sei o que vale a pena e o que não vale a pena. Isso é mais uma jogada de *marketing*, infelizmente. Quero parabenizar V. Ex^a pela manifestação competente de esclarecimento que faz ao Plenário e à sociedade brasileira. Nós estamos dentro de um governo de *marketing*, que está procurando impressionar pela forma de ser, mas que não tem consistência para permanecer. Outubro vai mostrar isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino. Digo-lhe também de pronunciamento que fiz pela Liderança do meu Partido, ainda há pouco, em que eu estranhava até certos comentários do tipo: “o Presidente cresce porque as denúncias de corrupção não sensibilizam mais ninguém”. Essa é uma lógica torta, Sr^a Presidenta, porque, se houvesse só uma denúncia, o Presidente não cresceria; como há denúncias demais, as pessoas se

cansam. Isso é desrespeitar o povo brasileiro, é dar-lhe a impressão de que o povo é tolerante a muita corrupção, ele que não seria tolerante a pouca corrupção.

Do mesmo modo, tenho alertado para essa questão do autoritarismo. E V. Ex^a fez muito bem um novo alerta para a questão da incompetência. Autoritarismo, incompetência e corrupção juntos fazem uma mescla realmente explosiva, potencialmente danosa ao País.

Entendo que cada povo vive o seu momento. Se algo há que a mim não preocupa é essa coisa de eleição para cá, para acolá. Entendo que o Presidente Lula não vai reeleger-se, porque não merece. Entendo que seria uma triste experiência para o País. Mas, se quiserem, vai reeleger-se. Se a maioria das pessoas, na votação livre e secreta, quiser, vai; não sou eu que vou dizer que não. Vou continuar aqui do meu posto fazendo oposição. Se vencer o candidato do meu Partido, evidentemente que o ajudarei a governar, passando, conforme a alternância democrática de poder, para o lado do Governo, procurando manter a mesma seriedade ao abordar as questões nacionais. Agora, não acredito. Creio que o Brasil não vai desarmar todos os seus sistemas de autodefesa, de autopreservação, deixando que, por exemplo, um Governo desse calibre, dessa baixa extração, conviva amanhã com uma possível crise internacional.

Navegando em mar de admirantes, estamos vendo resultados pífios, escândalos e crescimento pívio; voando em céu de brigadeiro, a mesma coisa. Não sei se, porventura, diante de um mar proceloso, o Brasil não entraria em momentos terríveis por falta de comando e liderança, por falta de capacidade de gerenciar e de tocar o País.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me concede um rápido aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem precisa razão. É necessário que o povo brasileiro compreenda o que está acontecendo no Brasil. Temos o Bolsa Família e exportações crescentes porque o mundo está comprador e o Brasil preparou-se, ao longo de muito tempo, para produzir competitivamente e vender. Na hora em que o mundo passou a comprar a nossa soja, o nosso milho, os nossos produtos industrializados, nós passamos a gerar exportações e empregos em um nível muito menor do que seria possível. Imaginemos, se esse mundo fosse o que o Presidente de quatro anos atrás, Fernando Henrique Cardoso, enfrentou, como estaria este nosso País. Mesmo assim, nós crescemos apenas 2,3% – ou 0,8%, se descontarmos o crescimento da população. Pergunta-se: e o que poderia ter sido feito? O

que a Argentina fez, o que o Peru fez, o que o Chile, a Rússia, a China, a Índia e as Filipinas fizeram. Será que somos diferentes do mundo todo? Ou a diferença é que lá existe talento e aqui não; lá existe competência e aqui, incompetência e aparelhamento do Estado, gasto público de má qualidade, tráfico de influência e corrupção? Será que não é por isso? Essa é a pergunta que temos que fazer para avaliação ao povo brasileiro e que em muita boa hora V. Ex^a provoca.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, a propósito do aparte de V. Ex^a, lembro-me dessa próxima campanha publicitária do Governo, feita, aliás, por Duda Mendonça. O Governo não se inibe em contratar Duda Mendonça, apesar de todas as suspeções que o cercam – talvez o contrate até porque, depois de tê-lo descontratado, Duda Mendonça disse que falaria coisas, e o Governo resolveu contratá-lo. Não sei se não é isso, um pacto de *omertà* – o pacto mafioso do silêncio. Então, Duda Mendonça, agora, está novamente ganhando dinheiro. É um absurdo uma empresa como essa, com tantas suspeções, estar de novo fazendo campanhas – e milionárias – para o Governo.

Lá vem a campanha da Petrobras. O Brasil foi passado ao Lula 96% auto-suficiente em petróleo. Muito bem. Ajudado até pelo baixo crescimento e, portanto, pelo consumo menor, chegamos à auto-suficiência – ou seja, durante quatro anos, 4%. E o Presidente Lula que inaugura a Petrobras. Ele se esquece de que a luta foi de Getúlio Vargas, do PTB, e o projeto – talvez muita gente no Brasil não saiba –, do udenista Bilac Pinto. Foi Bilac Pinto quem fez o projeto de lei que criava a empresa Petrobras e estabelecia o à época necessário monopólio do petróleo.

Durante os anos do Governo de Figueiredo, o crescimento foi pouco mais de 17%. Algum parente do Presidente Figueiredo poderia falar assim: “O meu parente é genial porque foi em sua época que mais cresceu a produção de petróleo”. Não há nada de genial; deve ter trabalhado com operosidade, mas, sobretudo, em seu Governo amadureceram os resultados das pesquisas e das descobertas de lençóis petrolíferos feitas vinte anos antes – se não me engano, a própria Bacia de Campos.

O Presidente Fernando Henrique foi o segundo em crescimento, com pouco mais de dez pontos percentuais. Alguém poderia perguntar: “Então, depois de Figueiredo, o mais genial de todos foi o Fernando Henrique?” Também não é isso. É claro que foi bom, a meu ver, ter sido quebrado o monopólio. Isso ajudou, mas a grande verdade é que, na gestão de Fernando Henrique, que fez também uma reforma administrativa

– a meu ver – muito produtiva na Petrobras, amadureceram pesquisas e descobertas feitas anos antes.

No Governo Lula, o crescimento da produção se deu à razão de 3% ao ano apenas. Ou seja, se ele tivesse crescido 4%, 5% ou os 10% do período Fernando Henrique ou os 17% do período Figueiredo, teríamos chegado à auto-suficiência bem antes.

Na verdade, excluindo-se o fato de que os resultados de Fernando Henrique e de Figueiredo tiveram a ver com o passado, é claro que os resultados de Lula deveriam ser melhores ainda, porque ele recebeu um passado virtuoso. No entanto, a produção caiu. O ritmo de avanço da produção caiu. Então, ele deveria era ser acusado de ter retardado a auto-suficiência do petróleo. Mas já estão preparando uma investida publicitária para, engodando a Nação, tentar demonstrar que, graças ao guia espiritual dos povos, ao guia genial dos povos, ao Stalin tupiniquim, a esse Stalin macunaímico em que o Presidente Lula está se revelando, graças a isso, então, teríamos hoje a auto-suficiência. Isso é cansativo, é assustador, é terrível, mas agradeço a V. Ex^a o aparte, como sempre, brilhante e consistente, Senador José Agripino.

Prossigo, Sr^a Presidenta, dizendo que a fala de Lula está um pouco atrasada. Seu Governo, aliás, sempre esteve atrasado. O importante é que essa é a sua reação ao PIB de 2,3%. Ele falou como se o Governo do Brasil não estivesse sob seu comando, afirmando que o Governo não deveria ficar deprimido com as críticas ao baixo crescimento da economia. Ele fala como se fosse eu, V. Ex^a ou a Senadora Heloísa Helena. Eu poderia dizer: Presidente, não fique deprimido com o baixo crescimento da economia. Eu não sou o Governo, estou de fora, poderia dizer: não fique deprimido, pois isso aconteceu por tal e tal razão.

Ele, Lula, fala como se não fosse Governo, porque uma das grandes técnicas da máquina de engodo que montou é tentar dizer que o PT é uma coisa, a corrupção no PT é uma coisa, e que ele não tem nada a ver com isso; outra técnica é afastar-se de seu Governo de resultados pífios para tentar só manter a imagem de salvador da pátria. É uma jogada publicitária de caráter “fascistóide” de alta periculosidade.

Diz ele: “O Governo não deveria ficar deprimido com as críticas ao baixo crescimento da economia”. Mas o Governo é ele! Então, ele podia dizer: Eu, Lula, não estou deprimido, não tenho razões para ficar deprimido. Seria mais honesto. Mas ele fala distanciando-se, como se o Governo não fosse ele: “O Governo não deveria ficar deprimido”. Quer dizer, é uma mistura explosiva, repito, de cinismo, incompetência e *outras cositas más*.

Quem deve ficar deprimido já ficou; é o povo do Brasil. O povo sente que o País precisa crescer, mas, pelo teor da entrevista do Presidente, essa não parece ser meta nem urgente e talvez nem prioritária, como se fosse possível deixar as coisas correrem ao deus-dará.

As afirmações de Lula entram na contramão dos fatos da economia brasileira. Na verdade, o confronto dos números da nossa economia com os do cenário internacional não são nada favoráveis ao País. O Senador José Agripino acabou de discorrer sobre diversas economias que tiveram desempenhos convincentes, em contraste com os resultados medíocres e até mesquinhos da economia brasileira.

Em primeiro lugar, a lanterníssima expansão do PIB de 2005 em apenas 2,3% faz o Brasil cair para a 13^a economia do mundo. Em 2004, era a 12^a. E olhe que o real está sobrevalorizado. Se a sobrevalorização fosse mais acentuada ainda, o Brasil poderia melhorar a sua posição artificialmente, o que mostra que, mesmo com o real sobrevalorizado, o Brasil cai no *ranking* das maiores economias do mundo.

Ou seja, o mundo, nessa corrida, está caminhando muito mais rápido do que o Brasil de Lula. E agora se sabe o porquê: não há pressa. Ele disse que não tem pressa de fazer o Brasil crescer. Então, tudo bem. Está dentro do programado. Ele programou para o País não crescer bastante. E o País não está crescendo o bastante. É uma realização do Governo Lula, que está atingindo o objetivo. Não quer que o Brasil cresça e o Brasil não está crescendo. Está aí uma realização concreta, um êxito do Presidente Lula: não está crescendo. Ele não quer que cresça, não está crescendo.

O patamar pouco lisonjeiro para o País, no dizer da colunista Miriam Leitão, mostra que, em 2005, o Brasil foi um fiasco. Para Miriam Leitão, colunista econômica de **O Globo**, “as más notícias são ruins mesmo, e as boas não são tão boas quanto as de outros países”.

O período de Carnaval deixou esse levantamento meio esquecido. No entanto, em todos os jornais o assunto foi o tema predominante, principalmente nas análises sobre o comportamento da economia.

Recolhi quase todos os títulos dessas matérias e entendo que devo incluí-los neste pronunciamento. Leio-os a seguir, mas, antes, mostro a manchete do caderno de Economia da **Folha de S. Paulo**, desta manhã: “Importação cresce mais que exportação”.

Aí vão outros títulos:

Revisão no 3º trimestre não foi significativa;

Expansão de apenas 2,3% faz Brasil cair para a 13^a;

Economia do mundo: por que o país não consegue crescer mais? Nós e os outros (Miriam Leitão);

Governo admite que os juros seguram a economia. Dado confirma a incompetência de Lula, diz PSDB;

Para Fiesp, resultado reflete política errônea, desempenho sofrível;

Juro e crise política fazem PIB subir só 2,3%;

Aí, de novo, um fazendo oposição ao outro. Lá vem o ex-Ministro, atual Presidente do BNDES, Guido Mantega, culpando juros por PIB baixo.

Mantega culpa os juros por PIB baixo; e

Portanto, a guerra intra-muros, a guerra do Governo contra o Governo.

Deceptionado, Lula cobra.

Senador José Agripino, essa é outra tática. Temos que desnudar isso. Deceptionado com quem, Presidente Lula? Com V. Ex^a tem milhões de brasileiros deceptionsados. Mas Sua Excelência fala como se não tivesse nada com o Governo. Ou seja, não demite, não puni, não aponta nome de corrupto nenhum. E não toma providência qualquer porque o Ministro que vai sair do Governo dele é Ministro que vai ser candidato, mas está deceptionsado. Ou seja, que dizer as pessoas, como se fossem elas menores de idade, que não se deceptionsem com ele, porque ele também está deceptionsado com o Governo que deceptionsa o povo brasileiro, como se não fosse o responsável por eventuais acertos e por esse oceano de erros que o seu Governo comete.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – E nem com o PT, Senador. Sua Excelência não tem nada a ver com o PT. Agora com o Governo também não. Não tem comando nem sobre o Governo, nem sobre o PT, nem sobre o Governo e nada. É um alienado completo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E Sua Excelência aconselha o Governo a não ficar deprimido. Diz assim: “Governo não fique deprimido”. Não é Sua Excelência. Ele está na rua fazendo passeatas.

Não me espanta se o Presidente Lula, qualquer hora, encabeçar uma passeata. Com certeza, vão alguns punks atrás pedindo o *impeachment* do Governo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sua Excelência se julga acima do bem e do mal, Senador Arthur Virgílio. Acima do bem e do mal, acima do PT, acima do Governo; é uma entidade respeitada pelo povo e

querida pelo povo. Pode até ser estimado e querido pelo povo, mas o povo vai querer um Governo e vai querer um partido que tenha credibilidade e respeitabilidade. E vão cobrar dele, Lula, na hora certa. Aí é onde ele está se enganando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O modo como ele se porta me dá a impressão ou de muita má-fé ou de alguém que está com 46 graus de febre.

Isso foi antes da entrevista antes à **The Economist**. Agora, ele já não cobra nem tem pressa.

Prossigo, mais títulos:

O que falta para crescimento;
Brasil desperdiça bom momento global;
Maior tropeço foi no 3º trimestre;
Agropecuária cresce apenas 0,8%;
Carga fiscal tem novo recorde;

E o Presidente Lula disse para a revista **The Economist** que não aumentou carga tributária nenhuma.

Bala de festim ou bala perdida;
Juro e câmbio levam a culpa;
Para Força Sindical, Governo faz pacto com setor especulativo;
Crescimento frustrante;
Governo faz mea-culpa; e
Vice-lanterna entre latinos;

Acabou a guerra civil no Haiti, e o Haiti vai crescer mais do que o Brasil de Lula. O Brasil só não pega a lanterna definitiva porque o Haiti está em guerra civil.

Mas a respeito do crescimento do PIB em 2005, estrategicamente divulgado pelo IBGE antes do Carnaval – isso foi lamentável. Para não discutirmos más notícias, não se divulga a não ser antes de grandes feriados. E as notícias ditas boas têm que... É impressionante a semelhança entre regimes totalitários e suas máquinas de propaganda e este Governo autoritário – o regime não é autoritário, mas o Governo é autoritário – e sua máquina de propaganda, que sustenta um Governo de mentira, um Governo de ficção.

Mas a respeito do crescimento do PIB em 2005, estrategicamente divulgado, repito, pelo IBGE antes do Carnaval, vale a pena insistir, depois de passada a festa: se a economia brasileira fosse uma escola de samba, teria sido rebaixada junto com a do Haiti, dizendo inclusive que o carnavalesco foi o mesmo. Ou seja, Unidos de Vila Isabel ganhou, com méritos, “Terra de Noel Rosa”, e Grande Rio vem em segundo lugar no Carnaval carioca, mas duas caíram. Se fosse escola de samba, o Brasil e o Haiti teriam ido para o grupo B. O Haiti, com compreensão de todos porque vive uma guerra civil. O Brasil iria sambar no grupo B e não mais no grupo A. Como não é escola de samba, o carna-

lesco continua dizendo as suas tolices e passando a sua arrogância pelo País e pelo exterior.

Vale a pena destacar que o Governo aumentou os impostos em 3,9%, no ano passado, enquanto a economia, Senador José Agripino, cresceu 2,3%. Ele jura de pés juntos que não houve aumento de carga tributária.

Portanto, se tirarmos os impostos, o desempenho seria ainda pior: o valor adicionado na economia cresceu apenas 2,1%.

Se dependêssemos do mercado interno, o resultado teria sido também desanimador. Entre 2002 e 2005, o crescimento acumulado do PIB foi maior do que o consumo das famílias, o que significa dizer que o setor exportador puxou.

No ano de 2005, essa tendência se inverteu. O consumo das famílias cresceu mais que o PIB e as exportações estão claramente desacelerando, um problema para o futuro.

O mundo continua crescendo vigorosamente, mas a valorização cambial exagerada começa a impedir que o País usufrua da expansão acelerada das outras economias.

No caso do consumo das famílias, a expansão decorre muito mais do aumento do endividamento, pois o PIB **per capita** cresceu apenas 0,8% em 2005. Aí me reporto, por exemplo, àquele sadismo do crédito consignado, do crédito automático concedido aos idosos. Hoje, está começando a virar um drama esse endividamento dos idosos, atraídos que foram para essa cilada pela máquina de produzir mentiras deste Governo.

Entre 2002 e 2005, o salário médio real caiu 3,8%. Desagregado por setor, o setor industrial teve crescimento mais vigoroso que os demais, mas o resultado decorreu principalmente do extrativismo, pois a transformação cresceu bem menos que o PIB.

A febre aftosa levou a agricultura a crescer apenas 0,8% em 2005, configurando a incapacidade gerencial do Governo. O contingenciamento dos recursos por parte da área econômica, de parcisos recursos destinados ao combate à febre aftosa, permitiu o retorno da doença ao rebanho brasileiro. Tudo isso para extrapolar o superávit primário das metas previamente estabelecidas.

Sr^a Presidente, volto a dizer, em relação a V. Ex^a tenho uma diferença grande. Não sou contra superávits primários; não estou combatendo isso. O que quero dizer é que se o Governo gastasse menos com supérfluo, com viagens, com diárias, com passagens, com Aerolula, com compra de comidas finas e de bebidas para o Palácio do Planalto, com o cartão de crédito corporativo, com gastos inúteis para o funcionamento

da máquina administrativa do País, poderíamos, sem dúvida alguma, ter superávit, sim, atendendo às necessidades da pecuária brasileira dando recursos para prevenir a febre aftosa.

Sr. Presidente, Senador José Agripino, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa, a meu ver, ser combatido de duas formas: uma através da luta que fazemos – e V. Ex^a tão brilhantemente – no dia-a-dia, no cotidiano do Senado da República, apontando os desvios éticos, apontando os equívocos administrativos, apontando o quadro de incompetência.

Por outro lado, sinto que está na hora de fazermos certos pronunciamentos bem cuidadosos – V. Ex^a terá também um papel muito relevante, pela sua competência técnica, pela sua cultura tão universal –, muito pesados, muito bem pesados, muito sopesados, muito bem medidos, muito estudados, muito tranqüilos até, para irmos desnudando, ponto a ponto, item a item, o quadro da incompetência e mostrando ao País a falta de futuro que seria o prosseguimento dessa mazorca.

Volto a dizer, Sr. Presidente, ao encerrar: se amparado por um cenário internacional tão virtuoso e usufruindo de reformas feitas pelos antecessores, usufruindo de saltos de qualidade na direção da competitividade sistêmica da economia, dados tanto pelo Estado brasileiro antes de Lula quanto pela iniciativa privada, se o Presidente Lula, cercado e amparado por todo esse quadro virtuoso, não consegue fazer a economia crescer e ainda diz que não tem pressa de fazê-la crescer, imaginem esse homem e a sua falta de liderança comandando o País num quadro de crise. Seria um deus-nos-acuda.

Portanto, Sr. Presidente – repito que V. Ex^a tem um papel muito relevante, como um dos líderes mais autorizados da Oposição brasileira –, além do dia-a-dia dessa luta de Oposição, temos o dever de apresentar à sociedade agora a análise estudada, sopesada, medida, pensada, bem pensada, refletida, item por item, do quadro de desmando que impera no País.

Ou seja, não vamos deixar nunca de dizer que é um absurdo não estarmos chocados com o fato de a família do Sr. Celso Daniel estar mudando do País, com medo de morrer. Mas vamos analisar também a economia com muita tranqüilidade, fazer o debate qualificado sobre a economia, fazer o debate qualificado sobre política social, sobre as políticas sociais do Governo, ponto a ponto, item a item, com muita tranqüilidade.

Espero ter contribuído para o início do debate, para que possamos, na semana que vem, aprofundá-lo, ter várias visões. Mas uma coisa me parece inequívoca: o Governo Lula é incompetente; é de uma

competência proporcionalmente inversa à arrogância. Não sei nem se falei precisamente no meu português – estou me deixando levar pelo nosso Presidente –, mas quero dizer que o Presidente é tão arrogante quanto incompetente. Está se achando assim um guru: fala bobagem com uma empáfia!

Tive, na luta estudantil, um companheiro que era assim: corajoso, bravo, enfrentava a repressão, fazia tudo o que tinha que fazer, mas gostava muito de pontificar, de dar aquelas opiniões definitivas. Ele era sempre meio acaciano, era meio “pacheco” do Eça de Queiroz, sempre ele era o Conselheiro Acácio, sempre dizia coisas óbvias, tipo assim: “temos que nos organizar para resistir à ditadura”. Óbvio. Como é que você vai resistir à ditadura sem se organizar? Há que se organizar para resistir à ditadura. Claro. Um colega nosso, muito inteligente, muito ácido, me cutuca certa vez e fala assim: “Olha, Arthur, nosso companheiro aí que não nos ouça, mas ele fala bobagem com uma empáfia, fala bobagem com uma pose”. Se alguém não entendesse o que ele dizia, parecia ser uma coisa genial, porque ele falava com ares de genialidade. Indo mais a fundo, via-se que era uma série de frases do tipo: “está chovendo” – claro, está-se ouvindo o barulho da chuva; “o sol está de rachar” – todo mundo está queimado, está vendo o sol; “o trânsito do Rio de Janeiro é difícil”; “São Paulo é uma cidade grande”; “a natureza da Amazônia é soberba”; “as praias de Natal são magníficas” – só um estúpido vai a sua cidade e não percebe que as praias são paradisíacas mesmo.

Então, o Presidente Lula diz essas platitudes dele com uma pose enorme, com aquela pose do bambambá, do “cheguei”, enfim. Temos que desmontar isso com tranqüilidade, mostrando ponto por ponto o nível de incompetência que é o da administração que ele supostamente deveria liderar; ele, que finge que não é do Governo, que finge que não é do PT, que finge que não tem relação com nada e que agora revela para a revista **The Economist**, às vésperas de visitar o Reino Unido, que não tem nenhuma pressa de fazer o Brasil crescer.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. PFL – RN) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Presidente José Agripino, solicito, como possibilita o Regimento, falar sentada.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. PFL – RN)

– Permitido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dias de sexta-feira e segunda-feira são quase marcados, além da presença dos funcionários, por alguns Senadores que geralmente já ficam na segunda e sexta. A maioria acaba ou não cumprindo suas obrigações ou fazendo outras atividades.

Há algo que me impressiona muito, principalmente nesse momento atual. Já são mais de doze horas, a sessão iniciou-se às nove horas, e vários Senadores fazem críticas contundentes ao Governo. O Governo tem maioria, circunstancial, provisória ou não, mas há muitos Senadores na base de bajulação ou na base de sustentação, e ninguém vem aqui para fazer nenhuma contestação às opiniões ou acusações ou comentários ou pronunciamentos feitos por Parlamentares da Oposição. Fico absolutamente surpresa com isso.

Tenho dito várias vezes aqui que o Presidente Lula tem todo o direito de ser reeleito, que o povo brasileiro tem todo o direito de reeleger o Presidente Lula, se quiser. Às vezes, até brinco e digo: se o povo brasileiro quiser pode até solicitar a convocação de um plebiscito para transformar o sistema em monarquia, para transformar o Lula em rei – tem todo o direito de fazer essas coisas. Mas há algo que cada vez mais tem me deixado num misto de indignação e tristeza: a banalização da delinqüência de luxo do Governo, a banalização de tudo isso que vem ocorrendo.

A banalidade do mal é tema de uma das teses mais belas de uma das mais importantes – talvez a mais importante – filósofas da humanidade, a Hanna Arendt, uma judia. Ela dizia que o que mais a impressionava no julgamento dos responsáveis pelas tentativas de extermínio do povo judeu eram os depoimentos dos comandantes, dos generais que comandavam aquelas operações de tortura, de extermínio, as atitudes absolutamente racistas. Ela ficava impressionada.

É isso realmente que me impressiona. Penso que ninguém é dono da verdade absoluta. Uma das coisas mais belas que sempre identifiquei no mundo da ciência, das lutas sociais, da exploração do universo é justamente a ausência de uma idéia como verdade absoluta, fora os que têm sofrimento mental e, portanto, têm idéia fixa. A verdade absoluta, os donos da verdade absoluta, a história da humanidade se encarrega de ir desmontando todas essas teses. Sabe disso quem de alguma forma gosta de acompanhar a exploração do universo, todas essas coisas maravilhosas do mundo da ciência, as descobertas maravilhosas do mundo da ciência, sem verdades absolutas. Sempre

brinco, lembrando que, desde Galileu, a minha Igreja Católica tem sido, umas vezes, tão maravilhosa, tão representante da história do povo de Deus e, outras vezes, tão submissa, tão subserviente aos governantes de plantão. O próprio Galilei foi condenado, humilhado, encarcerado. Posteriormente, a própria história da ciência o reabilitou, embora a Igreja Católica só o tenha feito em 1992.

Antes de Darwin, não havia a polêmica com relação a criacionismo religioso versus evolucionismo. Teorias tão interessantes foram apresentadas por Darwin! Lembro-me de algo belíssimo, quando, em 1862, ao identificar uma determinada orquídea, a *Angraecum*, que possui uma estrutura grande, Darwin, mesmo sem nenhuma prova concreta, disse que seria impossível a polinização e, consequentemente, a reprodução dessa orquídea, se não existisse um inseto que possuísse uma tromba de mais de 30cm para buscar o néctar no tubo da flor. Quando disse isso, todos se escandalizaram. Eu não me lembro, mas cerca de 50 anos depois, descobriram uma borboleta, melhor dizendo, uma mariposa, que, como todas de sua espécie, tem hábitos noturnos, e jamais poderia ser identificada por Darwin, que fazia suas pesquisas durante o dia. Após encontrarem aquela mariposa, a *Esfinge de Morgan*, descobriram que a polinização daquele tipo de orquídea só acontecia porque a mariposa possuía uma espirotromba com mais de 36cm. Portanto, buscava o néctar, alimentava-se e polinizava.

Há tantas outras teses maravilhosas! O próprio Einstein, sem dúvida, causou as duas maiores revoluções no mundo da ciência, com a Teoria da Relatividade e a Teoria Quântica. Após Galileu e Newton, certamente são as duas grandes revoluções no mundo da ciência. Einstein também errou, também tentou buscar uma teoria final, e não conseguiu. Assumiu erros perante os grandes cientistas, embora fosse considerado a maior expressão. Assumiu erros porque tentava consolidar a tese do chamado universo estático. Assumiu erros que haviam sido cometidos. Quem não se lembra das maravilhas que vão dos átomos aprisionados ao chamado campo gravitacional em torno dos corpos em movimento? Quem não se lembra de todas as coisas maravilhosas do mundo da ciência, da exploração do universo, da natureza? É muito mais interessante a exploração do mundo da ciência do que determinadas regras e toda a polêmica que às vezes tem lugar no Brasil.

Quem não se lembra do resultado do Conselho de Educação de Kansas, um dos Estados americanos? Eu respeito os que se apegam à tese do criacionismo religioso, mas considero uma bobagem, até porque o evolucionismo para mim é algo maravilhoso. É muito

mais belo acreditar que Deus tenha possibilitado que a sua criação evolua para continuar sobrevivendo do que acreditar na tese de Adão e Eva, embora eu, como feminista, prefira ouvir dizer – é bonitinho – que Deus criou primeiro Adão, para experimentar, observou os defeitos, e criou Eva, que é a sua obra-prima maravilhosa, que somos nós mulheres.

Mas todos esses fatos do mundo da ciência ou da economia ou do pensamento possibilitam os debates programáticos, ideologizados. Tudo está muito bem, é maravilhoso que aconteça. Algo, porém, me faz quase repetir o poema “Cansaço”, de Fernando Pessoa: é a banalização da vigarice política do Governo Lula. Para mim, não tem problema, repito, o povo brasileiro pode eleger o Presidente Lula, reeleger, solicitar um plebiscito para voltar a monarquia, elegê-lo rei. Não há problema, não se trata disso. O que para mim é muito grave é toda a estrutura de corrupção do atual Governo. Repito: eu atacava a corrupção no governo Fernando Henrique Cardoso. Tudo o que eu disse em relação ao que eu pensava dos crimes contra a administração pública patrocinados no processo de privatização do Governo anterior, creio que existiu. Infelizmente, o Governo Lula deu um atestado de imoralidade ao Governo Fernando Henrique, e hoje busca o passado para justificar o seu presente de corrupção.

Para mim, é escandalosa – ontem, falei sobre isso – toda a estrutura de corrupção montada pela apropriação do aparato público, o luxo do lixo, quer seja em relação à comilança e à bebedeira com o dinheiro público dentro do Palácio do Planalto quer sejam as orgias sexuais patrocinadas com dinheiro público roubado por petistas e outros da base de bajulação do Governo Lula, o enriquecimento do filho, essas coisas todas. Considerar isso natural é um escândalo. Identificar com naturalidade a apropriação do patrimônio público, do dinheiro público, da máquina pública para fazer campanha eleitoral é realmente escandaloso. Sómente com a manipulação de bons corações e mentes dos pobres brasileiros. Porque, hoje, o Governo Lula faz o mesmo que nós, nordestinos, condenávamos com veemência, quando os caciques, a oligarquia regional, usava a cesta básica para manipular a pobreza. Trata-se da mesma manipulação da pobreza, da apropriação da fome e da miséria das populações pobres brasileiras com as cestas, com programas como o Bolsa-Família e outras coisas mais. É a banalização da utilização da máquina pública.

É claro que a reeleição imoral e absolutamente insustentável juridicamente foi criada pelo Governo Fernando Henrique. Mas o Governo Lula faz as mesmas coisas de forma piorada e traiçoeira, utilizando a máquina pública de forma desavergonhada. É por isso

que, às vezes, algumas pessoas dizem: “Ah, mas o Lula está crescendo nas pesquisas”. É absolutamente natural. Imagino que vai crescer mais ainda, porque terá até o dia 1º de julho para inaugurar obras, fazer comícios, utilizar a máquina pública, fazer publicidade oficial. Durante todo o mês de março, todo o mês de abril, todo o mês de maio e todo o mês de junho estará se apropriando da máquina pública, do dinheiro público, para fazer a velha e conhecida demagogia eleitoralista, a delinqüência de luxo.

Os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e vários outros Senadores já mencionaram a forma de como o Presidente Lula fala sobre o PIB; de como o Presidente Lula considera o caso absolutamente normal. É estranho o Presidente considerar normal que o Governo patrocine três anos de arrocho fiscal na construção do superávit às custas de uma brutal e avassaladora transferência de renda do favelado, do assalariado, do setor produtivo, para os gigolôs do capital financeiro. Vê com naturalidade a oscilação da política de arrocho fiscal para a política da libertinagem financeira com caráter eleitoreiro de manipulação dos corações dos pobres para fazer campanha eleitoral. Já está anunciando a segunda carta ao povo brasileiro, ou seja, é o discurso aos pobres, a vinculação com o que pior há do banditismo do capital financeiro, o maior lucro dos bancos na história da América Latina. O maior lucro dos bancos, o maior lucro das instituições de capital aberto de toda a história da América Latina aconteceu no Governo Lula. E tudo isso ser visto com naturalidade?! Realmente, fica muito difícil.

Tenho dito várias vezes que o povo brasileiro tem todo o direito de reeleger o Presidente Lula; não será com o meu voto, porque eu não estou entre os traidores da classe, entre os que colaboram com a banalização da corrupção, da delinqüência de luxo, da apropriação do espaço público como se fosse uma medíocre caixinha de objetos pessoais que o Presidente vai manipulando conforme seus interesses e dos bairros partidários, das gangues parlamentares. Acho tudo isso muito constrangedor.

Para nós da Esquerda socialista democrática, do que sobrou da Esquerda – sei das posições de V. Ex^a, Senador Paim –, é pior ainda.

Quando era a Direita ideológica que patrocinava crimes contra a administração pública e corrupção, nós, da Esquerda, bradávamos como se fôssemos o santuário dos ungidos da ética e da revolução socialista e condenávamos com veemência. Agora, quando é um filho do povo, um retirante nordestino, aquele que ajudou a fazer o maior Partido de Esquerda da América Latina, que hoje não é mais... O PT, para quem é honesto intelectualmente, não é mais um Partido de Esquerda,

mas uma ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. Faz o que gangues partidárias nem tiveram a ousadia de fazer, paralisam os movimentos sociais. É uma coisa impressionante! Por isso, tem chance de ganhar, porque nada melhor para a grande estrutura do capital financeiro nacional e internacional que um Presidente que amordaça os movimentos sociais, que liquida a resistência dos movimentos sociais, que faz do que era o maior Partido de Esquerda a ferramenta medíocre da propaganda triunfalista do neoliberalismo, que obriga quem resistiu na Esquerda a atravessar, a fazer a travessia – outra travessia no deserto – para disputar, no imaginário popular, alternativas ao pensamento único. Tudo o que passamos anos de nossas vidas falando, do controle de capitais ao aumento dos gastos públicos naquilo que dinamiza a economia local, que gera emprego, que gera renda, que garante políticas sociais; o alongamento do perfil da dívida pública interna, da dívida pública brasileira, para potencializar os investimentos nos Estados e Municípios; tudo o que passamos a vida falando, três anos de Governo Lula tiveram a primazia de aniquilar.

Então, é um misto de tristeza e indignação. Claro que a tristeza, por mais que exista por estar diante de uma traição de classe, de uma traição a todas as concepções acumuladas pela Esquerda socialista e democrática, que corajosamente ousou enfrentar o pensamento único, toda essa tristeza diante da traição não me levará jamais a ser parte do balcão de negócios sujos e da promiscuidade Congresso Nacional e Palácio do Planalto, ou de me desencorajar a continuar defendendo as teses em que continuo acreditando, porque não creio no fatalismo do fim da história, segundo o qual só há uma única alternativa para a política econômica: a inserção do Brasil na globalização capitalista. Não acredito em fatalismo do fim da história, de que só há essa única opção de política econômica.

Quanto à ética, não vou nem entrar na polêmica histórica da Esquerda sobre a ética do capital, a ética do trabalho, se existe ou não uma universalidade no campo da ética. Mas, nem aquilo que D. Pedro Casaldaglia dizia que era ética na política, como vergonha na cara e amor no coração, o Governo Lula consegue viabilizar, porque é toda uma máquina engenhosa, desqualificada de corrupção, que vai desde a utilização dos fundos de pensão por importantes conselheiros para patrocinar o enriquecimento em 15 milhões do filho do Presidente Lula à utilização dos fundos de pensão para viabilizar operações nas instituições de crédito para montar a farsa dos empréstimos para o PT e demais outras gangues partidárias da base de bajulação, às fraudes nos processos de instruções dos editais de licitação, todo o conluio, remessa de dólar

para o exterior, vindo sabe-se lá de quem. Então, tudo isso provoca um misto de tristeza e de indignação muito grande que não nos paralisará jamais. Mas, sem dúvida, a identificação desse quadro deixa absolutamente claro as tarefas gigantescas, difíceis, que o sobrou da Esquerda socialista e democrática no Brasil terá que enfrentar, certamente, por longos anos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Heloísa Helena, devo dizer, do fundo do coração mesmo, e não se trata meramente de eu ter constituído uma amizade pessoal que julgo sólida, da admiração política que tenho por V. Ex^a, apesar das distâncias ideológicas a nos separarem. Ainda há pouco, antes de a sessão ter início, eu dizia a V. Ex^a que V. Ex^a se jogou numa luta, e com tanta crença, para realizar um partido, sabendo eu e V. Ex^a que não é fácil. O P-SOL estreando, obter 5% dos votos no País e 2% em nove Estados, será uma proeza. Eu perguntava: e se não der? E V. Ex^a que está à frente nas pesquisas para o Senado na sua terra, que seria uma candidatura competitiva para o Governo, que se elegeria deputada federal não só em Alagoas, mas em qualquer Estado do País, dispõe-se a candidatar-se à Presidência da República movida pelo desejo de construir um partido e em cima da sua coerência, com idéias nas quais crê e nas quais acredita. Julgo isso admirável e por aí passa muito do seu sofrimento ao ver todo esse desvirtuamento que o PT tem experimentado e que o Presidente Lula pessoalmente tem experimentado também. Senadora Heloísa Helena, digo que V. Ex^a parece ter traduzido isso bem. V. Ex^a diz que, se o povo quiser, elegerá o Presidente Lula. Digo com a mesma naturalidade com que diz V. Ex^a: se o povo quiser, elege o Presidente Lula. Claro. Qual o problema? Torço para que não. Imagino que, na hora própria, não se vai considerar essa oportunidade, mas, se se quiser considerar, aceitarei o resultado como democrata que sou. Quem não aceita o inverso é o Presidente Lula, que está infringindo a legislação eleitoral por todos os meios que estão ao alcance dele e tomando as atitudes mais danosas ao futuro do País. Tudo é propaganda, tudo é brincadeira. É vontade de deseducar o povo. Está aí a Petrobras; a auto-suficiência virá. O Duda Mendonça à frente. O Presidente se porta como uma espécie de rei momo. Ele é um carnavalesco. Tudo é bobagem, tudo é desrespeito à memória histórica do povo. Fiz, aconteci, nunca antes, não sei o quê. Outro dia fizemos uma denúncia aqui. Recebi a denúncia de uma pessoa. Tenho o Presidente do Instituto Nacionais de Pesqui-

sas Espaciais – Inpe como uma pessoa séria. Recebi um recado dele, por quem não tenho desapreço. Mas é necessária a parafernália da teleconferência com astronauta, uma viagem que tem que ser analisada por nós com seriedade? Ou seja, vai trazer efetiva contribuição essa viagem do astronauta para a ciência brasileira? Há quem diga que sim; há quem diga que não, que não é o melhor, que não vai ter grandes resultados. Mas o Presidente Lula está pouco preocupado com a ciência. Está preocupado em conversar com astronauta para depois dizer despudoradamente: “nunca antes neste País um Presidente conversou com astronauta no espaço sideral. Era preciso que um metalúrgico se elegesse Presidente para um Presidente da República poder conversar com astronauta...” Não ocorreu a ele fazer a viagem pelo astronauta, mas, sem dúvida alguma, isso é cansativo. O Presidente deprecia diariamente a majestade desse cargo. Não tem uma atitude que não seja de deliberada propaganda. Não tem nada que seja gratuito. Tudo visa a enganar alguém. Havia um político no Amazonas, figura muito inteligente, que não foi para frente porque era conhecido pela sua capacidade de não cumprir compromissos. Uma vez perguntei ao meu pai: papai, fulano se elege até quando? Meu filho, enquanto tiver um setor para ele enganar, ele vai indo. Se tiver um setor, ele vai. Até que um dia esgotaram-se os setores, ele foi para uma eleição e perdeu. Os setores se esgotaram. Essa intenção deliberada de engodar, de embair, de enganar, de mistificar causa em V. Ex^a uma dor dupla. A mim me causa uma enorme inquietação. Tenho medo dessa gente. Digo a V. Ex^a do fundo do coração: tenho medo dessa gente, do que eles demonstraram de capacidade de delinqüir, de capacidade de mentir. Não passava pela minha cabeça que o Presidente Lula iria responder a esta crise ética como o fez, ou seja, sem responder. Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a deve se lembrar de que fui àquela tribuna, no primeiro dia da denúncia de Roberto Jefferson, dizer: “Presidente, limpe seu partido, limpe seu Governo e conte comigo para ajudar no processo de governabilidade”. Depois começaram as tergiversações, aquelas conversas de “João sem braço”, aquelas questões mal explicadas. O Presidente Lula é um homem que a mim me causou muita decepção – deve ter-lhe causado uma decepção ainda maior até porque V. Ex^a fez tudo para estar lealmente com ele. Lembro-me que, quando aqui cheguei, nos primeiros dias, V. Ex^a se portava com a combatividade que é sua marca, como alguém muito vigilante, como se fosse – e era naquele altura – do seu dever enfrentar a nós outros que víhamos fazer oposição a um Governo que V. Ex^a tinha ajudado a eleger. Nada mais natural; nada mais

justo. O Governo perdeu não só a crença de V. Ex^a; ao perder V. Ex^a, ficou sem a liderança mais competente para nos enfrentar, mais capaz de fazer contraponto ao que dizemos. Não que não haja pessoa de valor, mas penso que V. Ex^a se excede na competência parlamentar, na capacidade de dizer as coisas e de se fazer bem compreendida por pessoas de qualquer segmento que a estejam ouvindo. Compreendo muito isso. Entendo que o nosso trabalho deve ser o de esclarecer ponto a ponto. Vamos enfrentar, por exemplo, a enxurrada de propaganda que vem aí, a auto-suficiência em petróleo. O Presidente Lula pensa que o povo brasileiro é idiota; pensa que o povo brasileiro é composto de pessoas de sanidade mental duvidosa. Mas lá vem a enxurrada de propaganda, e nós temos que responder com os meios que estão ao nosso alcance: esclarecer. Eu pretendo fazer um discurso sobre petróleo, trazendo para esta Casa o debate sobre petróleo, pedindo um pouco de pudor às Lideranças do Governo, pudor. Ou seja, não digam isto, não insistam com essa história de que a auto-suficiência se deve a Lula, porque eu não acredito mais em nada. Menti para mim; quer que eu acredite no resto? Como? Se estão, deliberadamente, gastando dinheiro, deliberadamente, mentindo. Eu não acredito mais em nada. Portanto, eu entendo que é um dever combater este Governo e, claro, aceitar o veredito popular. Quem não aceita é o Presidente Lula, que faz tudo para não se parecer com o Governo, faz tudo para não se parecer com o PT, faz tudo para não se misturar com ele próprio. Ele declara que ele não tem nada a ver com o Governo dele próprio; ele diz isso a cada momento. Fila em Jaboatão? Problema no Bolsa-Família? Não tem nada com ele. Não. Com ele, é só o aumento do número de famílias, auto-suficiência em petróleo, ainda que passando por cima dos seus antecessores, negando o processo histórico brasileiro. Uma coisa feia. O Presidente Lula deveria ter vergonha disso. É feio. Então, qualquer dia ele estava no Ipiranga e declarou a independência do Brasil, às margens do Ipiranga? Foi ele e não Dom Pedro; ele quem declarou a independência ou morte; ele quem proclamou a República; ele foi o estadista do Império, como Joaquim Nabuco. Ou seja, é feio isso. Está deseducando as pessoas. As pessoas que o ouvem, elas estão ou se revoltando, como muita gente demonstra, ou estão se deixando iludir. Porque a propaganda maciça é dura. Mas eu queria aproveitar a oportunidade para dizer do apreço pessoal que tenho por V. Ex^a e da admiração. Não preciso concordar com suas idéias sobre economia para conviver com V. Ex^a no dia-a-dia, perceber o seu lado humano tão forte, tão significativo na composição do total da sua personalidade. Ao mesmo tempo,

essa sua teimosia santa. V. Ex^a está fazendo o que pouca gente é capaz de fazer: abrir mão de um mandato certo, de uma sobrevivência política de curto prazo mais do que certa por um sonho que não é bem o da Presidência, mas o sonho de firmar um partido que substitua o PT, em que V. Ex^a acreditava. Isso é para pouca gente. Isso me faz saber que nossas diferenças nos aproximam, não nos separam. V. Ex^a amanhã é Presidente da República, eu serei oposição a V. Ex^a. Se eu fosse, V. Ex^a seria oposição a mim; mas teríamos uma qualidade de diálogo diferente desta que está aí: V. Ex^a teria ampla capacidade de lidar com decência comigo e eu com V. Ex^a. É disto, de decência, de aumento da taxa de decência na convivência política com este Governo que temos que buscar. Portanto, eles podem muito bem ser enfrentados por uma frente amplíssima que passa por V. Ex^a, do seu lado, e passa por mim, do meu lado; mas que no meio tem muita gente. Este Governo é deplorável mesmo, este Governo me causa a sensação de medo, de temor; ele que causa em V. Ex^a toda essa sensação de repulsa pelo que V. Ex^a já viveu ao lado de dirigentes que se desmentem tão cabalmente todos os dias. A minha sensação é de medo; tenho medo deles, sinceramente. Já vi de tudo, já ouvi de tudo e percebo que eles só não rasgam a Constituição de uma vez porque não podem. Mas a vontade é esta: não obedecer a lei brasileira nenhuma. A vontade é estabelecer um código deles e se guiarem pelos códigos deles, por uma “ética” – entre aspas – bem deles, totalmente deles, e nada a ver com o acúmulo civilizatório da Nação brasileira. Mas meus parabéns a V. Ex^a por essa luta, por essa bravura e pelo que V. Ex^a tem significado para o País e, também, para nós, que a admiramos. Não precisamos de concordância com V. Ex^a para estimá-la, para respeitá-la, e não é aquela velha história de que é minha amiga pessoal; não é isso, não, é a pessoa pública que V. Ex^a é, admirável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, absolutamente generoso com as palavras. Isso, Senadora Lúcia Vânia, é porque meu filho gosta dele e de sua esposa. Fico tentando inverter, mas não tenho condição de fazê-lo. Claro que se eu quisesse inverter mesmo, eu conseguia, mas não é esse o caso.

Então quero agradecer a generosidade das palavras de V. Ex^a e mais uma vez repetir: Senadora Lúcia Vânia, quando fui Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, a oposição contundente que fazímos, que era classificada como rancorosa, agressiva, sectária, arrogante, tinha pela disputa ideológica e programática um certo prazer, porque havia algo de prazeroso em se fazer a grande disputa ideo-

lógica, programática, eram duas visões de mundo que se confrontavam – e isso dá algo melhor, até para se fazer essa disputa. Mas hoje é uma situação completamente diferente. Não tenho dúvida de que muitos deles são capazes de matar, roubar, liquidar qualquer um que passe pela frente ameaçando a preservação do projeto de poder. Quanto a isso não tenho dúvida, embora saibamos que eles não serão capazes de roubar o que muitos de nós temos de melhor, que é a nossa consciência, a nossa capacidade de luta, a nossa coragem de continuar a lutar por um mundo em que a gente acredita. Mas, Senador Arthur Virgílio, o impacto disso para a esquerda socialista democrática... Volto a dizer, quem é honesto intelectualmente, quem não é parte do banditismo, do balcão de negócio sujo, sabe que lá não é um Governo de esquerda, nem o PT é mais um Partido de esquerda. Com certeza, lá existem socialistas, pessoas honestas, militantes dedicados, mas o partido não é mais; é uma ferramenta do triunfo neoliberal. É um Governo corrupto, serviçal do capital financeiro, como outros que condenamos ao longo da nossa história de vida e se torna pior por caracterizar traição de classe, por caracterizar a traição a tudo que discutimos ao longo da nossa história de vida. Agora, se torna pior ainda no imaginário popular pela representação do Presidente Lula. Não é uma coisa qualquer. Lula é um filho do povo, um retirante nordestino, a maior liderança popular da América Latina. Isso não é uma coisa qualquer, não é uma coisa simples. Respeitamos o passado do Presidente, mas temos a obrigação de dizer que não respeitamos o presente dele. Não é, absolutamente, nada pessoal, embora ele não seja um adversário honesto, corajoso. Não o é. Ele reproduz a velha máxima do “mel na boca e bílis no coração”, abraça-o, com um sorriso, pela frente e o esfaqueia pelas costas. É completamente diferente de outros adversários e inimigos políticos, da direita ou da esquerda, ou do próprio Governo, que olham no seu olho e dizem: “Vou liquidá-la, Heloísa!” E você se prepara, mesmo que esteja com uma caneta e eles com uma Uzi do outro lado, como é o caso do ex-Ministro José Dirceu, e vai para o enfrentamento. Lula não é assim. Não é. É o tipo de adversário do velho estratagema “mel na boca e bílis no coração”. Abraça sorrindo, pela frente, para possibilitar que alguém o esfaqueie covardemente pelas costas. Mas tem uma história de vida belíssima, tem um passado que respeito. Porém, infelizmente, legitimou no imaginário popular que todo político é bandido, que todo político é corrupto. Legitimou no imaginário popular algo que, para mim, pessoalmente, é muito mais doloroso, Senador Arthur Virgílio, porque nasci em uma família pobre. O que a elite, de forma preconceituosa, sempre dizia contra pobre?

Que quem nunca comeu mel quando come se lambuza. Sempre estabeleceu esse tipo de máxima para dizer que os despreparados, aqueles que nunca tiveram nada, quando passam a ter se lambuzam. E tudo isso eles acabaram legitimando, assumindo o lixo do luxo, apropriando-se de todas aquelas coisas.

É realmente algo muito triste, mas vamos em frente. Hoje é mais uma sexta-feira com poucos corajosos e resistentes na Casa. E a situação é tão difícil que durante toda a manhã – são 12h54min –, houve denúncias graves de corrupção, denúncias contundentes, e absolutamente ninguém apareceu para fazer a contestação, que seria legítima, necessária, democrática, para defender o Governo. Mas por quê? Porque é tanta a confiança na impunidade, a confiança de que este patrimônio arquitetônico nada mais é, pela sua maioria, do que um anexo medíocre dos interesses do Palácio do Planalto, que não se importam. Como ainda terão pela frente mais quatro meses para todos os dias usar a publicidade oficial, usando o dinheiro público e fazendo propaganda política, realmente não se importam com o significado de questões tão graves de corrupção, de delinqüência de luxo.

Senadora Lúcia Vânia, são tantas coisas deploráveis e putrefatas que essa gente foi capaz de fazer, que desejo, realmente, que a população brasileira, mais cedo ou mais tarde, tenha consciência e conhecimento de todas elas, das mais putrefatas relacionadas com a corrupção, com os crimes contra a administração pública, a outras que vão além do respeito à dignidade humana. Então, mais cedo ou mais tarde, o povo brasileiro terá a oportunidade de saber.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, que, como sempre, na Presidência da Casa tem nos auxiliado para, pelo menos, deixá-la funcionando e dar certo ar de que existe democracia representativa no Brasil, fazendo com que esta Casa se desmoralize menos perante a opinião pública, embora, pela participação promíscua, omissa e pusilâmine da maioria, até mereça que a sociedade condene com tanta veemência o Parlamento brasileiro por mais que a generalização seja tão cruel, tão perversa com aqueles que não deixam que qualquer governante de plantão ponha uma etiqueta na sua testa dizendo qual é o seu preço. Quero agradecer a generosidade de V. Ex^a em relação ao tempo.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. José Agripino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador) – Sr^a Presidente, li hoje na coluna respeitada, muito bem-informada, da colunista Sonia Racy, de **O Estado de S. Paulo**, Direto da Fonte, uma notícia que me inquieta. O título é: “Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula”.

Em primeiro lugar – V. Ex^a como minha companheira de partido sabe disso –, eu sou daqueles, na Oposição, que evitaram atropelar o Ministro Palocci, por causa de preocupações com o andamento da economia brasileira. Eu me manifestei o tempo inteiro, dando todo os prazos que o Ministro requeria para que não houvesse tumultos nos mercados. Daí eu me sentir cobrântino em relação à atitude que o Ministro possa vir a tomar. Toda a ideologia, todo o conjunto de idéias que me levou a, segundo críticos meus, a poupar o Ministro Palocci foi a preocupação com a economia. Como é que ele sai agora para coordenar uma campanha? Eu não quero acreditar que seja verdadeira essa notícia. Não quero acreditar mesmo! Não posso. Recuso-me a acreditar que seja verdadeira. O Ministro não pode sair. Fica em seu lugar uma figura excelente, tecnicamente muito mais bem equipada que o Ministro Palocci, Murilo Portugal*. Diziam que se Palocci fosse demitido, Murilo Portugal não saberia como lidar com o PT porque ele Portugal não tinha prestígio dentro do PT. Então Murilo Portugal não é a pessoa adequada para substituir Palocci, embora tecnicamente tenha maior capacidade. Isso é o que nos diziam antes.

Eu acedi a esses argumentos e procurei moderar o comportamento das oposições, entrando em desacordo com companheiros da Oposição, do PFL, e companheiros da Oposição, do nosso partido, do PSDB. Eu tinha apoio de alguns e não tinha de outros para a posição que estava tomando. Então, de repente, Murilo Portugal pode ser nomeado sim, já não existe nenhum problema no relacionamento dele com o PT. E, de repente, Palocci larga a majestade do cargo de Ministro da Fazenda, cercado inclusive de boa vontade de setores da Oposição, nos quais me incluo, para virar cabo eleitoral de luxo do Presidente? Realmente o Ministro precisa se pronunciar. A meu ver, taxativamente, são duas coisas que não combinam: dirigir a economia brasileira e ser cabo eleitoral. Não quero o Ministro pregando cartaz pendurado em poste. Se é para ficar, vai ficar dirigindo a economia brasileira, enquanto tiver condições para ficar lá. Se tiver que sair que saia por alguns dos motivos graves que têm sido tão discutidos na CPI dos Bingos, mas não para virar cabo eleitoral, repito.

Portanto, eu que leio diariamente a coluna de Sonia Racy, inclusive há uma pasta no meu gabinete para o que ela escreve, sempre a vi bem informada. Desta vez estou torcendo para ela ter dado uma "barrigada", porque seria decepcionante, é uma decepção que vai se acumulando após a outra. Sinto-me credor disso, porque dei ao Ministro o que ele pediu para ficar na economia, gerenciando-a, não para virar cabo eleitoral. Imagino que, amanhã, já vou ler Sônia Racy com o Ministro Palocci dizendo, taxativamente, que não é cabo eleitoral de ninguém, que vai ficar na economia

– imagino que será isso. Mas, de qualquer jeito, estou com a pulga atrás da orelha, porque sempre as notas que ela dá terminam se confirmando, pessoa criteriosa que ela se revela no exercício da sua profissão.

Obrigado, Srª Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, I, § 2º do Regimento Interno.)

SONIA RACY

Direto da fonte

soracy@estadoc.com.br

Palocci decidiu coordenar a campanha de Lula

●●● Pelo que se apurou ontem, o ministro Antônio Palocci aceitou ser o coordenador da campanha presidencial do presidente Lula. A forma com que essa operação será conduzida, no entanto, ainda está em discussão dentro do governo. Palocci poderá simplesmente deixar o cargo de ministro da Fazenda ou ainda se licenciar, retomando suas atividades no fim de outubro. Os defensores do licenciamento argumentam que essa transição seria menos traumática: não haveria necessidade de Lula escolher um novo ministro, suscitando duvidas em relação à condução da economia brasileira. O atual secretário da Fazenda Múrilo Portugal assumiu interinamente, dando continuidade à atual política econômica de maneira técnica. O que seria positivo em um ano de eleições, por manter a devida tranquilidade pelos mercados financeiros tanto nacionais como internacionais.

●●● Essa costura, porém, se por um lado minimiza a possibilidade de um processo de volatilidade no âmbito da economia, por outro aumenta as chances de problemas no que se refere à política. Caso o governo Lula opte

por manter Palocci estrategicamente no cargo de ministro, essa será a primeira vez na história das eleições brasileiras em que o próprio ministro da Fazenda – ainda que afastado do cargo oficialmente – se transforma no principal articulador de uma campanha presidencial a favor de um presidente da República que está no exercício do cargo. Alguém imagina qual seria a combinação do meio político, principalmente do PT, caso o ex-presidente FHC escolhesse seu ministro Pedro Malan para coordenador da sua campanha à reeleição?

●●● A segunda opção, a de Palocci deixar o cargo permanentemente, esbarra na escolha do seu substituto. O nome mais cotado, o do ministro Paulo Bernardo, tem como ponto a favor a coincidência de idéias com Palocci. Mas tem, como ponto contra, campanhas do ministro do Planejamento no Paraná. Pesam contra Bernardo acusações, não confirmadas, referentes a arrecadações durante eleições promovidas pelo PT no Estado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Senador Arthur Virgílio, gostaria de testemunhar o que V. Ex^a acaba de falar. Dentro da Bancada, V. Ex^a sempre teve um cuidado enorme com a figura e a pessoa do Ministro Palocci, sempre nos lembrando da importância de mantermos o equilíbrio quando se tratava das questões econômicas. Embora alguns, como V. Ex^a dissesse, discordassem dessa postura colaborativa por acharem que o Governo não merecia essa atenção, V. Ex^a sempre foi muito forte em defender a presença dele e ser até complacente mesmo em determinados momentos. Quando ele foi citado na CPI, houve um cuidado por parte de V. Ex^a, e outros Partidos da Oposição até o criticaram por isso.

Hoje, para surpresa nossa, a resposta que temos é esta que V. Ex^a coloca aqui: o Ministro Palocci tornando-se cabo eleitoral e, ao mesmo tempo, conduzindo a economia deste País. Acredito, portanto, que V. Ex^a está coberto de razão em se indignar com essa nova postura do Ministro e com este Governo, que não tem a preocupação em conduzir os destinos deste País com isenção e voltado para todos os brasileiros.

V. Ex^a, portanto, merece todos os nossos cumprimentos e a solidariedade da Bancada do PSDB e, acredito, de todos aqueles que querem o bem deste País.

O Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino e a Senadora Heloísa Helena passaram toda a manhã de hoje fazendo um balanço das atividades do Governo. Eu estava em casa trabalhando e, ao mesmo tempo, assistindo ao debate e pude sentir o quanto é importante que, na sexta-feira, nós realmente possamos fazer um balanço dos acontecimentos da semana, para que a população brasileira saiba o que está se passando à margem do *marketing* exorbitante, do *marketing* descarado mesmo que o Governo tem feito a respeito de todos os programas, principalmente dos programas sociais. Portanto, parabenizo V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, bem como os demais Líderes da Oposição que aqui estiveram.

Como bem falou a Senadora Heloísa Helena, passamos a manhã toda criticando e fazendo essa

análise e não tivemos sequer uma contestação dos Partidos da Base do Governo, que se fazem ausentes no dia de hoje – naturalmente estendendo os feriados do Carnaval –, porque estão tranquilos. Basta que a televisão fale das maravilhas deste Governo para que eles se sintam desocupados em relação ao que está acontecendo.

Mas, Sr^a Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é uma matéria do Jornal **O Globo** – o Senador Arthur Virgílio já até a mencionou aqui, *en passant* – a qual vem com um título que me deixou perplexo: “A fila dos horrores para pedir o Bolsa Família”. Essa situação já está ocorrendo desde segunda-feira, ou seja, há quase cinco dias, em Jaboatão dos Guararapes, na grande Recife. Sua primeira fase mostra de maneira muito clara o que está acontecendo com esse Programa que o Presidente Lula pretende usar como carro-chefe da sua campanha eleitoral.

É deprimente ver este Governo que, no ano passado, colocava os velhinhos nas filas do INSS, passando mal, numa situação degradante e humilhante. Não satisfeito com o que aconteceu no passado, hoje expõe para o País a miséria, a pobreza, a humilhação daqueles que sequer têm dinheiro para comprar o leite e o pão de cada dia dos seus filhos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a é a pessoa mais autorizada nessa Casa para abordar, com segurança, com técnica, com sensibilidade, este tema. Outros podem ter sensibilidade e, talvez, não tenham a sua técnica. Quem sabe alguns possam ter a sua técnica sem reunir as condições de sensibilidade social e política. Mas, veja: para mim, isso acontece precisamente porque a preocupação não é o beneficiário suposto. A preocupação é aumentar o universo dos atendidos com fins eleitorais, senão a organização seria feita de outro jeito. Ou seja, a pressa que o Presidente declara à revista inglesa **The Economist** não ter em relação ao crescimento da economia, ele não a teria para, meramente, num jogo estatístico, aumentar o número de pessoas atendidas. Ele faria tudo bem feito e chegaria, quem sabe, ao número pretendido, em determinado momento, ou não chegaria, mas fazendo bem feita a parte que lhe coubesse. E não tem faltado pesquisa de opinião pública. A pesquisa do Datafolha revelou, já nos desdobramentos das análises sobre a recentíssima amostragem exibida à população, aquela que coloca no segundo turno Lula 48 e Serra 43, algo incrível: quando se toma só o eleitor beneficiado por esses programas – e aí entra

a propaganda, porque esses programas sempre existiram –, Lula fica na frente. Quando são eleitores de fora desse programa, Lula fica atrás. Então, qual é o raciocínio deles, que não pensam em outra coisa a não ser em eleição? O raciocínio deles é simples: aumentar o número de pessoas beneficiárias do Programa para crescer eleitoralmente de qualquer jeito. E aí acontece isso que o Jornal **O Globo** denuncia, essa barbaridade, até ameaça de estupro, ou seja, falta de respeito completo pela população carente do País, população, aliás, que, se entendemos bem a cabeça do Presidente Lula, ele quer que seja carente a vida toda. Ele não quer emancipar ninguém. Imagine! Se todo mundo fica emancipado, ele não ganha eleição nenhuma, porque está se vendendo que ele perde na outra banda. Evidentemente, ele pretende transformar parte da população numa espécie de clientela eleitoral dele. V. Ex^a faz um pronunciamento que, a meu ver, haverá de desmontar as farsas que estão sendo montadas embaixo da “boa idéia” (entre aspas) que é ampliar programas sociais. É ótimo. Agora, que façam direito e que não percam o objetivo da emancipação dos beneficiários, que não percam o objetivo da educação – ontem, o Senador Cristovam Buarque fez um alentado pronunciamento sobre isso –, que não percam o objetivo de preparar o País e a sua economia por meio de investimentos maciços em educação, começando por essas pessoas tão deserdadas. Meus parabéns a V. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio. E afirmo que nós que trabalhamos nessa área ficamos indignados.

Tive a oportunidade, na semana passada, de assistir ao Governo assumir, incorporar um dos mais importantes programas sociais deste País, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ao Bolsa-Família. Ele foi incorporado e não houve argumento suficientemente forte para o Governo entender que não poderia destruir um trabalho de dez anos, um trabalho de sucesso, para incorporá-lo e aumentar a estatística do Bolsa-Família.

Nós que trabalhamos nessa área sabemos o quanto é duro aceitarmos, porque somos minoria nesta Casa, e termos que ouvir esse *marketing* desarvorado, prejudicial ao desenvolvimento da família brasileira, principalmente da população menos informada, mais pobre, dizendo da importância que este Governo dá à população pobre.

É triste sentirmos isso, Senador Arthur Virgílio. É triste sentir porque tínhamos, no final do Governo passado, sete milhões de crianças no bolsa-escola com a freqüência sendo exigida. E esse projeto, juntamente com o Fundef, foi responsável por colocar 95% das crianças na escola. E hoje vemos esse programa sendo

absorvido, sendo incorporado ao bolsa-família em uma situação como essa que citamos anteriormente.

Concedo o aparte ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Lúcia Vânia, no fim do ano passado – eu quero lembrar um episódio que remete à minha terra, à minha província, ao meu Amazonas. Eu estava nesta primeira fileira em uma sessão do Congresso – e V. Ex^a estava presente. De repente eu percebi que tungaram do gasoduto Quari-Manaus R\$110 milhões. Eu pedi a palavra com muita tranqüilidade e disse que eu não iria impedir a votação daqueles créditos, porque havia pagamento de pessoal, não sei o quê, não sei o quê e não sei o quê mais. Mas que eu me oportuna clara e terminantemente à aprovação do orçamento, no plenário, quando ele chegasse aqui, se, além do destinado para 2006, não devolvessem os R\$110 milhões tungados do gasoduto Quari-Manaus na peça orçamentária agora. Muito bem, se a Senadora passar por Manaus, vai achar que já existe o gasoduto – a propaganda é brutal. Precisa de R\$700 milhões para terminar a obra. A obra mal começou, se é que começou. Então, eu não vou abrir mão desses R\$110 milhões de volta. Isso eu estou avisando com toda a tranqüilidade. Outro dia eu liguei para o Relator, deixei recado para ele e estou aguardando que me devolva. Eu já falei com o Senador Fernando Bezerra, que é um querido colega de Senado. Tenho a solidariedade, sem dúvida nenhuma, do Presidente da Comissão, que é o Senador Gilberto Mestrinho, meu colega de representação. Não quero que ninguém se espante. Qualquer dia vai chegar aqui o Orçamento. Eu vou entrar por aquela porta ali e, quando começar a brincadeira, eu vou pedir verificação de quórum. Se não houver quórum, não aprova. Para ninguém se enganar comigo. Não gosto de enganar ninguém e não quero que ninguém se engane comigo também. Não se enganem comigo, porque isso é exatamente o que vai acontecer. Ah, mas vai ter notícia contra. Não estou preocupado com isso. Ah, vão dizer que você obstruiu o Orçamento. Não estou preocupado de novo. Estou avisando há um tempão que, ou devolvem os R\$110 milhões de uma obra essencial para o desenvolvimento econômico da minha região e do meu Estado, ou não vou permitir que se aprove o Orçamento na base do senta e levanta. Então, coloquem gente aqui, vêm a minha obstrução e aprovem o orçamento. Eles preferem fazer ouvidos moucos, ouvidos de mercador. Ah, depois acontece alguma coisa e a gente não está aqui para cumprir a palavra. Mas eu estarei aqui para cumprir a palavra, sim. Do mesmo jeito quero lembrar a V. Ex^a – e V. Ex^a conta com toda solidariedade do seu Partido e das Oposições – que essa história do

Peti, da destruição do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem uma razão mesquinha. É o Governo Lula tentando matar, através da troca do nome, um programa, ainda que exitoso, do Governo passado. É algo pequeno, é algo mesquinho, algo medíocre mesmo. V. Ex^a viu o relator setorial conseguir aprovar essa mudança nefasta na Comissão. Mas isso não passou pelo Plenário. Nós tínhamos dito, V. Ex^a e eu dissemos aqui que nós tampouco concordaremos com a votação do orçamento se isso vingar. Estou pronto para estar aqui impedindo a aprovação do orçamento, se insistirem nesse equívoco, prejudicando 7 milhões de crianças, tirando foco de um programa essencial, apenas porque o Seu Lula quer faturar mais eleitoralmente, juntando mais bolo no Bolsa-Família, apesar de todas as distorções que V. Ex^a denuncia e que o próprio jornal **O Globo** veicula hoje. Portanto, eu não considero a batalha perdida e vou estar aqui cobrando que não façam isso com o Peti e que respeitem as crianças que trabalham inadequadamente. Criança não é para trabalhar, mas para brincar. Quem não é para brincar é Presidente. Presidente é para trabalhar. Esse brinca. Criança é para brincar e não para trabalhar. Vamos acabar com essa inversão de valores no País de uma vez. Estarei aqui. Não podem dizer que não estão ouvindo, não podem dizer que não sabem. Estão avisadíssimos. Aí começa aquela choradeira, aquela história: ah, vamos ver no ano que vem. Não tem ano que vem. No ano que vem, se Deus quiser, eles vão estar fora do Governo. É agora! Ou devolvem os 110 milhões... O Senador Heráclito Fortes diz que não tem não sei o quê essencial do Estado dele, mas eu estou falando muito pelo meu Estado. Ou devolve os 110 milhões, ou não concordarei com a votação. Querem aprovar, coloquem maioria aqui. Se não quiserem, vão perder a parada. Do mesmo jeito, a Bancada do PSDB inteira estará sob a sua orientação, exigindo que não façam isso com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. V. Ex^a nos comandará e nos liderará nessa luta e nós obstaculizaremos a votação do Orçamento sim, se não retrocederem em algo que é uma insensatez. Eles precisam ser avisados de que é uma insensatez. Se é uma insensatez, não poderemos deixar perdurar, até pelo fato básico, acaciano, de que se trata de uma insensatez.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Quero dizer ao meu Líder que não esperava outra atitude de S. Ex^a que não fosse essa. Acredito que esta Casa, Senador Arthur Virgílio, tem uma responsabilidade muito grande, porque o que estou apontando em relação ao Peti também está sendo apontado pelo Senador Cristovam Buarque em relação ao Bolsa-Escola. Acredito que não podemos,

sob o risco de sermos omissos, deixar que o Governo continue fazendo essa farra com os programas sociais bem sucedidos.

Sr^a Presidente, gostaria de continuar a falar sobre a matéria do jornal **O Globo**. Como diz a repórter Letícia Linz, o programa Bolsa-Família, que “foi criado para melhorar a qualidade de vida das pessoas carentes, está levando os pobres de Jaboatão dos Guararapes a um cotidiano de humilhações”.

Mais de 3.000 pessoas têm convivido, desde segunda-feira, com ratos e baratas, Sr^a Presidente, sofrendo ameaças de estupro e de assalto nas filas que ficam no meio do lixo, debaixo do sol e da chuva, para se recadastrar e continuar recebendo o benefício do Governo.

Até mesmo fichas sendo comercializadas entre os beneficiários que não conseguiram um lugar na fila. Tudo isso, para que a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes possa recadastrar as famílias conforme a exigência recorde do Governo Lula!

Essa exigência do Governo Lula baseia-se naturalmente em estatística. Ele acha que os programas sociais precisam funcionar na base da estatística: quanto maior o número para comparar com as ações do Governo anterior, melhor a bandeira de campanha. Não importa se pessoas humildes, pobres estão na fila tomando chuva, no meio de ratos, de baratas, do lixo. O que importa é ter número suficiente para mostrar a grandeza deste Governo.

Assim como nesse pequeno Município, o recadastramento está causando problemas em muitas outras cidades do interior do Brasil.

Os Prefeitos se queixam da falta de informação do Ministério do Desenvolvimento Social.

No Estado de Minas Gerais, 58 Prefeituras estão entre as mais atrasadas na atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa-Família, com menos de 20% dos dados já enviados ao Ministério.

O trabalho de recadastramento, de acordo com os vários Prefeitos, vem sendo feito desde setembro, mas é muito difícil reunir informações de beneficiários de quatro programas num cadastro só.

É preciso que a sociedade brasileira saiba que durante três anos o Governo ignorou... Passou três anos reclamando do cadastro, passou três anos reclamando dos programas sociais. E, agora, no último ano, ele resolve triplicar a meta dos programas sociais sem preparar nenhuma estrutura que comporte esse acréscimo, como foi feito em relação ao Peti. Durante três anos conseguiu ampliar o Peti em 200 mil vagas. Agora, no último ano, resolve ampliar para 2 milhões de crianças.

Mas não é só isso. O sistema de cadastro da Caixa Econômica federal também, como eu disse aqui, não foi preparado para receber um volume tão grande de acesso que estão sendo repassados pelos Municípios. E esse sistema já está sobrecarregado.

São problemas alheios à população, mas que vão acabar afetando a parte mais frágil, que são exatamente os beneficiários do Bolsa-Família.

A responsável pela gestão do programa, Rosânia Cunha, está afirmando que não haverá novos adiamentos.

Isso significa que aqueles que não forem cadastrados até 31 de março terão seus benefícios bloqueados.

Sra Presidente, a incompetência desse Governo fica mais clara a cada dia. E penso que hoje, mais do que nunca, tivemos oportunidade de mostrar, nas diversas áreas, os sinais dessa incompetência e as dificuldades que esse Governo teve durante três anos para gerir a máquina pública, resolvendo, no último ano, gastar tudo o que reprimiu durante três anos, fazendo com que os programas perdessem qualidade, não tivessem um fluxo de recursos normal. E agora resolve mostrar uma estatística artificial, mentirosa. Se compararmos os programas sociais com o recurso que há no Orçamento, as metas não serão alcançadas.

Sra Presidente, é preciso que tenhamos uma preocupação muito grande de ligar esta Casa à Comissão de Orçamento, porque lá está sendo cometido um dos mais graves problemas, principalmente na área social.

A Emenda nº 29, da Saúde, está sendo lesada. A tão propalada Farmácia Básica, que vai na contramão do SUS, tem parte do seu recurso retirado para o Bolsa-Família, incluindo o programa na Emenda nº 29. E isso naturalmente não foi aceito pela frente parlamentar.

Há também a desculpa e a falácia de que a jornada ampliada, que é o período contrário àquele em que a criança está na escola, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, segundo o Governo, teve um aumento. Na verdade, se formos ligar o recurso da jornada ampliada às metas que o Governo quer atingir, veremos que ele está reduzido a um terço do que era.

Portanto, é preciso que tenhamos uma preocupação muito grande de acompanhar as metas que o Governo alardeia que serão cumpridas com o recurso estabelecido no Orçamento deste ano. Pudemos ver o Governo fazer toda uma apologia em relação ao salário mínimo, mas sabemos que, desde o ano passado, ele procede da seguinte maneira: encaminha para o Congresso um projeto de lei – ano passado, estabe-

lecendo o valor de R\$270,00, para podermos buscar receita para se chegar a R\$300,00; e, este ano, de R\$321,00, para que a Comissão de Orçamento busque receita –, para depois dizer que foi ele que conseguiu ampliar o valor real do salário mínimo, desta vez em 13%, quando na verdade quem conseguiu toda essa conquista foram os Parlamentares na Comissão de Orçamento, Parlamentares esses que foram duramente castigados pela imprensa, pela mídia e pelo próprio Governo durante a convocação.

É preciso ainda mostrar a maneira distorcida com que o Governo do Presidente Lula vem tratando outras áreas importantes para justificar seus programas sociais. Como eu disse aqui, a Frente Parlamentar da Saúde já denunciou – e faço questão de me unir aos demais Parlamentares – os desvios dos recursos da saúde para o Bolsa-Família. Houve um compromisso do Relator-Geral de suprir esse recurso, que foi suprido, mas também com um decréscimo para as ações básicas de saúde, as de média e grande complexidade, que teremos que repor durante a discussão aqui neste Parlamento.

A proposta orçamentária do Governo para este ano reduz em R\$5 bilhões o orçamento do Ministério da Saúde em relação a 2004. Além dos R\$2,1 bilhões remanejados para o Bolsa-Família, a que já me referi aqui, e dos R\$296 milhões para o programa das Farmácias Populares, há um déficit de R\$1,2 bilhão que o Governo não devolveu para os cofres da Saúde em 2005. E mais de R\$868 milhões de restos a pagar de 2003 e 2004 que não foram pagos.

Mas nós teremos, Sra Presidente, a oportunidade de ver o Partido do Governo se pronunciando durante o Encontro Nacional dos Secretários de Saúde, no Rio de Janeiro, que se fará nos dias 13 e 14 deste mês. O Governo, naturalmente, vai levar para aquele encontro os dados de que dispõe, mas vai encontrar os Secretários de Estado também com os dados reais do orçamento, que vão poder contestar, de forma muito clara, as conquistas ditas e cantadas pela televisão desse Governo, que tem um carinho muito especial pelos pobres. Segundo as palavras de um dos ministros da área social, esse é um Governo que tem paixão pelos pobres.

É preciso, Senadora Heloísa Helena, que tenhamos muita paciência ao ouvir uma frase dessa natureza, nós que militamos na área social.

Muito obrigada, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, li com emoção a matéria da revista **Gracie Magazine**, sobre o que foi *“a última luta”* do mestre brasileiro do Jiu-Jitsu, Carlson Gracie.

Foi em 1º de fevereiro último, o dia em que o grande lutador, de memoráveis vitórias no mundo inteiro, foi vencido por um adversário implacável, a morte.

Foi vencido. Fora do tatame e, portanto, sem a amarqura de uma derrota.

Foi, da vez de cada um, a sua vez. A vez de Carlson, meu mestre e desportista que soube elevar o nome do Brasil no *ranking* mundial.

Foi, como sempre no cenário das lutas, o jogo duro fora dali.

E foi o jogo duro com a morte

A matéria da revista é mais do que uma notícia ou reportagem. É uma ode a um grande atleta. Uma página de lirismo, que descreve a intimidade dos últimos momentos de Carlson Gracie, uma semana antes de morrer. Foi na noite de quinta-feira, dia 26 de janeiro

deste ano. Seus familiares tentavam tirá-lo do apartamento em Chicago e colocá-lo numa ambulância.

– Deixa quieto, pai – disse-lhe o filho. Eles estão te levando para o Hospital.

– Pro Hospital? Tá hom

Carlson não perdeu o bom humor e enfrentou com dureza a própria morte. Morreu às 6 hs do dia 1º de fevereiro.

Ao incluir no meu pronunciamento essa comumente descrição, feita pela revista, presto homenagem sincera a Carlson Gracie, um nome que fica perenizado na história do Jiu-Jitsu.

Era o que eu tinha a dizer

Muito obrigado

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A última luta

Por Luisa Ataíde, com colaboração de Marcelo Duplan e Rafael Quintana

Nos momentos
derradeiros,
mestre mostra
bom humor e
faz jogo duro
com a morte

Bastante debilitado, Carlson faz pegadas nas mangas dos paramédicos. Eles tentam tirá-lo de seu apartamento em Chicago, EUA, e colocá-lo na ambulância, na noite de quinta-feira, 26 de janeiro. "Deixa quieto, pai, eles estão te levando para o hospital". Ao ouvir a voz do filho, o mestre fecha os olhos, dá sua balançada típica com a cabeça, e enfim se resigna: "Pro hospital? Tá bom".

Men, los dedos. Ora son enterrados
gênero de Linkin Park frequentar com
um mistério de oito dias de dores e
doradas e nos temos e fortes eletricidade
no estômago. Tudo o que exames e
diagnósticos de cada entidade, uma infecção
deve ser tratada no sangue. Tudo
que temos é um grande medo no rim, não
nada. O dia de amanhã é um amanhecer e
não é preciso a terapia, puramente, e
o que se deve é com os amigos a sua

O deputado estadual Mauro Gomes (PDT) criticou a economia de Chaves, e esperou metade do por fornecido pelos bens. O deputado disse: "Mais que a metade, eu queria que fosse mais".

recupera, até que no dia 31 de janeiro, daí seis dias de arco de metade. Sua mão esquerda estava sob controle, os dedos estavam perfeitos, e o punho tinha suas forças. Recuperou a canhice e se sentiu "mais normalmente" — embora o boulder

Chris Carlson se revive a alma. Ele convenceu a perfumaria francesa Brigitte com os mestres de perfumaria da entidade a virem para o Brasil. Ele acredita que, assim, o Brasil terá mais alegria e alegria. Ele acredita que, que este é o caminho da prosperidade. Ele acredita que, Estrangeiros e todos os outros que acreditam nisso.

Não era permitido se sentar na mesa na UFLJ. Deveria ter sido mais respeitoso e, quando a mesa estava cheia, ele se deslocava para a cadeira de escritório, que ficava ao lado da mesa, e sentava-se ali. Sua voz era sempre forte, e ele falava com muita paixão. Ele era um homem que amava a classe. Não se preocupei com a sua educação secundária. Ele era um homem que

(*) Original ilegível fornecido pelo autor..

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as tremendas desigualdades sociais e econômicas, seculares na sociedade brasileira, nos trouxeram uma herança de miséria, fome e violência que nos classifica no rol das nações mais explosivas do ponto de vista social.

O desrespeito aos direitos humanos, a falta de segurança alimentar, o crescimento desordenado e o inchaço das grandes regiões metropolitanas realçam as nossas condições de sociedade injusta, não eqüitativa, com grande exclusão social.

É impossível continuarmos a trilhar o caminho da desigualdade absurda, o caminho da injustiça, da falta de ética, da banalização da violência e de tudo que contribui para a eclosão de conflitos sociais.

Não podemos garantir o futuro de uma sociedade civilizada sem o predomínio da ética, do interesse público e da responsabilidade social. Precisamos defender os direitos sociais, em detrimento do individualismo, do clientelismo e do corporativismo.

Precisamos construir uma sociedade solidária, uma sociedade mais justa, mais igualitária, sem opressores e sem oprimidos, em que os mais pobres tenham condições reais de acesso ao alimento, à habitação, ao trabalho, à educação, à informação, à saúde e à participação política.

Sem essas condições, o lema Brasil, país do futuro não passa de um sonho inalcançável, de uma utopia ou de uma fábula.

Não é isso o que queremos para nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos um Brasil forte social e economicamente. Queremos um Brasil mais justo, mais fraterno, mais humano, mais solidário, em que ninguém passe fome, em que todos os que aqui nasceram não precisem emigrar em busca de oportunidades em outros países.

Queremos um Brasil que seja a pátria de todos e o local de realização de todas as oportunidades e de construção do futuro para todos os seus filhos e também para aqueles que aqui residem.

A construção de uma sociedade solidária e eqüitativa requer a adoção de políticas públicas que assegurem os direitos dos mais fracos, dos marginalizados e dos excluídos.

Por tudo isso, queremos enaltecer o trabalho que está sendo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cuja missão primordial tem sido criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, e para que haja uma verdadeira inclusão social.

Essa revolução pacífica no Brasil rural engloba projetos-piloto de inclusão digital, como aqueles existentes em assentamentos no Estado do Ceará, que garantem a inserção no mundo digital para assentados da reforma agrária.

A erradicação do trabalho escravo no Brasil é outra área em que o MDA vem atuando, com o objetivo

de erradicar esse flagelo que ainda atinge cerca de 25 mil trabalhadores rurais brasileiros, conforme dados da Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A publicação dos nomes das empresas e pessoas que exploram o trabalho escravo representa uma atitude corajosa com o objetivo de erradicar a chaga do trabalho escravo, que não mais deveria existir em pleno século XXI.

A criação de linhas de crédito específicas para o trabalhador libertado do trabalho escravo, assim como investimentos em capacitação e assistência técnica, representa caminhos para assegurar efetivamente os direitos econômicos e a inclusão social dos trabalhadores rurais.

O programa de implantação de pequenas bibliotecas em comunidades rurais e áreas remanescentes de quilombos representa uma oportunidade educacional e cultural de grande valor para o futuro das crianças, filhas de pequenos produtores rurais.

Um programa de enorme alcance social está sendo preparado pelo MDA. É o Programa Nacional de Educação, elaborado pelos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas), o qual tem por objetivo a escolarização de jovens agricultores familiares, para que tenham uma maior qualificação profissional, para que possam realizar um trabalho mais elaborado, obter melhor nível de renda e garantir uma melhor qualidade de vida para suas famílias.

São programas como esses que nos asseguram que o Brasil pode realizar uma revolução pacífica no meio rural, garantindo os direitos econômicos e a inclusão social de todos quantos querem trabalhar no campo, utilizando as melhores técnicas e colhendo os melhores resultados para nossa agricultura e para o nosso Brasil.

Tenho plena convicção de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário continuará a colocar em prática um conjunto de políticas capazes de impulsionar o progresso no campo, promover a justiça social, os direitos econômicos e a inclusão social.

Desejo congratular-me com toda a equipe técnica e administrativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que continue a trabalhar pela redução das desigualdades sociais e econômicas e pela construção de um Brasil mais justo e mais solidário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Ainda havendo muito a tratar, como não há mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Que Deus nos ilumine, possibilitando vergonha na cara e amor no coração à elite político-econômica brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 26 minutos.)

(OS: 11072/2006)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, DE 2006, ADOTADA EM 24 DE MARÇO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 57.554.718,00 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais), para o fim que especifica.”

Índice de Emendas MPV 282/2006 - EMENDA

Total por Parlamentar

ANIVALDO VALE	00001 a 00004	4
JONAS PINHEIRO	00007	1
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00009 e 00010	2
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	00005	1
MARINHA RAUPP	00012 e 00013	2
MÁRIO NEGROMONTE	00006	1
MIGUEL DE SOUZA	00008	1
VALDIR RAUPP	00011	1
Total de Emendas:		13

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00001

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

:TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 282/2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, a Medida Provisória nº 282/2006, no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, Unidade Orçamentária 39252 – DNIT, programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0237 – Corredor Araguaia-Tocantins

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.XXXX

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais nos trechos rodoviários na BR-316 no Estado do Pará – adequação do trecho Viaduto Belém- Entroncamento KM 0 – Santa Maria – Divisa PA/MA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.0001

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais – (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO

3153-1

NOME DO PARLAMENTAR

Anivaldo Ribeiro

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/03/06

ASSINATURA

EMENDA - 00002

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

JETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPV 282/2006PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 282/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252 - DNIT, no programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.XXXX

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais (Crédito Extraordinário) no Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.0001

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais – (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

Amiraldo Zanetti

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/03/06

ASSINATURA

EMENDA - 00003

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CNEMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MPnº 282/2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 282/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252 - DNIT, no programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.XXXX

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais (Crédito Extraordinário) no trecho Marabá – Altamira – Itaituba - na BR-230/PA no Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.0001

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais – (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 282/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252 - DNIT, no programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal, o seguinte subtítulo:

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO

3103-3

NOME DO PARLAMENTAR

Amívaldo Vale

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/02/06

ASSINATURA

EMENDA - 00004

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPnº 282/2006	PÁGINA DE
---------------------	--------------------------------------	--------------

TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 282/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252 - DNIT, no programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.XXXX

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais (Crédito Extraordinário) na BR-163/PA no Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.0001

Subtítulo: Obras Rodoviárias Emergenciais – (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego. As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO 3123-1	NOME DO PARLAMENTAR Amílvaldo Zale		UF PA	PARTIDO PSDB
DATA 24/03/06	ASSINATURA			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00005

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MPV 282/2006

1 DE 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT
26.782.0220.1F40.XXXX- Obras Rodoviárias Emergênciais - Trecho BR 080 Divisa DF/GO – Padre Bernardo-GO

GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte 100 – Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT
26.782.0220.1F40.0001- Obras Rodoviárias Emergênciais - Nacional

GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte 100 – Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de trechos em condições precárias, que necessitam de obras emergenciais para assegurar o mínimo de Trafegabilidade e Segurança.

CÓDIGO

3286

DATA

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Márcio Reinaldo

ASSINATURA

UF

PARTIDO

MG

PP

EMENDA - 00006

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

TA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MPV 282/2006

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – Dnit
26.782.0220.1F40.XXXX- Obras Rodoviárias Emergenciais - Trecho BR 110 entre Jerônimo (BA)
/Paulo Afonso(BA) – Percurso 80 KM

GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte 100 – Valor: R\$ 3.500.000,00

Cancelar

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – Dnit
26.782.0220.1F40.0001- Obras Rodoviárias Emergenciais - Nacional

GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte 100 – Valor: R\$ 3.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Paulo Afonso faz divisa com Pernambuco, Alagoas e Sergipe, onde funciona a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) que fornece energia elétrica para oito estados nordestinos, que concentra uma população de mais de 500 mil habitantes. Toda a economia da região é escoada pela BR-110, sendo de vital importância para o semi-árido baiano.

CÓDIGO

3291

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Mário Negromonte

UF

BA

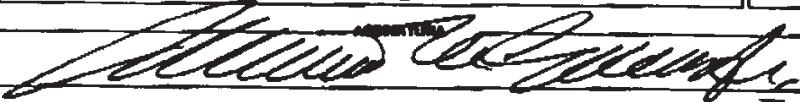
PARTIDO

PP

DATA

02/03/06

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00007

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

282/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

1007

TEXTO

Inclusão:

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.xxxx - Adequação de Trecho Rodoviário na BR-364 no Estado do Mato Grosso - (Serra de São Vicente)

GND: 4

Fonte: 100

Valor R\$: 12.000.000,00

Corrigimento:

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Funcional Programática: 26.782.0220.1F40.0001 - Obras Rodoviárias Emergenciais (Crédito Extraordinário) - Nacional

GND: 4

Fonte: 100

Valor R\$: 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

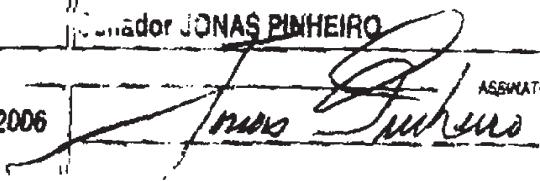
A Serra de São Vicente, localizada no Estado de Mato Grosso, é a única via de acesso rodoviário que liga o restante do País com as regiões Centro-Oeste e Norte, onde atuam as rodovias BR's-364/163/174/070. A Serra registra tráfego intenso e freqüentes congestionamentos com altos índices de acidentes, devido à sua precariedade e capacidade já esgotada, considerando-se os seguintes fatores: 1) a passagem diária de cerca de 10.000 veículos, principalmente carretas de alta tonelagem, transportando madeira, grãos e insumos agrícolas; 2) é o único acesso que demanda para o Norte e o Centro-Oeste, além dos países vizinhos (Peru, Bolívia e Chile), e o Centro-Sul e Nordeste Brasileiros, portanto necessita de cuidados urgentes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

0074	Senador JONAS PINHEIRO	ASINATURA	MT	PFL
02/03/2006				

EMENDA - 00008Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

IETA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
DE

TEXTO

SUPLEMENTE-SE:

26.782 0236.1246.0011 Adequação de Trecho Rodoviário - Candeias do Jamari-UNIR - na BR-364 - no Estado de Rondônia - Valor 8.000.000,00 GND 4 MA 90

CANCELE-SE:

26 782 0220 1F40 0001 Obras Rodoviarias Emergenciais (Credito Extraordinario) Nacional - Valor 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
02/03/26	MIGUEL DE SOUZA	RO	PL

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00009

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

FA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

282

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
DE

TEXTO

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programática: 0220 1F40 0001

OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS – NACIONAL

Suplementação:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programática: 0220 1F40 xxxx

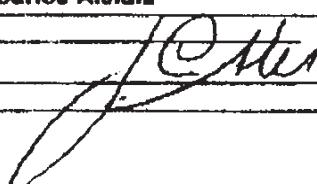
OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS – BR-242 NO ENTRONCAMENTO ENTRE A BR-116
E BARREIRAS NO ESTADO DA BAHIA

Valor:

R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui a segunda maior malha de rodovias federais do país, contando com aproximadamente 5.200 quilômetros. Mais da metade desses trechos, entretanto, está sem nenhuma condição de trafegabilidade. Além de comprometer a segurança da população que transita por essas estradas, as péssimas condições das rodovias federais prejudicam a integração com outros meios de transportes (em especial hidroviário e ferroviário), dificultando o escoamento da produção agrícola e industrial do Estado. Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa MP para a Bahia, priorizando a BR 242, que demanda atenção urgente no entroncamento entre a BR-116 e a cidade de Barreiras.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	José Carlos Aleluia		BA	PFL
DATA	ASSINATURA			
02/03/2006				

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00010

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

282

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
DE

TEXTO

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit

Programática: 0220 1F40 0001

OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS – NACIONAL

Suplementação:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit

Programática: 0220 1F40 xxxx

OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS – BR-110 NO TRECHO ENTRE ALAGOINHAS E PAULO AFONSO NO ESTADO DA BAHIA

Valor:

R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui a segunda maior malha de rodovias federais do país, contando com aproximadamente 5.200 quilômetros. Mais da metade desses trechos, entretanto, está sem nenhuma condição de trafegabilidade. Além de comprometer a segurança da população que transita por essas estradas, as péssimas condições das rodovias federais prejudicam a integração com outros meios de transportes (em especial hidroviário e ferroviário), dificultando o escoamento da produção agrícola e industrial do Estado. Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa MP para a Bahia, priorizando a BR 110, que demanda atenção urgente no trecho entre Alagoinhas e Paulo Afonso.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

José Carlos Aleluia

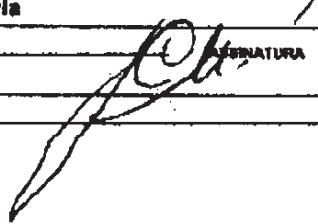
BA

PFL

DATA

02/03/2006

SIGNATURA



EMENDA - 00011

Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

QUETA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP Nº 282/2006PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

U.O.: 39.252 – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0236.5E11.0011

Subtítulo: Adequação de trechos rodoviários na Br 364 no Estado de Rondônia

Modalidade: 40

GND: 4

Fonte: 100

Valor: R\$ 8.300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva solucionar uma série de transtornos causados à população dos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Jaru e Ariquemes localizados ao longo da BR-364 no Estado de Rondônia, alocando os recursos necessários a adequação da rodovia a partir da implantação de vias paralelas que permitirão um melhor fluxo dos veículos no trecho da área urbana.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

RO

PARTIDO

PMDB

Senador VALDIR RAUPP

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00012Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

ETA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MP Nº 282/2006	01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

U.O.: 39.252 – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0236.7460.0002

Subtítulo: Construção de trechos da BR-429 no Estado de Rondônia /
Trecho Presidente Médici – Castanheiras - RO

Modalidade: 90

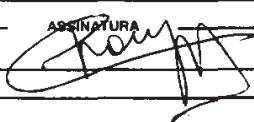
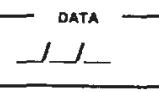
GND: 4

Fonte: 100

Valor: R\$ 13.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva assegurar recursos federais para a implementação da obra de construção da BR-429 no Estado de Rondônia. É importante ressaltar a necessidade da pavimentação dessa rodovia que se torna intransitável todos os anos no período chuvoso que é intenso naquela região, trazendo sérios transtornos a população prejudicando consideravelmente a economia dos municípios que se localizam na sua área de abrangência.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	Deputada MARINHA RAUPP		RO	PMDB
DATA	ASSINATURA 			
				

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00013
Mensagem 012/2006-CN
MPV 282/2006-CN

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP Nº 282/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

U.O.: 39.252 – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0236.1A15.0011

Subtítulo: Construção do Anel Rodoviário de Ji-Paraná-RO na Br 364

Modalidade: 40

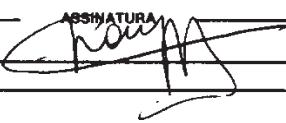
GND: 4

Fonte: 100

Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva assegurar recursos para a continuidade da obra de Construção do Anel Rodoviário de Ji-Paraná que vem sendo implementado com recursos federais através do Ministério dos Transportes/DNIT. Ressalta-se a importância dessa obra que deverá solucionar os problemas causados à população daquele município que vem resultando sistematicamente em acidentes graves, uma vez que essa rodovia atravessa a área urbana em aproximadamente 14km.

CÓDIGO		NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
		Deputada MARINHA RAUPP		RO	PMDB
DATA		ASSINATURA			

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 011 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, tendo em vista o disposto nos artigos 174, *caput* e § 2º, 181, *caput*, e 182, *caput*, da Lei nº 8.112/90, e no artigo 14 da Resolução do Senado Federal nº 09/97, considerando os documentos constantes do processo nº 013660/96-9 e anexos, especialmente: o relatório da Comissão Revisora designada pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 34, de 1996; o Laudo Psiquiátrico nº 257/94-SPL, do Instituto de Medicina Legal Leonídio Ribeiro, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; o laudo da Junta Médica do Senado Federal, de 1º de setembro de 2004; a decisão da Comissão Diretora, acompanhando parecer favorável do Primeiro-Secretário, de 27 de setembro de 2005;

R E S O L V E:

Art. 1º. Reintegrar aos quadros do Senado Federal o ex-servidor IVOLETE LISTEN DE OLIVEIRA FILHO, demitido pelo Ato do Presidente nº 345, de 1992.

Art. 2º. Determinar aos órgãos próprios da Casa a adoção das providências necessárias ao reenquadramento do ex-servidor, à sua inclusão na folha de pagamentos, ao cálculo e ao pagamento dos valores que deixou de receber e à sua aposentadoria por invalidez.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de março de 2006.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 059 , DE 2006

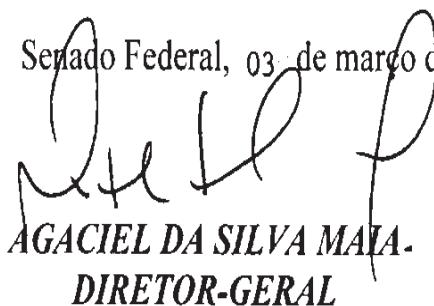
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando os termos do Parágrafo Único do artigo 3º do Ato do Presidente nº 10 de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir Sylvio Augusto de Oliveira Guedes, matrícula 5430-9 da Comissão criada naquele Ato, pelo servidor Flávio Gomide de Faria, matrícula nº 18490-4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de março de 2006.

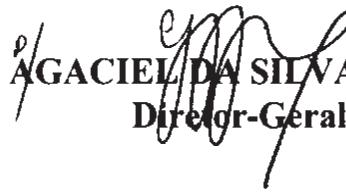

AGACIEL DA SILVA MAIA.
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 381 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003105/06-7,

RESOLVE designar o servidor MANOEL MESSIAS DOS SANTOS, matrícula 17740, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 14 de fevereiro de 2006.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 382 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.990/06-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **ABELARDO RODRIGUES SIQUEIRA**, Técnico Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 30, nos termos do Art. 6º c/c o Art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Res. SF nº 74/94, c/c o artigo 9º da Res. SF nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 383 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.201/06-2,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **SEBASTIÃO MOREIRA DOS SANTOS**, Técnico Legislativo, Área 3, Nível III, Padrão 30, nos termos do Art. 6º c/c o Art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Res. SF nº 74/94, c/c o artigo 9º da Res. SF nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2006.

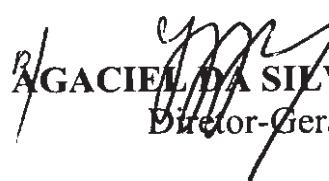

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 384 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e dos Processos n.ºs **003.307/06-9 e 003.308/06-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **JOANA DE URURAHY PERICÁS**, matrícula n.º 165296, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Quarta Secretaria para o Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2006.

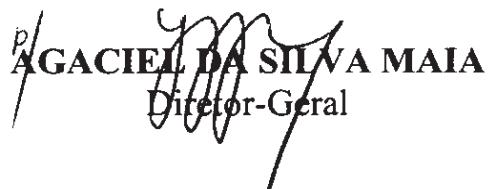

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 385 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **003349/06-3**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **MARIA REGINA LIMA VIEIRA**, matrícula nº 176579, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Assuntos Econômicos para o Gabinete do Senador Ramez Tebet.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2006.

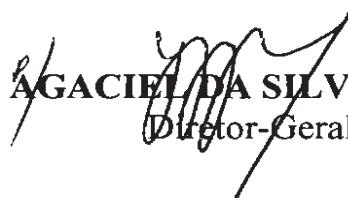

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 386 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003359/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CECÍLIA ROCHA LOBATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2006.

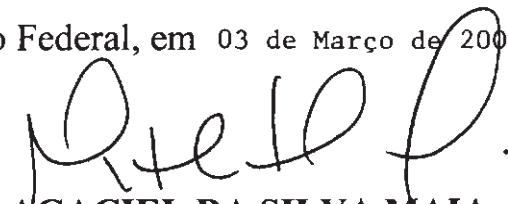

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 387 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **003384/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA NEIDE FORMIGA**, matrícula n.º 160614, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-7, do Gabinete do Senador Efraim Moraes.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

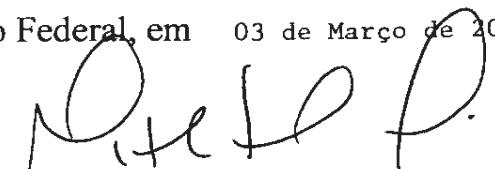
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 388 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **003.321/06-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **PAULO JOSÉ CARNEIRO**, matrícula n.º 185714, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres para o Gabinete da Procuradoria Parlamentar.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



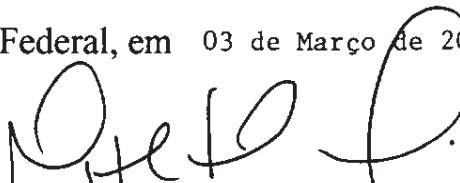
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 389 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003500/06-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DEUSIMAR LEITE ROLIN**, matrícula n.º 184450, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 28 de fevereiro de 2006.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



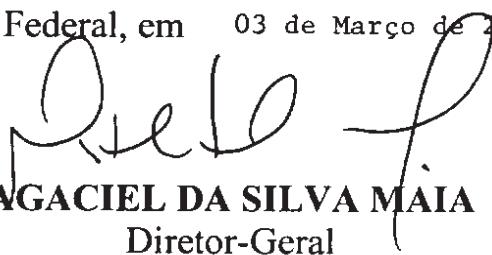
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 390 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003439/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EMANUELLE FERREIRA BRITO**, matrícula n.º 190758, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006

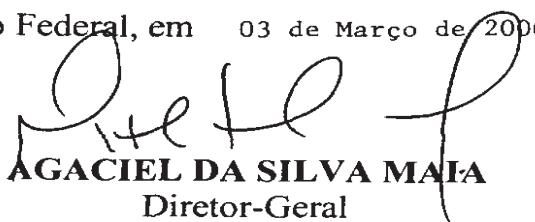

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 391 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003515/060**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PATRÍCIA OLIVEIRA GOMES FERREIRA**, matrícula n.º 188247, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



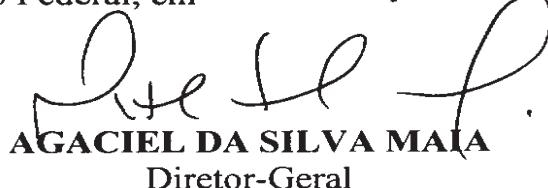
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 392 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003515/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA PAULA ALVES PEDROSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



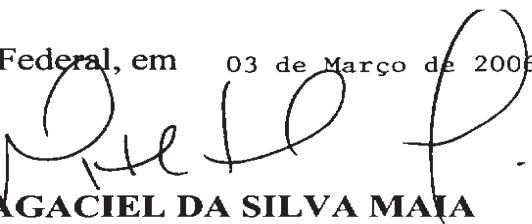
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 393 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003422/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



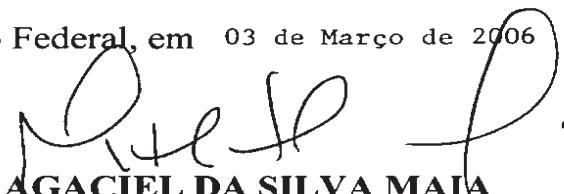
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 394 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003383/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAGNA LIMA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Moraes.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



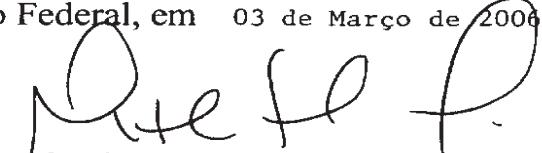
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 395 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003391/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROCHELLE CARVALHO DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

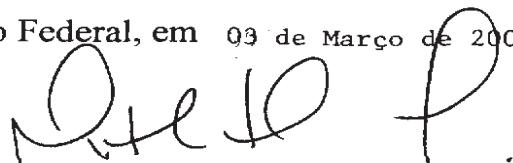
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 396 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.300/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA TERESA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

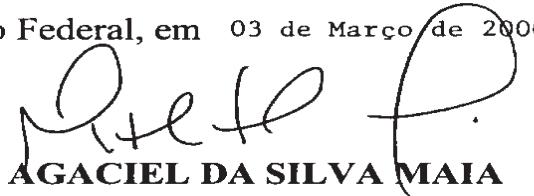
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 397 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.432/06-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAGRAMOR ROSA DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



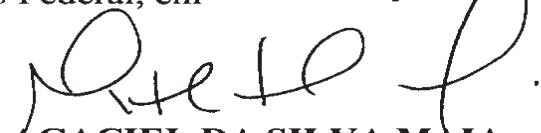
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 398 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.433/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO CÉSAR LUSTOSA LIMEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



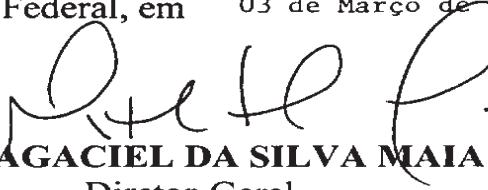
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 399 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.436/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



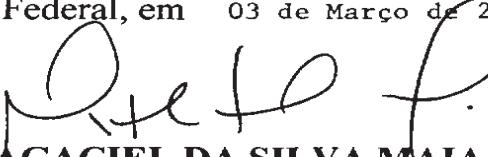
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 400 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.434/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENAN VIEIRA DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



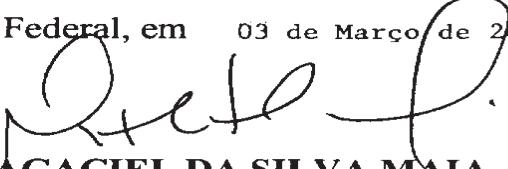
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 401 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.435/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FREDSON NEVES AGUIAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 03 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 402 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003392/06-6,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e arts. 38, 42 e 43, da Lei nº 7.087/82 c/c Resolução IPC nº 20/90, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a CLÉUA ITAGYBA ARRUDA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia na data do óbito, 30/01/2006, o pensionista segurado, ex-servidor FRANCISCO SOARES ARRUDA, ERGON 126928, com efeitos financeiros a partir de 31/01/2006, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 03 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILCY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

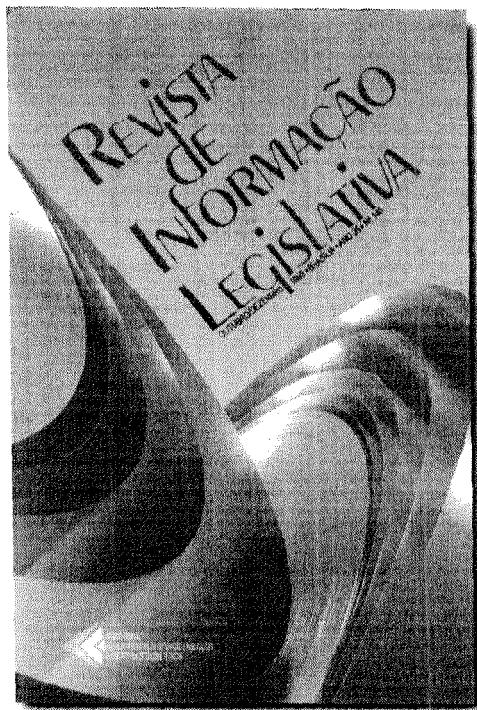
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS